

# IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 398 - Ano XII - 13/08/2012 - ISSN 1981-8769



## Política de alianças: entre a necessidade e os limites



### Renato Janine Ribeiro

Dá para pensar a política eticamente sim ou não?

### Luiz Werneck Vianna

As alianças políticas, absolutamente necessárias, e seus limites

### Roberto Romano

“Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república”

EMAISS

#### Michael Ruse:

A evolução pode explicar por que somos éticos

#### Paulo Suess:

“Missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado”

#### Ricardo Vernieri:

Bandas centenárias e convergência digital

# Política de alianças: entre a necessidade e os limites

A campanha eleitoral deste ano está nas ruas. Perplexa, a opinião pública assistiu às alianças partidárias feitas para as próximas eleições municipais.

A revista **IHU On-Line** desta semana discute a necessidade e os limites, também necessários, das alianças políticas.

Contribuem no debate o sociólogo e professor-pesquisador na PUC-Rio, **Luiz Werneck Vianna**; o filósofo e professor da Unicamp, **Roberto Romano**; o professor da USP, **Renato Janine Ribeiro**; a socióloga e professora aposentada da USP, **Maria Victoria de Mesquita Benevides**; o cientista político e professor da UNESP, **Marco Aurélio Nogueira**; o professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, **José Antonio Spinelli** e o cientista político e professor da UFRJ, **Jairo Nicolau**.

Também nesta edição pode ser lida a instigante entrevista com **Michael Ruse**, filósofo inglês, pesquisador da área de biologia, fundador da

revista *Biology and Philosophy* e autor de inúmeros livros, entre os quais *Science and Spirituality*. “As reivindicações éticas não passam de ilusões criadas pela seleção natural para nos tornar cooperadores”, afirma.

**Paulo Suess**, no 50º aniversário do início do Concílio Vaticano II, narra a gênese, o desenvolvimento e o impacto de um dos importantes documentos deste evento eclesial que é o decreto *Ad Gentes*. Segundo ele, “somos uma Igreja de apóstolos e mártires, hoje com poucos profetas” e alerta: “Missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado”.

**Faustino Teixeira**, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, autor do livro *Teologia e pluralismo religioso*, apresenta o novo livro descrevendo a sua trajetória de teólogo do diálogo interreligioso.

Por sua vez, **Ricardo Vernieri**, professor da Universidade Estadual do Piauí, doutorando em comunica-

ção no PPGCC da Unisinos, é autor do artigo “Bandas centenárias e convergência digital”.

A morte ceifou a vida de três importantes colaboradores do Instituto Humanitas Unisinos – IHU: **Aloísio Teixeira**, economista, ex-reitor da UFRJ, **Valério Cruz Brittos**, professor e pesquisador do PPG em Comunicação da Unisinos, fundador do Grupo de Pesquisa Cepos e **Antonio Brand**, indigenista.

Nesta edição, dedicamos um espaço especial para depoimentos e testemunhos sobre a vida e a obra de **Antonio Brand** junto às lutas dos povos indígenas. Entre outros, publicamos os depoimentos de **Erwin Kräutler**, bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, **Bartolomeu Meliá**, antropólogo e sacerdote jesuíta hispânico-paraguaio e **Paulo Maldos**, ex-assessor do Cimi.

A todas e a todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



**Instituto Humanitas Unisinos**

Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP.: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 - ramal 4128. E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

**IHU**

**IHU On-Line** é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU ISSN 1981-8769. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

## REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).  
 Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 ([graelaw@unisinos.br](mailto:graelaw@unisinos.br)).  
 Redação: Márcia Junges MTB 9447 ([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)), Patrícia Fachin MTB 13062 ([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e Thamirism Magalhães MTB 0669451 ([thamirism@unisinos.br](mailto:thamirism@unisinos.br)).  
 Revisão: Isaque Correa ([icorrea@unisinos.br](mailto:icorrea@unisinos.br)).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos - Agexcom. Edição: Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patrícia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altes e Mariana Staudt

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Luiz Werneck Vianna:** As alianças políticas, absolutamente necessárias, e seus limites
- 9 **Renato Janine Ribeiro:** Dá para pensar a política eticamente sim ou não?
- 14 **Roberto Romano:** “Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república”
- 19 **Maria Victoria de Mesquita Benevides:** “Não temos República nem democracia consolidadas”
- 21 **Marco Aurélio Nogueira:** Alianças: conquistar condições para governar faz parte dos cálculos políticos
- 24 **Jairo Nicolau:** “O eleitor brasileiro se acostumou a votar no ‘menos ruim’”
- 27 **José Antonio Spinelli:** Coerência partidária através de decretos?

## DESTAQUES DA SEMANA

- 33 **ENTREVISTA DA SEMANA:** Michael Ruse: A evolução pode explicar por que somos éticos
- 38 **LIVRO DA SEMANA:** Faustino Teixeira: O pluralismo religioso no coração da teologia
- 44 **TEOLOGIA PÚBLICA:** Paulo Suess: “Missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado”
- 48 **MEMÓRIA:** Antonio Brand (1950-2012)
- 52 **COLUNA DO CEPOS:** Ricardo Vernieri: Bandas centenárias e convergência digital

## IHU EM REVISTA

- 55 **Agenda da Semana**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



[bit.ly/ihufacebook](https://bit.ly/ihufacebook)



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Tema de Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# As alianças políticas, absolutamente necessárias, e seus limites

Werneck Vianna defende que as alianças feitas no presidencialismo de coalizão não servem para que uma determinada orientação seja posta em prática, ou um determinado programa se viabilize, mas apenas para garantir maioria parlamentar para o governante

POR GRAZIELA WOLFART

**N**a visão do sociólogo Werneck Vianna, a ampla maioria que hoje o chefe do Executivo tem conseguido lograr no Legislativo tem dado estabilidade à política brasileira. “Mas é uma estabilidade que não faculta a aventura, o risco, a descoberta, a inovação. Certas reformas muito necessárias para que o país dê um avanço, um salto, esbarram nessa larguíssima coalizão que atinge várias dimensões, desde a economia e a política até a sociedade. Os ventos cruzados que se estabelecem no interior da coalizão governamental fazem com que haja um comportamento paquidérmico do governo, que é obrigado a respeitar os limites dados por essa amplíssima base governamental, onde todos cabem e onde tudo cabe”. Na entrevista que concedeu por telefone para a **IHU On-Line** Werneck afirma que o sistema partidário brasileiro “não foi feito para que a sociedade encontre formas expressivas de se incluir no mundo da política. Ele está feito para expressar interesses e diferenças regionais; não é um quadro que favoreça a limpeza e a

firmeza de identidade. Ele está voltado para uma grande competição eleitoral. Isso certamente não oferece um bom cenário para a democracia política brasileira”. E constata: “estamos vivendo um momento em que os efeitos dessa política de presidencialismo de coalizão começam a se tornar cada vez mais complicados”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012) (mais informações em <http://bit.ly/IVmpmg>).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Que espécie de política se desenha em nosso país a partir das alianças que vêm sendo feitas em nome da busca pelo poder?**

**Werneck Vianna** – Nossa forma não programática de alianças, que são feitas por meros interesses eleitorais – como o tempo de televisão –, já têm uma certa história. O presidencialismo de coalizão tem tido essa característica entre nós, porque não necessariamente ele deve ser tão arbitrário quanto à orientação programática. Mas o fato é que ele tomou

essa característica desde o governo Fernando Henrique Cardoso, porque as alianças têm sido desencontradas. Ao longo dos mandatos do PT, especialmente a partir do segundo mandato do presidente Lula, isso tomou uma proporção imensa. Na verdade, essas alianças não são feitas para que uma determinada orientação seja posta em prática, ou um determinado programa se viabilize, mas apenas para garantir maioria parlamentar para o governante. Aliás, o tema da maioria parlamentar se tornou um espanta-

lho desde o impeachment do governo Collor. Hoje a queda é atribuída, em boa parte de modo verdadeiro, ao fato de ele vir de um partido minoritário e não ter sabido compor uma base congressual. A partir daí, esse espantinho vem dominando o presidencialismo brasileiro. O fato é que, desde que essa política foi sendo vitoriosa, caíram todas as reservas, todas as prudências, formando-se um campo aberto de troca. Esse é o lado nefasto. No entanto, olhando de outro ângulo, essa base larga, essa ampla

maioria que hoje o chefe do Executivo tem conseguido lograr no Legislativo tem dado estabilidade à política brasileira. Mas é uma estabilidade que não faculta a aventura, o risco, a descoberta, a inovação. Certas reformas muito necessárias para que o país dê um avanço, um salto, esbarram nessa larguíssima coalizão, que atinge várias dimensões, desde a economia e a política até a sociedade. Os ventos cruzados que se estabelecem no interior da coalizão governamental fazem com que haja um comportamento paquidérmico do governo, que é obrigado a respeitar os limites dados por essa amplíssima base governamental, onde todos cabem e onde tudo cabe. São empates que se sucedem e que têm um consenso muito difícil, e que não dão nenhum bônus, não dão agilidade e limitam a capacidade de uma nação em um momento em que inovar é fundamental. É preciso mudar o repertório da política que está anacrônico já há algum tempo. É evidente que essas alianças, por outro lado, afetam a identidade partidária. Os partidos já são naturalmente enfraquecidos por uma série de circunstâncias sociais que não são atuantes apenas aqui no Brasil, mas com essas acrobacias se tornam ainda mais vulneráveis. Por exemplo, em tese é aceitável, mas é difícil digerir o apoio de Paulo Maluf à candidatura do PT, por causa do histórico de oposição entre eles e pela história pessoal de Maluf, que não é muito recomendável.

**IHU On-Line – É possível governar sem alianças políticas em um regime democrático?**

**Werneck Vianna** – As alianças são absolutamente necessárias. Quanto a isso não resta nenhuma dúvida. Em uma sociedade plural, como a brasileira, pensar que uma tendência ou partido, ou apenas um sistema de orientação dará cabo dos problemas existentes é cair na ilusão, mesma ilusão que o Collor teve, de que a partir de um Executivo forte é possível reformar e reestruturar o país. Essa experiência foi feita também por Jânio Quadros antes de 1964, que governou

## “O tema da maioria parlamentar se tornou um espantalho desde o impeachment do governo Collor”

sem uma base forte de sustentação e isso o levou à crise e à renúncia.

**IHU On-Line – O problema está nos limites dessas alianças...**

**Werneck Vianna** – Certamente. O limite deveria ser o programa. Mesmo que não fosse um programa explícito, mas um programa que tivesse certa abrangência, que pudesse admitir parceiros com identidades diversas e que pudesse ser revisado, e não essa “feira” ideológico-político-partidária em que nos encontramos, cujo efeito é o de estimular o decisionismo do Executivo, porque, dado esse empate entre as forças políticas que têm orientação desencontrada, esse poder se sente compelido a agir por sua própria orientação, tentando produzir resultados quase autocraticamente, através desse sistema decisionista, vertical. Este é um efeito muito negativo dessa construção.

**IHU On-Line – O senhor poderia fazer uma breve análise do atual quadro partidário brasileiro?**

**Werneck Vianna** – Não é fácil. Se formos tentar trabalhar a partir da clivagem mais ideológica, de velho tipo, teremos os partidos de orientação socialista e os partidos de orientação liberal-burguesa. Num campo teremos o PT, o PCdoB, o PSOL, o PPS de certo modo, que tem até o socialismo no nome, e teremos o PSB. E do outro lado teremos o DEM e outros que de memória não consigo recuperar. Não posso esquecer de mencionar o PDT, que entra no campo doutrinário

do socialismo, isso se formos tomar o que é dito e não o que é praticado. Essa linha ideológica se mostra inoperante para recortar o quadro atual. O que temos é agregação de interesses. Temos partidos que agregam os evangélicos, os ruralistas e as corporações, que também se fazem presentes. Elas invadem a vida partidária. Esse sistema partidário não foi feito para que a sociedade encontre formas expressivas de se incluir no mundo da política. Ele está feito para expressar interesses e diferenças regionais; não é um quadro que favoreça a limpeza e a firmeza de identidade. Ele está voltado para uma grande competição eleitoral. Isso certamente não oferece um bom cenário para a democracia política brasileira. Por outro lado, tudo o que existe em nossa sociedade encontra formas de expressão na vida política partidária, o que é uma dimensão saudável. No entanto, isso cria um quebra-cabeça de enorme dificuldade. O presidencialismo de coalizão é uma resposta a isso: é criar certa unidade a partir deste mundo extremamente fragmentário. O problema é que só quem pode estabelecer essa unidade é o Executivo, o que faz com que esse quadro, que é aparentemente ameno e afável de expressão da diversidade existente na sociedade brasileira, contenha elementos autoritários, que favorecem a ação do Executivo, porque só ela é capaz de cimentar e soldar essa multiplicidade de identidades e interesses. Diga-se de passagem que o presidente Lula demonstrou um enorme tirocínio e habilidade em trabalhar diante desse cenário, tirando proveito desse quadro político e colocando-o a seu favor. Essa solda, esse cimento que ele soube instituir não é uma arte de fácil transferência. Essa era uma das características dele, pela sua capacidade de articulação que veio do seu treinamento no mundo sindical. Com a Dilma temos outro quadro na mesma política. Ela imprime outra administração, de alta burocracia do mundo da gestão, o que não quer dizer que ela seja indiferente à política. E não é. Mas ela não tem nem o mesmo gosto, nem o mesmo treino.

Além do mais, “o Natal mudou”. O mundo já não é mais aquele de cinco anos atrás. A gravidade da crise econômica atesta isso. A necessidade de se fazer algumas reformas, como a reforma da legislação trabalhista, está se tornando cada vez mais imperativa. No entanto, a coalizão governamental que conhecemos é muito pouco permeável a uma reforma como essa. Basta pensar no PCdoB, que reage a essa reforma, ou no PDT, que é o partido do ex-governador Brizola. É um conjunto de forças que, dentro da coalizão governamental, reage a essa reforma, que parece ser cada vez mais inadiável. Outra questão é esse sistema altamente sensível da previdência. O fator previdenciário<sup>1</sup> que o governo tenta extinguir por medidas de saneamento fiscal, em função da crise que já se abate sobre nós e que tende a se aprofundar, não encontra apoio na sua base governamental, inclusive no próprio PT. Estamos vivendo um momento em que os efeitos dessa política de presidencialismo de coalizão começam a se tornar cada vez mais complicados. Não só porque falta o Lula. Mesmo com ele esse quadro, que agora se exerce sobre a presidente Dilma, estaria presente.

**IHU On-Line – Quais são os cenários possíveis de mudança nos próximos anos, levando em conta que, apesar de todas as fragilidades e incongruências, permitiu-se que vivamos o maior período de regime democrático?**

**Werneck Vianna** – A democracia política tende a se aprofundar. Por exemplo, no julgamento do chamado processo do mensalão foram levados a tribunal líderes políticos do partido hegemônico da coalizão governamental. Não há registro na nossa história dessa autonomia das instituições, em que o judiciário, com independência do poder político, obedece aos proce-

## “Esse sistema partidário não foi feito para que a sociedade encontre formas expressivas de se incluir no mundo da política”

dimentos e leva a julgamento pessoas ligadas ao vértice do sistema de poder. Esse é um sinal. Não importa o resultado do julgamento, importa ver essas pessoas lá no tribunal, onde a questão é técnico-jurídica. Do ponto de vista político, importa que personalidades e figuras participantes do poder vão a julgamento e a sociedade participa desse processo apenas como observadora, como comentarista, sem que haja nenhuma comoção maior nas ruas. Não há nenhum assédio físico no Supremo Tribunal Federal. Isso é uma novidade, um avanço extraordinário das nossas instituições. Além disso, registre-se que, desde agora, com as eleições municipais, as fraturas desse sistema estão mais do que denunciadas. Basta ver o processo eleitoral em Fortaleza, no Ceará; em Recife, em Pernambuco; e em Belo Horizonte, Minas Gerais. Isso para mencionar apenas casos muito fortes, em que se observa que a coalizão governamental não consegue operar da mesma forma que estava acostumada, isto é, impondo ao local, ao municipal o seu programa de ação política. Isso mostra como a maturação da sociedade está pondo em xeque essa forma verticalizada de administração da política, que é o presidencialismo de coalizão. Tudo isso é muito favorável à vida democrática. O que se pode arguir é que é difícil construir um quadro político mais ordenado com essa pluralidade de partidos ou pelo menos com essa

legislação que permite a partidos sem nenhuma expressividade terem acesso aos recursos do fundo partidário, ao tempo de televisão, dando a eles um poder de troca que, na verdade, favorece apenas às oligarquias que comandam as suas legendas. Estamos, por ora, condenados a fazer política num cenário em que as linhas de força vão todas no sentido da fragmentação e que a unificação disso depende de uma ação externa, que é o governo. Então fica essa marca autoritária, da dominação da dimensão vertical sobre a horizontal, que só uma reforma adicional pode dar conta. De modo que temos que aprender a trabalhar com esse quadro e superar as dificuldades que ele impõe à política. É um quadro caótico que só faz sentido no fim. Só o resultado da ação faz sentido, porque não faz sentido na articulação de cada parte, pois cada uma entra nisso pelo seu motivo particular. Isso dá um mapa desencontrado, que só pode fazer algum sentido por uma ação externa, de um outro, superposto a esses interesses desencontrados, que consegue estabelecer uma linha em que todos possam ser minimamente atendidos.

**IHU On-Line – Na política brasileira hoje quem é antagonista de quem?**

**Werneck Vianna** – Há antagonismos, mas nem sempre com a lógica do amigo e inimigo. Há uma lógica “adversarial”, mais do que de confronto, que vise levar à eliminação de um polo. Nós temos mais lutas agônicas do que lutas antagônicas. A política está se tornando, entre nós, mais um campo adversarial. Inclusive porque os dois principais partidos políticos brasileiros – PT e PSDB – têm muitas afinidades de fundo. Ambos estão com as raízes fincadas na social-democracia.

**IHU On-Line – Em entrevista concedida a nossa revista em março deste ano, o senhor apostava no ressurgimento da política nos próximos anos com muita força, apontando que “não há mais possibilidade de segurar a sociedade com esse jogo de**

<sup>1</sup> Sobre o tema, leia *Fator previdenciário é uma injustiça contra os mais pobres. Entrevista especial com Eduardo Fagnani*, publicada nas *Notícias do Dia* 04-07-2012, disponível em <http://bit.ly/N73GGi>. (Nota da IHU On-Line)

manter os contrários em permanente equilíbrio”<sup>2</sup>. Como avalia essa declaração hoje, quatro meses depois?

**Werneck Vianna** – Confirmo-a inteiramente. Só que quando me refiro aos “contrários”, não falo das concepções antagônicas do mundo como, por exemplo, concepções socialistas e concepções liberal-capitalistas. Eu estava me referindo a interesses. O que eu estava dizendo é que o governo Lula foi capaz de trazer para o seu interior múltiplos interesses divergentes como a agricultura familiar e o agronegócio. Eu dizia que essa operação tinha um prazo de validade e que no governo Dilma tenderia a se derruir. E vejo que está se derruindo diante dos nossos olhos. Nós podemos dizer que a política volta agora de forma muito clara. As eleições municipais estão deixando isso manifesto. A pluralidade da sociedade está procurando formas expressivas como independência dessa forma política do presidencialismo de coalizão.

**IHU On-Line – Qual é o balanço que o senhor faz do governo Dilma Rousseff? Algo ameaça uma possível reeleição da presidente?**

**Werneck Vianna** – Essa é uma questão muito delicada e perturbadora para o cenário político atual. Nós estamos diante de um quadro em que há uma dualidade de representação. Quem detém, de fato, o poder: o governo ou o seu partido e a coalizão que esse partido montou? Qual o papel aí do ex-presidente Lula como que representando o poder real, afastado por circunstâncias do calendário eleitoral, mas para o qual se espera uma volta triunfal em 2014? Esse é um quadro que cria muita instabilidade. Os movimentos e os partidos devem calcar a sua orientação pelo governo Dilma ou pela expectativa do retorno “sebastianista”<sup>3</sup> do ex-presidente Lula?

2 Entrevista publicada na edição número 386, de 19-03-2012, cujo tema de capa intitula-se “Dilma. O primeiro ano” e está disponível em <http://bit.ly/GBsaFP>. (Nota da IHU On-Line)

3 O Sebastianismo foi um movimento místico-secular ocorrido em Portugal na segunda metade do século XVI como consequência da morte do rei D. Sebastião na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578.

Isso tudo, essa dualidade, afeta o quadro atual, introduz nele elementos de instabilidade e tira força e capacidade de coesão dessa forma de presidencialismo de coalizão ao qual fomos acostumados nos dois governos de Lula. Essa é uma ambiguidade que atua de forma escondida na cena atual e não favorece o assentamento das forças políticas atuantes. O próprio partido hegemônico, o PT, se questiona a quem obedecer: ao governo ou ao seu líder maior, apenas contingentemente fora do governo, mas que logo voltará a ele? E Dilma poderá ou deverá se afirmar uma liderança nova, o que significa candidatar-se à reeleição desde agora? As incertezas quanto a isso favorecem a perda de controle que hoje está estabelecida por parte do centro do poder político sobre a sociedade e as forças políticas envolvidas.

**IHU On-Line – O senhor acredita na volta de Lula à presidência em 2014? Dilma cederia espaço para ele?**

**Werneck Vianna** – É difícil prever. O fato é que não faz bem ao governo dela, agora, abdicar da reeleição. Ela precisa do horizonte da reeleição para ter mais força hoje, especialmente em um momento em que o país está na iminência de viver perturbações derivadas da situação econômica. Nesse sentido, deverão existir forças orientadas a robustecer Dilma agora porque é preciso um presidente forte na hora da crise. E um presidente forte agora significa um presidente que vai lutar para a reeleição. Se isso viola o sistema de lealdades de Dilma com Lula é difícil de dizer, pois é uma questão subjetiva. No entanto, do ponto de vista da situação presente, o fato é que o país vive a necessidade de uma presidência forte por causa da crise.

Por falta de herdeiros, o trono português terminou nas mãos do rei Filipe II da rama espanhola da casa de Habsburgo. Basicamente é um messianismo adaptado às condições lusas e à cultura nordestina do Brasil. Traduz uma inconformidade com a situação política vigente e uma expectativa de salvação, ainda que miraculosa, através da ressurreição de um morto ilustre. (Nota da IHU On-Line)

## Leia mais...

>> Luiz Werneck Vianna já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-07-2008, e disponível em <http://bit.ly/wEoW8F>;
- *“Só há um político no Brasil: o presidente da República”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-08-2008, e disponível em <http://bit.ly/ybsZgJ>;
- *“Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 24-05-2009, e disponível em <http://bit.ly/xKTIVA>;
- *Da fábrica para a selva. “A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 20-08-2009, e disponível em <http://bit.ly/AsCjgT>;
- *“A sociedade brasileira, hoje, é grão-burguesa”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 21-03-2010, e disponível em <http://bit.ly/xjeQ63>;
- *“O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil”*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GBsaFP>;
- *A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta*. Entrevista publicada na revista IHU On-Line número 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/JwgFmW>.

# Dá para pensar a política eticamente sim ou não?

Para Renato Janine Ribeiro, a questão de os partidos não terem exatamente uma identidade indica o fato de que uma boa parte do eleitorado também não tem

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

**A**ntes de analisar a conjuntura política atual, é fundamental que se entenda um pouco das bases teóricas e fundantes de nosso sistema político, partidário e eleitoral. E esta é a contribuição que o filósofo Renato Janine Ribeiro oferece na entrevista que concedeu por telefone à **IHU On-Line**. Em sua percepção, temos um sistema no Brasil “em que dois partidos estão firmes, correspondem a anseios, desejos, projetos. Esses dois partidos são os líderes da política brasileira, um de cada lado: o PT e o PSDB. Há 18 anos esses dois partidos se alternam no governo federal. São partidos que expressam algo”. Ao argumentar sobre a complexidade do conceito de política, Janine Ribeiro aponta que “uma característica atual muito forte da maneira de pensar a política é vê-la de forma indecente. Há um descontentamento ético hoje com a política democrática e talvez esta seja a principal decepção popular com a política, o que nos impõe um grande desafio em nossos dias: dá para pensar a política eticamente sim ou não?”. O professor também reflete sobre os rumos de PT e PSDB e sobre a subordinação da política à economia: “vejamos o governo Lula: foi um governo de distribuição de renda, mas não de redistribuição de renda. Não foi

um governo que tirou dos ricos para dar aos mais pobres, o que seria inteiramente lícito. Foi um governo que conseguiu, com o aumento do PIB brasileiro, dar uma parte maior do que foi aumentado para os mais pobres. Mas não houve um enfrentamento do capital. Nesse sentido, podemos dizer que até 2002 havia mais partidos e políticos no Brasil enfrentando o capital do que temos hoje”.

Professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo, na qual se doutorou após defender mestrado na Sorbonne, Renato Janine Ribeiro tem se dedicado à análise de temas como o caráter teatral da representação política, a ideia de revolução, a democracia, a república e a cultura política brasileira. Entre suas obras destacam-se *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e *A universidade e a vida atual – Fellini não via filmes* (Rio de Janeiro: Campus, 2003). Renato Janine Ribeiro é desde 2004 diretor de avaliação da Fundação Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, órgão do Ministério da Educação).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Diante das alianças que são feitas no cenário político brasileiro, os partidos ainda fazem sentido? Qual é o papel dos partidos nas discussões políticas e na elaboração de um projeto de país?**

**Renato Janine Ribeiro** – A lei brasileira dá um poder muito grande aos

partidos, considerando que só eles podem lançar candidatos. Em muitos países do mundo não é assim. De modo geral, quando o sistema é distrital, como na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, não há necessidade nenhuma de se ter partidos, porque qualquer pessoa pode-

ria, em tese, lançar-se candidata. Na prática, o que coíbe a dispersão dos votos é que as pessoas pensam que vão jogar fora seu voto se votarem em um candidato sem partido. O nosso sistema, por ser proporcional nas eleições legislativas, exige partidos. Além disso, nossa legislação é muito dura

nesse ponto. Não se pode lançar um candidato se ele não estiver ligado a um partido, mesmo para eleições majoritárias, como governador, presidente e prefeito. Isso acaba criando uma reserva de mercado para os partidos. Se calcularmos que, no máximo, de 5 a 10% da população brasileira está filiada a algum partido, isso indica que 90%, pelo menos, dos eleitores brasileiros são, na prática, inelegíveis. Por outro lado, temos um sistema em que dois partidos estão firmes, correspondem a anseios, desejos, projetos. Esses dois partidos são os líderes da política brasileira, um de cada lado: o PT e o PSDB. Há 18 anos esses dois partidos se alternam no governo federal. São partidos que expressam algo. Não é por acaso que nossos partidos inexpressivos em relação à qualidade, que não significam muita coisa em termos de projeto, acabam tendo que apoiar um ou outro desses dois. A nossa originalidade e singularidade – que eu não acho que seja tão boa – é que um dos maiores partidos brasileiros é sem programa, que é o PMDB. Tirando o caso do Rio Grande do Sul, não sabemos bem o que o PMDB quer. Em escala nacional ele tem posições políticas das mais diferentes possíveis. Ora está à direita, ora está à esquerda. Ele consegue negociar isso tudo. Mas os partidos no Brasil, mesmo que eu não goste do fato da política ser monopolizada por eles, têm um papel importante.

**IHU On-Line – A pergunta surgiu justamente em função de uma possível perda de identidade dos partidos. Como o senhor vê essa questão?**

**Renato Janine Ribeiro** – Essa questão dos partidos não terem exatamente uma identidade indica o fato de que uma boa parte do eleitorado também não tem. Temos na política brasileira uma parte razoável da população que não se sente necessariamente tendo que optar a favor ou contra o PT, a favor ou contra os tucanos. Então, mesmo a parte mais confusa dos partidos expressa alguma coisa, é representativa. Um exemplo é quando alguém vota em um candidato como

Tiririca<sup>1</sup>, ou como Romário<sup>2</sup>, que poderiam ser considerados candidatos não de “primeiro time”. Mas, veja, Romário está se mostrando um grande deputado; ele se dedica, trabalha, é sério. Isso é muito importante para o Brasil, ainda mais nesse momento em que o esporte está tão em evidência por causa da Copa e das Olimpíadas. Quanto a Tiririca, ele pode não estar conseguindo fazer grande coisa, mas ao que parece ele se esforça, tem uma presença constante no Congresso. É difícil achar isso ruim.

**IHU On-Line – O que as alianças políticas atuais revelam acerca das convicções políticas e sociais dos partidos e seus integrantes?**

**Renato Janine Ribeiro** – Realmente não acho que devêssemos ter a obrigação de que as mesmas alianças valessem na escala federal, estadual e municipal. Há muitas questões locais e regionais e elas não precisam estar subordinadas a uma única aliança federal. Por exemplo, o fato de que em alguns municípios do Brasil temos uma aliança PT e PSDB – que são os partidos que mais brigam entre si – e que não é algo absurdo e até faz sentido. Temos a possibilidade no Brasil de fazer esse tipo de associação e aliança que pode até ser muito boa para o país. Não há necessidade de dizer que isso é errado porque não corresponderia ao projeto do partido tal e qual. Isso faz parte da nossa realidade, que muitas vezes acaba sendo mais rica do que as teses dos partidos.

**IHU On-Line – Como fica a discussão da democracia diante de uma conjuntura em que os partidos têm como fim a manutenção do poder?**

<sup>1</sup> Francisco Everardo Oliveira Silva (1965), conhecido pelo nome artístico de Tiririca: cantor, compositor, humorista, e político brasileiro. Recentemente filiado ao Partido da República, Tiririca foi eleito deputado federal por São Paulo, tendo sido o segundo deputado mais votado em toda a história do Brasil. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Romário de Souza Faria, mais conhecido como Romário (1966): amplamente tido como um dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos, é ex-futebolista que atuava como atacante e político brasileiro. Atualmente, é deputado federal do Rio de Janeiro, pelo PSB. (Nota da IHU On-Line)

**Renato Janine Ribeiro** – O melhor aspecto da política brasileira hoje é o fato de que temos uma ampla liberdade de expressão, as eleições são limpas e se consolidaram duas famílias políticas – que vamos chamar de centro-direita e centro-esquerda – e elas são lideradas, cada uma, por um partido de qualidade. O PT e o PSDB são partidos melhores do que a nossa mídia. E se resgatarmos a história do Brasil, será difícil achar um grande partido da qualidade desses dois. Se formos citar grandes partidos na história do Brasil comprometidos com a história da democracia, antes do PT e do PSDB, teremos apenas o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, na república de 1946, e o MDB da resistência à ditadura. Temos hoje uma divisão do país em duas famílias políticas relativamente moderadas, as duas ancoradas no centro, uma puxando um pouco mais para a esquerda e outra mais para a direita, sendo que as duas são lideradas por pessoas que têm um histórico bom. Tanto o histórico de Lula e Dilma como o de Serra e Fernando Henrique são de luta contra a ditadura. O mesmo não se pode dizer do Alckmin e do Aécio Neves, mais novos. O problema principal é que o simpatizante de um partido ou de outro, sobretudo o que está na oposição, faz um ataque às vezes antidemocrático contra o outro. Muitas vezes o discurso é de quem quer suprimir o outro e não de quem quer conviver – ainda que conflitivamente – com o outro. E um dos aspectos principais da democracia é conviver com o divergente, saber que não há concordância em vários pontos, mas que os dois estão defendendo o bem do país. Isso hoje não está muito na consciência dos partidos ou dos seus simpatizantes. E acontece mais por mérito do sistema eleitoral que temos. Nesse ponto, nosso sistema eleitoral é melhor do que os integrantes dele, que não são tão democráticos. Então, em relação a sua pergunta, acho que o partido pode estar movido pelo próprio interesse. Isso não é ilegítimo. E, em segundo lugar, não podemos nivelar todos os partidos àqueles que estão embaixo, àqueles que fazem negociata com seus interesses. Apesar

de tudo, existe essa liderança dos partidos que têm uma qualidade diferenciada, nos quais se podem encontrar elementos vergonhosos, acusação de corrupção contra os dois, mas mesmo assim são partidos que têm projeto. Aliás, o que está enfraquecendo, hoje, o PSDB é justamente a falta de projeto. Quando assumiu o governo, em 1994, o partido tinha um projeto para vinte anos, que se esgotou em oito, mas ele tinha um projeto. A pena é que a discussão do projeto quase sempre fica em segundo plano e se entra no debate calunioso.

**IHU On-Line – Qual é o sentido da política em uma sociedade? As alianças partidárias colocam em xeque o sentido real da política?**

**Renato Janine Ribeiro** – A política é algo muito importante, mas muito difícil de ser entendida. Nossa sociedade tem uma cidadania ampliada. Nunca tanta gente no mundo pôde votar e ter liberdades políticas como hoje. Talvez metade da população mundial esteja em alguma forma de regime com liberdade, o que é muito bom, comparando ao passado. Ao mesmo tempo, é muito difícil entender o que é a política. E aqui eu estou pensando a política igual à democracia. Hoje em dia é muito complicado dizer que a ditadura é um regime político, porque a tendência atual ao se conceituar política é vê-la da mesma forma que a democracia. Ao longo do tempo, a política foi se tornando algo cada vez mais ligado à democracia, e por isso se tornou um regime mais ético, da igualdade entre as pessoas, mas não é igual à ética, pois nesta última temos o certo e o errado. E na política, não. Não posso dizer que certo é o PT e errado é o PSDB. Esse está sendo um problema sério hoje porque acabamos tendo uma divisão dos partidos, das posições políticas, que para a maior parte das pessoas é difícil de compreender. Quando vemos os blogs, as pessoas comuns, do povo, se manifestando, vemos que, para a maioria delas, a ideia de que se pode ter dois partidos antagônicos, cada um tendo razões legítimas, é muito difícil de ser aceita. Nesse sentido, fica complicado passar a ideia de que as pessoas podem op-

tar por um partido ou por outro, sendo éticas. Quase toda a discussão que vejo é de quem defende o partido tal, defende o mensalão; e quem defende o partido qual defende o entreguismo. Então, isso torna muito difícil a questão democrática. Uma característica atual muito forte da maneira de pensar a política é de vê-la como indecente. Há um descontentamento ético hoje com a política democrática e talvez esta seja a principal decepção popular com a política, o que nos impõe um grande desafio em nossos dias: dá para pensar a política eticamente sim ou não?

**IHU On-Line – Questiona-se hoje o modelo representativo de política. É hora de pensar em outras formas de governança?**

**Renato Janine Ribeiro** – Naturalmente não vejo como. Nos anos 1980 houve uma campanha razoável em favor da democracia direta. Tanto que a Constituição Federal, que data de 1988, pela primeira vez substituiu a expressão inicial das demais constituições republicanas, que era “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, pelo princípio de que o poder vem do povo e será exercido pelos seus representantes ou diretamente. No entanto, desde 1988 as formas principais de democracia direta, que são os referendos e plebiscitos, ocorreram em escala nacional para apenas três questões: uma puramente folclórica, que foi a escolha por monarquia ou república; uma questão extremamente secundária e infeliz, que foi a proibição da posse de armas de fogo; e uma questão séria, mas mal colocada, que foi a questão do parlamentarismo e presidencialismo. Nada mais. Em 24 anos não tivemos outras formas significativas de exercício da democracia direta no Brasil. Com a internet se pode até mesmo ter plebiscitos. Isso seria possível. Cada vez mais associações fazem votação pela internet com bastante êxito. Mas o país como um todo não fez e não sei se algum país já está fazendo ou prevendo isso. Hoje em dia, em vez de estar se transbordando a democracia representativa em favor de uma democracia direta, a própria democracia representativa

está se esvaziando. *Os interesses econômicos se tornaram tão poderosos que eles são invisíveis.* Quando elejo um representante, um deputado ou um presidente, por exemplo, sei quem eu coloquei no poder e ele deve me prestar contas. Mas quando os grandes negócios são quem comanda – e aqui Tony Blair<sup>3</sup> simboliza isso, no caso da Inglaterra –, não se sabe quem está mandando e sabemos que os políticos eleitos têm um papel muito limitado. Nesse sentido, essa parte toda do alvoroço social é importante, é muito boa. As redes até ajudaram a Primavera Árabe, mas não foram elas que a produziram, e seu alcance é limitado.

**IHU On-Line – Então, a política definitivamente está subordinada à economia?**

**Renato Janine Ribeiro** – Não sei se definitivamente, mas hoje está. De um tempo para cá, desde o triunfo mundial do capitalismo, ficou muito difícil fazer um contraponto à economia. O capitalismo acaba permitindo mais liberdade pessoal e política do que o comunismo; essa é uma vantagem dele, mas o capitalismo foi forçado a uma série de concessões pela existência do comunismo. Algumas dessas concessões, de vinte anos para cá, foram retiradas, outras deixaram de ser feitas, e a principal questão é que, com o desenvolvimento econômico e os ganhos de produtividade que tivemos, poderíamos estar trabalhando muito menos do que oito horas diárias, com uma qualidade de vida boa. Desde que caiu o comunismo isso não existe. Nós ficamos em uma situação que é de bastante subordinação da política ao mundo capitalista. Na Inglaterra, quando o trabalhismo volta ao poder, com o chamado *New Labour*, é para fazer serviço ao capital. Não fez nada que desagradasse ao capital; ao contrário. Nesse sentido, passamos a ter uma classe trabalhadora muito subor-

<sup>3</sup> Anthony “Tony” Charles Lynton Blair (1953): político britânico, tendo ocupado o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido de 2 de maio de 1997 a 27 de junho de 2007, de líder do Partido Trabalhista de 1994 a 2007 e de membro do Parlamento Britânico de 1983 a 2007. (Nota da IHU On-Line)

dinada. Vejamos o governo Lula: foi um governo de distribuição de renda, mas não de redistribuição de renda. Não foi um governo que tirou dos ricos para dar aos mais pobres, o que seria inteiramente lícito. Foi um governo que conseguiu, com o aumento do PIB brasileiro, dar uma parte maior do que foi aumentado para os mais pobres. Mas não houve um enfrentamento do capital. Nesse sentido, podemos dizer que até 2002 havia mais partidos e políticos no Brasil enfrentando o capital do que temos hoje.

**IHU On-Line – A que atribui a carência mundial de novas lideranças políticas que levem em conta mudanças estruturais?**

**Renato Janine Ribeiro** – Quando o comunismo entrou em crise em escala mundial, por volta de 1980, o neoliberalismo estava pronto. Havia todo um projeto que foi encampado por Margaret Thatcher<sup>4</sup>, na Inglaterra, e por Ronald Reagan<sup>5</sup>, nos Estados Unidos, e que foi implantado. Quando o capitalismo entrou em crise em 2008, não havia um projeto de esquerda. De modo geral, a esquerda hoje está dividida em dois segmentos: um maior, que aceitou colaborar com o capital, sem questioná-lo. E um grupo bem menor, que no Brasil seriam os partidos de extrema esquerda. Este último é um grupo que não renovou em nada suas teses e que permanece preso às bases do marxismo do século XIX. Esse grupo menor, radicalizado, não tem nenhuma proposta para o mundo de hoje. O grupo maior conseguiu melhorar as condições dos trabalhadores, mas sem ter uma proposta nova. Nessa relação entre capital e trabalho não há um projeto novo que possa empolgar no sentido de ser implantado. O que surgiu de novo tem a ver com a sustentabilidade e o verde. O projeto verde, em quase nenhum lugar do mundo, que eu saiba, dirige

4 **Margaret Hilda Thatcher**, Baronesa Thatcher LG, OM, PC, FRS (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da IHU On-Line)

5 **Ronald Wilson Reagan** (1911-2004): ator e político estadunidense, 33º governador da Califórnia e 40º presidente dos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

o governo. Quando muito, consegue ser parte do governo, como na França, com o governo de esquerda, e na Alemanha, com os governos de social-democracia. Mas ele próprio ter o primeiro ministro ou presidente da república, eu não conheço. No Brasil, Marina Silva<sup>6</sup> avançou muito nessa direção. Teve 20% dos votos, mas tudo isso foi jogado fora, não sei por quê. A fragilidade do partido que a lançou é enorme e a fragilidade dela também existe. Nem o Partido Verde foi capaz de manter esses votos – aliás, veja que o PV nem aumentou sua bancada. No entanto, 20% dos votos é muita coisa! Como isso acaba no dia seguinte? Hoje ninguém mais pensa neles. Essas novas lideranças não conseguiram ocupar espaço. O caso mais emblemático disso é Al Gore<sup>7</sup>, que era o vice-presidente de Bill Clinton. Al Gore se elegeu presidente dos Estados Unidos no ano de 2000 e não tomou posse por causa da fraude eleitoral que levou Bush à presidência. Mas esse homem (Al Gore) foi eleito presidente dos Estados Unidos! Ele tinha um projeto importantíssimo ligado à internet. E foi capaz de criar um novo projeto importante, que é o que resulta no filme dele sobre aquecimento global (*Uma verdade inconveniente*). Esse homem é muito bom, ele é muito capacitado. Mas a eleição dele foi roubada e depois disso ele foi se tornando mais um pregador de ideais do que um político.

6 **Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima** (1958): ambientalista, historiadora, pedagoga e política brasileira. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Atualmente, está sem partido. Foi ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à Presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos, com 19,33% da porcentagem total - expressivos 19.636.359 votos válidos em todo o território nacional. (Nota da IHU On-Line)

7 **Al Gore**: político norte-americano. Confira no site do IHU, editoria Notícias Diárias, o comentário de Luiz Carlos Merten, sobre o documentário *Uma verdade inconveniente*, publicado em 03-11-2006. Em 13-10-2006, reproduzimos uma entrevista com Al Gore intitulada *Este homem quer conter as lágrimas do Kilimanjaro*, também nas Notícias Diárias. O Blog do IHU repercutiu, igualmente, o documentário de Gore. Acesse nossa página, [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br), e confira. (Nota da IHU On-Line)

Ele ficou em um lugar pequeno, quando poderia ter se tornado um grande líder mundial.

**IHU On-Line – Considerando que “o futuro do PT está em suas alianças”<sup>8</sup> e a foto de Maluf com Lula, o que o senhor diria a respeito da foto e do fato?**

**Renato Janine Ribeiro** – É importante esclarecer que uma coisa é o futuro do PT como partido, como projeto de poder, como um grupo que quer continuar liderando o Brasil e se possível liderar estados e municípios. Aí, no sistema político brasileiro, ele e qualquer outro partido depende de suas alianças. Isso vale para ele, como vale para o PSDB ou qualquer partido como projeto hegemônico. Outra coisa é o ponto de vista do projeto de vida petista, daquilo que caracterizou o PT, que lhe deu força durante mais de 20 anos até ele chegar ao poder como um partido diferente dos outros, como um partido com um projeto mais social para o Brasil. No poder ele realizou parte disso, mas não tudo, ele se desgastou, mas mesmo assim está vivendo neste poder ainda dos frutos daquilo que gerou em seu tempo de oposição. Nesse sentido, o futuro do PT não está nas alianças, mas, sobretudo, na sua capacidade de manter ou de recuperar o caráter ético que deu à política. Então, o papel das alianças para o PT é muito diferente; conforme seja o cerne dos ideais petistas, ou a dominação do Estado.

**IHU On-Line – Considerando a trajetória histórica do PT, o que ele abandonou e o que incorporou em seu caminho?**

**Renato Janine Ribeiro** – Ele incorporou um realismo maior. O PT era um partido que tinha um monte de projetos irrealistas e alguns, ruins. Por exemplo, era contra critérios de avaliação de qualidade no caso da educação. O partido foi capaz de adotar critérios de avaliação da qualidade da educação e isso foi um grande

8 Afirmção feita pelo entrevistado no artigo “O PT em risco”, disponível em <http://bit.ly/T1P55k> (Nota da IHU On-Line).

avanço. Tanto que notamos na atual greve das universidades federais que o que é lançado contra o PT é aquilo que o partido lançava contra o governo PSDB. E o que é lançado contra o PT está errado em parte, o que os movimentos de professores fazem é querer um aumento independentemente de desempenho, o que não é possível. Então, no governo, o PT foi capaz de aderir a critérios de desempenho, de se tornar mais capaz de lidar com o mundo como ele é e, dentro disso, fazer mudanças. E ele conseguiu um saldo positivo de mudanças, mas o fez cedendo. E cedendo, em primeiro lugar, à realidade. O aspecto negativo é que ceder à realidade também significa abandonar ideais. Isso é muito complicado. Não se consegue governar o Brasil sem fazer alianças. E essa não é uma falha do PT. Dificilmente alguém vai governar o Brasil sem fazer alianças, inclusive com os setores menos elogiáveis da sociedade.

**IHU On-Line – O que define a identidade do Partido dos Trabalhadores hoje?**

**Renato Janine Ribeiro** – Começo pelo PSDB, que teve um projeto para o Brasil que consistiu, num primeiro momento, na estabilidade da moeda. Isso foi conseguido. É sempre um risco, mas foi conseguido e mantido, pois ninguém com perspectiva de governo no Brasil quer hoje colocar isso em xeque. O PSDB também revelou o tamanho da dívida do Estado Federal e dos estados (unidades da federação), o que foi muito difícil. E o PSDB privatizou. Para o bem ou para o mal, isso tudo ele completou. O grande ganho do PSDB é ele ter completado um projeto basicamente econômico. Já o PT foi capaz de trazer para a agenda política como prioridade a questão social. Até o PT assumir o governo, a questão social era algo que poderia ser sacrificado a qualquer momento, caso houvesse alguma crise econômica, fiscal ou financeira. Hoje isto está ancorado. Nenhum partido com chance de vitória pode propor a redução dos programas sociais. O próprio fato do PFL, atual DEM, estar caindo, está ligado ao fato de que ele foi impugnar projetos sociais no judiciário. O PT é o

partido da inclusão social. Ele conseguiu transformar a pirâmide social em losango, fazendo com que as classes D e E, que eram mais numerosas do que a classe C, diminuíssem, o que permitiu que a classe C se tornasse maior sozinha, tanto em relação às duas de cima (A e B) como às de baixo (D e E). Isso tudo é um êxito e esse é o grande trunfo do PT.

## Leia mais...

>> Renato Janine Ribeiro é autor do *Cadernos IHU Ideias* número 6, publicado pelo IHU em 2003, intitulado *Brasil: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo*, disponível para download em <http://bit.ly/QWt1Zm>

## Evento: IHU ideias

**Data:** 16-08-2012

**Palestra:** “Direito de resistência”: a luta social pelo direito à moradia urbana

**Palestrante:** Bel. Natália Martinuzzi Castilho - Unisinos

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

**Horário:** 17h30min às 19h

**Mais informações:** <http://zip.net/bwhpnF>

# “Somos absolutistas anacrônicos. Vivemos sempre sob o regime do favor, dos privilégios, da não república”

Para Roberto Romano, alianças importam, em qualquer hipótese, na luta pelo poder. Mas se elas impedem as mudanças propostas no programa partidário, “temos o realismo de fancaria que sequer merece o epíteto de maquiavelismo”.

POR GRAZIELA WOLFART

Segundo a reflexão do professor da Unicamp, Roberto Romano, “nossos partidos políticos seguem o interesse maior dos líderes nacionais e regionais. Eles julgam não ter explicações a dar para a militância de base. Numa reforma política verdadeira, algumas determinações seriam estratégicas, como a proibição de líderes ficarem nas direções por mais de quatro anos, a exigência de consulta primária aos eleitores dos partidos quando das eleições (escolha dos candidatos, alianças, etc.). E nada falamos, por enquanto, das máquinas eleitoreiras, os partidos ditos ‘nanicos’. Eles são propriedade privada de um ou dois políticos e se vendem (na verdade, vendem seu minuto de propaganda gratuita) em troca de cargos, favores, etc.”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Roberto Romano acrescenta que a “dita burguesia progressista sempre decepcionou as esperanças dos seus aliados: ela sempre optou pelo lucro, pelos golpes de Estado, pela ruptura com a tênue democracia. A lição de 1964 cabe no quadro. No interior do partido ‘revolucionário’, pobre de quem se levantasse

contra a política ‘realista’ de alianças!”. Para ele, as “alianças ‘pela governabilidade’ assumidas pelo PT (Sarney, Lobão, ACM e agora Maluf) adiaram, sem prazo de recomeço, a luta do petismo pela justiça no Estado e na vida social”. E sobre a foto de Lula com Maluf, um símbolo recente da política de alianças em nosso país, Roberto Romano dispara: “Temos nos dois elementos o retrato impiedoso da prática realista”. E conclui: “o resultado está na foto: venceram os contrários ao ‘principismo’, ou seja, os alérgicos aos valores éticos, programáticos, socialistas, etc.”.

Roberto Romano cursou doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, na França, e é professor de filosofia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Escreveu, entre outros, os livros *Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico* (São Paulo: Kairós, 1979), *Conservadorismo romântico* (2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997) e *Moral e ciência. A monstruosidade no século XVIII* (São Paulo: Senac Ed., 2002).

Confira a entrevista.

## IHU On-Line – Que leitura o senhor faz da foto de Maluf com Lula?

**Roberto Romano** – Temos nos dois elementos o retrato impiedoso da prática realista. É como se o retrato de Dorian Gray<sup>1</sup> tivesse exibição

invertida: o horror aparece depois de ficar escondido pela retórica “ética” do petismo durante anos. Mas as rugas que hoje encobrem o rosto petista não surgiram repentinamente. Elas vêm de longa data. Recordo como se fosse hoje: no dia em que o PT foi inaugurado, na capela do Colégio Sion em São Paulo, ali estive a convite. Ao chegar no vestibulo da igreja, certo in-

telectual importante me recebeu com uma recomendação: “devemos acabar com os principistas dentro do PT”. Não fiquei muito tempo na cerimônia. Afinal, fui e sou principista... O resultado está na foto: venceram os contrários ao “principismo”, ou seja, os alérgicos aos valores éticos, programáticos, socialistas, etc.

<sup>1</sup> O Retrato de Dorian Gray: romance publicado por Oscar Wilde, considerado um dos grandes escritores irlandeses do século XIX. (Nota da IHU On-Line)

## IHU On-Line – O que as alianças políticas atuais revelam acerca das convicções políticas e sociais dos partidos e seus integrantes?

**Roberto Romano** – É preciso notar que a rigidez ideológica convive, ao longo dos tempos, com a flexibilidade máxima quando se trata de interesses dos partidos e, sobretudo, de seus dirigentes. É o caso do trato entre Hitler<sup>2</sup> e Stalin<sup>3</sup> que desarmou a esquerda no mundo inteiro, sobretudo na Europa. A antiga esquerda também seguiu teorias que identificavam supostas sociedades e Estados “pré-capitalistas”. Daí, ela encetou alianças com os “setores progressistas da burguesia na-

cional”. A esta última eram atribuídas “tarefas históricas” como resposta ao apoio revolucionário. A dita burguesia progressista sempre decepcionou as esperanças dos seus aliados: ela sempre optou pelo lucro, pelos golpes de Estado, pela ruptura com a tênue democracia. A lição de 1964 cabe no quadro. No interior do partido “revolucionário”, pobre de quem se levantasse contra a política “realista” de alianças! Um aluno meu, infelizmente falecido, tem um mestrado no qual examina, com documentos, a referida política imersa na Realpolitik (Rückert, Sérgio Joaquim. *Persuasão e ordem: a escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50*, 1987). O texto eletrônico pode ser lido no site Nou-Rau da Unicamp, em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>. Com as alianças “realistas” se instala na mente dos militantes uma contradição existencial: como seguir a palavra de ordem emitida pelas direções se o aliado de agora significa o contrário de tudo o que o nosso partido postula? Com a imposição autoritária dos quadros dirigentes, os militantes têm apenas duas saídas: ou deixam o partido e inauguram uma dissidência, ou dobram a espinha. Esta flexão do corpo e da alma é mais provável quando no ápice da hierarquia partidária se encontra uma personalidade carismática, efetiva ou fabricada pela propaganda. É o caso de Stalin, Mao<sup>4</sup> e de outros líderes. No Brasil, Prestes<sup>5</sup> e agora Luís Inácio da Silva.

2 Adolf Hitler (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e anti-semitas, bem como seus objetivos para a Alemanha ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da IHU On-Line, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda - as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://migre.me/s7hk>. A edição 265, intitulada *Nazisimo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <http://migre.me/s7gM>. (Nota da IHU On-Line)

3 Josef Stalin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin chegou ao posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira, ainda, a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, intitulada Stalin e Roosevelt: uma troca de cartas reveladora, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler. (Nota da IHU On-Line)

4 Mao Tsé-Tung: (1893-1976): ditador, político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, estratégias militares, e suas políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maoísmo. Chegou ao poder comandando a Longa Marcha, formando uma frente unida com Kuomintang (KMT) durante a Guerra Sino-Japonesa para repelir uma invasão japonesa, e posteriormente conduzindo o Partido Comunista Chinês até à vitória contra o generalíssimo Chiang Kai-shek do KMT na Guerra Civil Chinesa. (Nota da IHU On-Line)

5 Luís Carlos Prestes (1898-1990): militar e político comunista brasileiro. Foi secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), posteriormente chamado Partido Comunista Brasileiro. Casou-se com Olga Benário, morta na Alemanha, na câmara de gás, pelos nazistas. Em 1936,

## IHU On-Line – Como falar em democracia em um contexto em que os partidos têm como fim a manutenção do poder, sem preocupação com um projeto de país?

**Roberto Romano** – Um partido político nada mais é do que o projeto de sociedade e de Estado. Tal projeto, inscrito no programa partidário, é proposto ao povo soberano em eleições. O povo, na sua maioria, escolhe o modelo proposto e recusa outros paradigmas. Assim, um partido socialista propõe à coletividade o modelo de preeminência dos interesses coletivos sobre os individuais nas políticas públicas (educação, saúde, segurança, tecnologia, propriedade, etc.). Ele também exige a autonomia do país diante de forças internacionais, sejam elas das finanças, das empresas que operam em todo o planeta, etc. É claro que, em tal visão, o partido precisa conquistar o poder e, se possível, nele ficar até que seu projeto seja aplicado à sociedade e ao Estado. Não é isso o que notamos no Brasil. País oligárquico, nele os partidos também se organizam de maneira oligárquica, defendendo, sobretudo, os interesses dos chefes de famílias poderosas ou dos ajuntamentos dirigentes regionais. Aqui o programa serve apenas para legalizar a legenda junto à justiça eleitoral e nada mais. Os oligarcas (ou sua família) são longevos no poder. E tal fato é antigo na história democrática mundial. Aristóteles já critica os que “ao visar os benefícios a serem obtidos dos recursos públicos, buscam a permanência contínua nos cargos” (Política, III, IV). No Brasil basta um nome: Sarney. A lista é pequena, porque os oligarcas (como o nome indica) são poucos, ciumentos das prerrogativas (“a liturgia do cargo” dizia Sarney quando na presidência da República) e dos privilégios. O PMDB é uma federação de oligarcas regionais. O DEM (antigo PFL, antiga Arena, antiga

Prestes foi preso, perdeu a patente de capitão e inicia o cumprimento de sua pena, que durou nove anos. Com o fim do Estado Novo, foi anistiado, elegendando-se Senador. Após o golpe de 1964, com o AI-1, teve seus direitos de cidadão novamente revogados, dessa vez por dez anos. Exilou-se na União Soviética, para não ser novamente preso, regressando ao Brasil devido à anistia de 1979. (Nota da IHU On-Line)

PSD, UDN, etc.), hoje em processo de enfraquecimento letal, era uma federação similar. O PT se oligarquiza rapidamente. Existe hoje o PT dos Viana no Acre, de Jaques Wagner<sup>6</sup>, o feudo petista de São Paulo, o PT de Tarso Genro<sup>7</sup>, etc. As dissensões dentro do petismo seguem exatamente o processo de oligarquização: os interesses regionais do partido não raro se chocam com os interesses dos dirigentes nacionais. E aí temos as intervenções, como a ocorrida em Recife recentemente. Enfim, nossos partidos políticos seguem o interesse maior dos líderes nacionais e regionais. Eles julgam não ter explicações a dar para a militância de base. Numa reforma política verdadeira, algumas determinações seriam estratégicas, como a proibição de líderes ficarem nas direções por mais de quatro anos, a exigência de consulta primária aos eleitores dos partidos quando das eleições (escolha dos candidatos, alianças, etc.). E nada falamos, por enquanto, das máquinas eleitoreiras, os partidos ditos “naniços”. Eles são propriedade privada de um ou dois políticos e se vendem (na verdade, vendem seu minuto de propaganda gratuita) em troca de cargos, favores, etc. Em suma, nada temos no Brasil que negue os pressupostos de Karl Marx no 18 Brumário<sup>8</sup>, de

6 **Jaques Wagner** (1951): político brasileiro, governador da Bahia desde 1º de janeiro de 2007. (Nota da IHU On-Line)

7 **Tarso Genro**: advogado, jornalista e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre e ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 3 de outubro de 2010, foi eleito governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da IHU On-Line)

8 **Golpe de Estado de 18 de Brumário**: do calendário revolucionário francês, 9 de novembro de 1799, iniciou a ditadura napoleônica na França. Quando os idealizadores do golpe derrubaram o Diretório e criaram o Consulado, estabelecendo um novo governo na França, o jovem general Napoleão Bonaparte assumiu o cargo de primeiro-cônsul em meio a uma crise generalizada. Foi acolhido com entusiasmo pela burguesia, que aspirava à paz, à ordem interna e à retomada normal das atividades. Os conspiradores do golpe não temiam o general Bonaparte, escolhido para liderar o movimento, pois acreditavam que acabariam por reduzir sua importância. (Nota da IHU On-Line)

## “Aqui o programa serve apenas para legalizar a legenda junto à justiça eleitoral e nada mais”

Max Weber<sup>9</sup> e de Robert Michels<sup>10</sup>. Infelizmente!

### IHU On-Line – Qual é o sentido da política em uma sociedade?

**Roberto Romano** – Não existe santidade na política e no Estado. A lição platônica, radicalizada por Santo Agostinho<sup>11</sup> (*Remota itaque iustitia quid sunt regna nisi magna latrocinia? quia et latrocinia quid sunt nisi parua regna?*, Civitate Dei, IV, iv) deveria nos alertar contra partidos e agrupamentos políticos que se apresentam como “puros”. Aliás, é recomendável ler um pungente livro da psicanalista Marie-Laure Susini *“Éloge de la corruption, les incorruptibles et leurs corrompus”* (Paris: Fayard, 2008). Ali, a autora

9 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a IHU On-Line dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/30rKx>. De Max Weber o IHU publicou o **Cadernos IHU em Formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber - o espírito do capitalismo*. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da IHU On-Line)

10 **Robert Michels** (1876-1936): sociólogo alemão, autor de *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona, 2001. Formulou a teoria da destinação oligárquica dos partidos, conhecida como “lei de bronze”. (Nota da IHU On-Line)

11 **Aurélio Agostinho** (354-430): Conhecido como Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, bispo católico, teólogo e filósofo. É considerado santo pelos católicos e doutor da doutrina da Igreja. (Nota da IHU On-Line)

mostra todos os perigos da suposta “pureza” na ordem social. Notemos que Santo Agostinho afirma que “sem a justiça” os reinos são apenas magna ladroagem. Ora, na República (432 b-d), Sócrates compara a pesquisa da justiça à caça. Devemos pensar que a justiça é animal astucioso oculto numa touceira. Ela pode escapar sob nossas pernas. E mesmo quando agarrada, podemos perdê-la. Sua essência é fugidia. É tolo imaginar que exista o monópólio da justiça, bem como o monopólio da moral e da ética. A justiça é a essência do Estado excelente. Sócrates convida Glauco a imitar na sua busca “alguns caçadores que formam um círculo ao redor da moita (θάμνον). Precisamos de toda nossa atenção para evitar que a justiça (δικαιοσύνη) não ache uma saída por onde escapar e, travestida, escape de nossos olhos”. Tendo recebido a anuência de Glauco, Sócrates recomenda: “abra, pois, os teus olhos, fazendo todo o possível para percebê-la no caso de, talvez, tu a vejas antes de mim, assinalando-a” (*República*, Loeb Classical Library, Plato V, I, 1978). O PT exibiu a máscara da pureza durante anos, contra os demais partidos. E se afirmou como o guardião da justiça social. Em seu discurso, Maluf fazia as vezes de um ardiloso demônio corrupto. Lembro, a propósito, que Spinoza<sup>12</sup>, no *Tratado Político*, critica os filósofos defensores de modelos morais puros e elogia os políticos, conhecidos pela astúcia. Trata-se de uma precaução importante, pois quase sempre os “santos” na política apenas ostentam a armadilha da ortodoxia ética, sendo na verdade raposas e leões. Alianças importam, em qualquer hipótese, na luta pelo poder. Mas se elas impedem as mudanças propostas no programa partidário, temos o realismo de fancaria que sequer merece o epíteto de maquiavelismo. As alianças “pela governabilidade” assumidas pelo PT (Sarney, Lobão, ACM

12 **Baruch de Spinoza** (1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna, e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confirma a edição 398 da revista *IHU On-Line*, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ITqFx>. (Nota da IHU On-Line)

e agora Maluf) adiaram, sem prazo de recomeço, a luta do petismo pela justiça no Estado e na vida social.

**IHU On-Line – Em 2003, quando elegeu pela primeira vez o presidente da República, o PT já havia passado por uma transformação interna, de valores e objetivos. De que maneira essa mudança foi percebida pelos movimentos sociais e pelo eleitorado brasileiro?**

**Roberto Romano** – Pelos militantes, das maneiras que indiquei acima: ou dobraram a cerviz ou saíram do partido. Ou, então, nele permanecem impotentes sob a hegemonia dos realistas. Quanto ao eleitorado, a face é outra. O PT soube, como poucos partidos, aproveitar a popularidade de seu líder máximo. A propaganda de Duda Mendonça e atualmente a de João Santana (digo sempre que este último é o ministro mais importante do governo petista) ampliou muito a figura de Luís Inácio da Silva, elevando-a à dimensão mitológica. Assim, o PT é um partido que tem dois nomes estelares (sendo que a presidente escolhida tem a luz da lua, derivada do sol que é o ex-presidente) e depois, muito abaixo, nomes regionais que não empolgam o país. Eu diria que impera no PT o monoteísmo de Luís Inácio da Silva. Assim, na medida em que as popularidades do sol e da lua persistirem, teremos um eleitorado cativo para a agremiação. Nunca, como hoje, foi tão importante, no Brasil e no mundo, estudar a propaganda política. É de todo recomendável ler o livro de Serge Tchakhotine, *A mistificação das massas pela propaganda política* (em tradução de Miguel Arraes, quando foi cassado pela ditadura, na Editora Civilização Brasileira). O título original do livro é mais violento: “O estupro das massas pela propaganda política”. Devido à censura ditatorial, o eufemismo imperou no título brasileiro. Dei um curso sobre o assunto na pós-graduação da Unicamp, e creio ser necessário que os estudiosos da política nacional orientem seus trabalhos para o ponto. Note-se que as alianças oportunistas, hoje, têm como alvo dar aos marqueteiros (os sofistas de nossa era) minutos a mais de propaganda. Há muito para refletir em semelhante atoleiro da ordem democrática.

## “No Brasil basta um nome: Sarney. A lista é pequena, porque os oligarcas são poucos, ciumentos das prerrogativas e dos privilégios”

**IHU On-Line – Ao percorrer a trajetória histórica do PT, quais os principais movimentos de mudança que o senhor destaca em relação à sua ideologia? Qual a influência das alianças nesse sentido?**

**Roberto Romano** – O PT não teve ideologia unitária desde o seu início. Nele, se definiram três correntes principais: o catolicismo progressista, os trotskistas e os antigos stalinistas. Ele também agregou alguns setores que nos EUA seriam chamados de “liberais”, ou seja, democratas desejosos de melhoria social, justiça, etc. A conquista do poder, que se deu gradativamente, trouxe conflitos internos, quase sempre resolvidos em favor dos “realistas” contra os “principistas”. Assim, a mudança foi um processo lento e contraditório dentro da agremiação. O ápice do realismo ocorreu na Carta aos Brasileiros e na aceitação da política econômica edificada com o Plano Real. A escolha de Henrique Meirelles para o Banco Central não foi apenas algo simbólico, mas determinou profundamente a forma operacional. E aqui podemos dizer que uma aliança tácita foi entretecida pelo PT e pelos supostos partidos de oposição (PFL/DEM e PSDB) que mantiveram apoio integral à política econômica petista, deles herdada. O antigo programa partidário do petismo, proclamadamente socialista, deveria ter sido mudado, com a militância, após a Carta aos Brasileiros. Mas ele se manteve como truque de propaganda e chantagem: criticar o governo petista passou a significar, em alguns núcleos duros do PT,

tentar o golpe contra a “esquerda”. Só que a prática do partido, como bem diz o psicanalista Thales Ab’Saber<sup>13</sup>, no jornal O Estado de São Paulo (04-08-2012), foi a instalação na direita.

**IHU On-Line – Que lugar ocupa a ética em nossa política partidária atual?**

**Roberto Romano** – Trata-se de uma ética que opera em favor dos governantes, “ex parte príncipe”, como diriam os humanistas do século XVI e, com eles, Norberto Bobbio<sup>14</sup>. É a ética que nega direitos às “pessoas comuns” é a ética do “sabe com quem está falando”? A ética do absolutismo tirânico. Não podemos esquecer que, na tradição ética e jurídica antiga e moderna, tirano “é quem usa os bens dos governados como se fossem seus”. A lição está em Aristóteles, São Tomás<sup>15</sup>, Jean Bodin<sup>16</sup> e outros mais. No Brasil temos uma ética da tirania porque o que fazem nossos operadores do Estado é julgar de sua propriedade o que é público.

**IHU On-Line – Recentemente o senhor afirmou que “o Brasil é um**

<sup>13</sup> **Thales Ab’Saber:** membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e doutor em Psicologia clínica / Psicanálise pela USP. É autor de *O sonhar restaurado* (São Paulo: Ed. 34, 2005). Confira a entrevista *O voto nulo e a fratura exposta da política oficial*, concedida à edição 197 da revista IHU On-Line, de 25-09-2006, disponível em <http://bit.ly/NkHI9r>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>14</sup> **Norberto Bobbio** (1909-2004): filósofo político, historiador do pensamento político e senador vitalício italiano. (Nota da IHU On-Line)

<sup>15</sup> **São Tomás de Aquino** (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado Doctor Communis ou Doctor Angelicus pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas “Summae”, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae*, a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>16</sup> **Jean Bodin** (1530-1596): jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. É considerado por muitos o pai da Ciência Política devido a sua teoria sobre soberania. Baseou-se nesta mesma teoria para afirmar a legitimação do poder do homem sobre a mulher e da monarquia sobre a gerontocracia. (Nota da IHU On-Line)

## Estado absolutista anacrônico<sup>17</sup>. Poderia explicar essa tese?

**Roberto Romano** – Como enuncia Joël Cornette, o poder absolutista é organizado como uma família na qual as ligações de sangue e proximidade são hegemônicas, onde o rei sempre é percebido sob os traços do *pater familias*, concedendo benesses aos seus e sabendo distinguir os que as merecem. “Henrique IV, chefe benfeitor de clã, permanece para sempre como o que fez dos franceses ‘irmãos’, ‘primos’, ‘amigos’, um clã que tem sentido não quando ele está em guerra ou em paz, mas porque está reconciliado (...). Todas as famílias concomitantes e superpostas, de Versalhes até a mais humilde choupana, são dominadas pela família mística: o Pai, o Filho e o Rei da França. Pois a essência divina da monarquia, pensada, difundida, teorizada definitiva e eficazmente a partir da resacralização de Henrique IV, confere a essa dimensão paterna da monarquia um valor sagrado. Segundo uma propaganda oficial, as famílias terrestres do reino francês apenas transcrevem a família celeste, dos santos, dos anjos, do povo de Deus” (*La monarchie, entre Renaissance et Révolution*, 1515-1792. Paris: Seuil, 2000). O trabalho do rei é o de prover os seus próximos “construindo uma rede familiar e doméstica que assegure a boa marcha do governo. Para tanto, é preciso achar subsídios. Os monarcas mais atilados elaboraram, com seus conselheiros, sistemas que ligam o ‘doméstico ao administrativo’, a fidelidade à venalidade, o ‘serviço de sua pessoa na administração da coisa pública’. Assim, a monarquia criou em permanência a estrutura clientelar com ramos horizontais no espaço geográfico, limitadas apenas pelas fronteiras, com implicações verticais na hierarquia social, descendo até os submetidos à talha e à corveia” (Ainda Cornette). A ascensão social e política é feita pelos grupos e indivíduos naquela imensa rede de favores instaurada pelo absolutismo. O rei precisa cooptar os nobres, estes precisam exibir poder ao rei. E ambos os lados precisam de operadores que permitam a fluidez dos interesses, a sua realização sempre dependente dos alvos concorrentes ou paralelos

## “O PMDB é uma federação de oligarcas regionais”

aos dos coletivos familiares ou de “amigos” que os mantinham. A política do “é dando que se recebe” não foi instaurada no Brasil, como se nota. A sociedade e o Estado absolutistas constituíam, diz um historiador, “redes de amizade, de primos, de camaradas de colégio e combate, companheirismo, afinidades diversas, encontros de vizinhos”. Elas eram, para um nobre, “uma rede de interdependência na qual ele se inseria desde o nascimento, onde se casava e que lhe permitia sustentar, ou aumentar, a reputação de sua casa. É um capital que em parte ele herdava de seus parentes, que deveria fazer frutificar antes de o transmitir, por sua vez, aos filhos. O gosto das relações, o culto da amizade, contavam tanto quanto o sentido da honra e do devotamento” (*Petitfils, Jean-Christian: Louis XIV*. Paris: Perrin, 2002). O absolutismo é marcado, para além dessa rede de favores (algo essencial na sociedade e política brasileira de ontem e de hoje), pelos privilégios dos que dirigem o Estado. Há nele a divisão entre os “excelentes” e os “comuns”. No Brasil, o privilégio de foro, algo essencialmente contrário ao que é republicano, se une a outros privilégios dos que governam. Temos a permanência de costumes e usos do Antigo Regime. Além disso, a ética do Estado brasileiro reserva ao presidente da república quase todas as prerrogativas do imperador, entre elas, a irresponsabilidade. Diz a Constituição que o presidente é responsável pelo governo. Se fosse assim, de fato, a maioria dos escândalos financeiros e políticos do ministério teriam a presidência como acusada em juízo. É bom lembrar que vivemos sob o absolutismo de 1500 até o século XIX, quando a doutrina liberal de Benjamin Constant<sup>18</sup> sobre o poder moderador, um poder neutro segundo ele, foi pervertida para reservar um po-

der superior ao chefe de Estado. O Brasil, no projeto dos portugueses que fugiam da Revolução francesa na pessoa de Napoleão, seria um Estado contrarrevolucionário (entenda-se: contrário às revoluções democráticas modernas, as da Inglaterra do século XVII, dos EUA e da França no século XVIII). Vivemos sempre sob o regime do favor, do privilégio, da não república. Daí, somos absolutistas anacrônicos, um museu constitucional de fato, embora tenhamos uma Constituição escrita que prima pela democracia.

## IHU On-Line – Como as alianças políticas com fins meramente eleitorais, ou em nome da chamada “governabilidade”, se relacionam com o niilismo ético e político que vivemos em nosso país?

**Roberto Romano** – O absolutismo é por excelência o regime da razão de Estado, do amoralismo político. E do cinismo oportunista. O Brasil se coaduna com tal lado do poder absoluto: nele, valores não contam, apenas poder e dinheiro. E privilégios. O niilismo é programa real da maioria de nossos políticos.

## Leia mais...

>> Roberto Romano já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

Confira.

- “O governo do Brasil retoma a ética conservadora e contrária à democracia, o que exige da Igreja o papel vicário”. Publicado nas Notícias do Dia 14-01-2008, disponível em <http://migre.me/63kHZ>;
- Niilismo e mercadejo ético brasileiro. Publicada na edição número 354 da IHU On-Line, de 20-12-2010, disponível em <http://migre.me/63kJB>;
- Filosofia não é, necessariamente, sistema. Publicada na edição número 379 da IHU On-Line, de 07-11-2011, disponível em <http://bit.ly/v0ujxe>.

<sup>17</sup> Tal afirmação pode ser lida em <http://bit.ly/PYIKCF>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>18</sup> Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830): pensador, escritor e político francês de origem suíça. (Nota da IHU On-Line)

# “Não temos República nem democracia consolidadas”

Na visão da socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides, ainda predomina na cultura política brasileira o poder oligárquico e a defesa de privilégios que perpetuam uma forma naturalizada de patrimonialismo. Portanto, conclui, “não temos República nem democracia consolidadas”.

POR GRAZIELA WOLFART

**A**poiadora da proposta de extinção do Senado e filiada ao Partido dos Trabalhadores, a professora e cientista política Maria Victoria de Mesquita Benevides defende que a construção da democracia passa necessariamente pela ética na política. “Os fins não justificam os meios. Há décadas defendendo a reforma política, cada vez mais relevante. Acredito que a adoção de formas de democracia direta e participativa poderiam reduzir os defeitos da representação, assim como modificações no sistema eleitoral poderiam aumentar a representatividade democrática. Defendo, ainda, o financiamento público das campanhas eleitorais. Tudo isso com regras claras e sob o controle da sociedade”. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela lamenta que “infelizmente, o povo não confia nos partidos e menos ainda na política. Isso é péssimo, porque mina a crença na atividade política como possibilidade de transformação e desenvolve apatia

em relação ao bem público, assim como provoca, por exclusão, saídas individuais e não democráticas”.

Socióloga, com especialização no campo da Ciência Política e do Direito e em temas da História Política brasileira e da Educação, Maria Victoria Benevides realizou seus estudos universitários na PUC-Rio, nos Estados Unidos e na França. Tem mestrado, doutorado e livre-docência pela Universidade de São Paulo – USP. É professora aposentada da USP e autora de, entre outros, *Desafios para a democracia no Brasil* (Rio de Janeiro: CEDAC/Oikos, 2005) e *A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo: Da ditadura à democratização* (São Paulo: Lettera.doc, 2009).

Maria Victoria Benevides esteve na Unisinos participando do Seminário Nacional: A Era Vargas em Questão 1954-2004, promovido pelo IHU em 2004.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Existe ainda no Brasil a política de oligarquias e do patrimonialismo?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Sim. Ainda predomina na “cultura política” brasileira o poder oligárquico e a defesa de privilégios que perpetuam uma forma “naturalizada” de patrimonialismo. Portanto, não temos República nem democracia consolidadas. Mas ainda teremos.

**IHU On-Line – Quais as diferenças entre alianças políticas e alianças eleitorais?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – As alianças políticas expressam (ou deveriam) afinidades programáticas, doutrinárias ou, quiçá, ideológicas. As eleitorais são apenas coligações de momento, visando, como diz o nome, a maximização de votos numa determinada eleição. A

partilha do poder deveria valer só para as alianças políticas.

**IHU On-Line – Quais os partidos políticos no Brasil, hoje, poderiam realmente fazer aliança política levando em conta sua trajetória ideológica?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Hoje é uma resposta difícil, porque a trajetória de alguns partidos mudou muito. Já tivemos alianças políticas que dividiam o espectro es-

querda/direita e os centros. Hoje, esse quadro não tem mais nitidez.

**IHU On-Line – Como a senhora avalia que o PT tem se posicionado em relação às alianças que vem estabelecendo desde o primeiro mandato do governo Lula?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Continuo filiada ao partido (em São Paulo, apoio a candidatura de Fernando Haddad) e acredito que o PT possa sair da crise, que se arrasta. Mas nunca concordei com o pragmatismo exagerado de certas alianças, seja para cortejar empresários, usineiros e banqueiros, seja para conseguir o apoio de “inimigos” como Collor, Sarney, Maluf, Jader Barbalho et cetera.

**IHU On-Line – Em que sentido o PT mais mudou em relação à sua ideologia desde sua fundação até os dias atuais? Qual a influência das alianças nesse sentido?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Desde a vitória de Lula, a mudança pragmática vem ocorrendo em nome da prudência (medo, pelo exemplo do golpe contra o Allende<sup>1</sup>), e, depois, em nome da governabilidade, pelo apoio no Congresso. Compreendo esse pragmatismo, mas creio que Lula venceu e se reelegeu com tal popularidade que poderia voltar ao programa do partido, dos movimentos sociais, da militância mais aguerrida. Faço questão de afirmar, no entanto, que a atuação do governo Lula em relação aos direitos humanos, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, representa um formidável avanço democrático. Assim também a política externa.

**IHU On-Line – Como a senhora se sente – como cidadã, cientista política e ex-presidente da Comissão de Ética Pública – em relação aos rumos**

1 Salvador Allende Gossens (1908- 1973): médico e político marxista chileno. Fundador do Partido Socialista, governou seu país de 1970 a 1973, quando foi deposto por um golpe de estado liderado por seu chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet. (Nota da IHU On-Line)

## “A construção da democracia passa necessariamente pela ética na política”

**da política representativa no Brasil hoje?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Continuo defendendo que a construção da democracia passa necessariamente pela ética na política. Os fins não justificam os meios. Há décadas defendo a reforma política, cada vez mais relevante. Acredito que a adoção de formas de democracia direta e participativa poderia reduzir os defeitos da representação, assim como modificações no sistema eleitoral poderiam aumentar a representatividade democrática. Defendo, ainda, o financiamento público das campanhas eleitorais. Tudo isso com regras claras e sob o controle da sociedade.

**IHU On-Line – O que representa para a sociedade brasileira a realização do julgamento do mensalão? Algo mudará em relação à imagem da política para o povo brasileiro?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Não apostaria nessa hipótese. Infelizmente o povo não confia nos partidos e menos ainda na política. Isso é péssimo, porque mina a crença na atividade política como possibilidade de transformação e desenvolve apatia em relação ao bem público, assim como provoca, por exclusão, saídas individuais e não democráticas.

**IHU On-Line – A senhora continua defendendo a extinção do Senado?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Sim. Concordo com a tese defendida pelo jurista Dalmo Dallari<sup>2</sup>.

2 Dalmo de Abreu Dallari (1931): jurista brasileiro, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É professor emérito da Faculdade de Direito

Haverá, no entanto, a necessidade de rever os pisos para a eleição de deputados federais, eliminando as conhecidas distorções.

**IHU On-Line – Percebe que, apesar do longo período de democracia existente no Brasil, continuamos com uma cultura política calcada no compadrio, no coronelismo e no clientelismo?**

**Maria Victoria de Mesquita Benevides** – Sim. É muito difícil mudar uma cultura tão arraigada. Por isso, defendo várias formas de educação política. Nossa Escola de Governo é um microexemplo; mas já existem várias experiências de formação para a cidadania ativa, no sistema de ensino, nos sindicatos, nas ONGs, no nível local, etc. Para tanto, o acesso aos meios de comunicação e a atividade das redes sociais é fundamental. Conheço algumas experiências, com o entusiasmo de jovens, muito promissoras. Sou otimista, como dizia Gramsci: pessimista no diagnóstico, otimista na ação.

Leia as  
entrevistas  
do dia no  
sítio do IHU:  
[www.ihu.  
unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

da Universidade de São Paulo. Entre suas principais obras destacam-se *Elementos de Teoria Geral do Estado*. Em 2001, publicou obra pioneira acerca de perspectivas do Estado para o futuro - intitulando-a de *O Futuro do Estado* - trata do conceito de Estado mundial, do mundo sem Estados, dos chamados Super-Estados e dos múltiplos Estados do Bem-Estar. (Nota da IHU On-Line)

# Alianças: conquistar condições para governar faz parte dos cálculos políticos

Para Marco Aurélio Nogueira, as alianças são inevitáveis em qualquer sociedade plural. Porém, defende que nenhuma aliança política deveria ser feita totalmente dissociada de uma aliança com a sociedade.

POR GRAZIELA WOLFART

**N**a opinião do professor e cientista político Marco Aurélio Nogueira, “estado autoritário, sistema político elitista e partidos pouco orgânicos produzem um padrão específico de alianças, no qual acordos, entendimento e coalizões seguem critérios imediatistas e pouco refletem os interesses da sociedade, ou seja, são feitos em função de cálculos e necessidades dos políticos e dos governantes”. No entanto, pondera, “uma aliança feita exclusivamente para garantir ‘governabilidade’ ou para dar a um governo os votos de que necessita para aprovar esse ou aquele projeto pode ter menos ‘dignidade’, mas não deveria ser vista como necessariamente defeituosa ou ruim. A política, afinal das contas, também é feita desses pequenos gestos. Conquistar condições para governar faz parte de seus cálculos”. Ele fez esta e outras reflexões na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. E constata: “os eleitores

brasileiros votam em pessoas, mais do que em siglas ou programas. Trata-se de uma característica nacional histórica (...). Com o passar do tempo, tal traço foi-se aprofundando, na medida mesma em que os próprios partidos perderam densidade programática e ideológica, a ponto de ficarem sem identidade”.

Marco Aurélio Nogueira é professor de Teoria Política e diretor do Instituto de Políticas e Relações Internacionais - IPPRI da Universidade Estadual Paulista – Unesp. É doutor em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo – USP. Obteve o título de pós-doutor na Università degli Studi La Sapienza, em Roma. Também é autor de *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo: Cortez Editora, 2005) e *Em defesa da política* (São Paulo: Editora Senac, 2005), entre outras obras.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em relação às alianças políticas no Brasil, que limites existem ou deveriam existir e quem os estabelece?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Podemos discutir alianças como um princípio ou como um critério de ação política, mas é difícil analisá-las em abstrato. Talvez não seja sequer razoável fazer isso, no sentido de que seria problemático, por exemplo, condenar uma dada aliança a partir de um modelo do que seja uma “boa aliança”. No entanto, é possível buscar a fixação de certos padrões de aliança em experiências concretas. No caso brasileiro,

tais padrões têm a ver com o modo como se organizaram o Estado e o sistema político, aí incluídos os partidos políticos. Estado autoritário, sistema político elitista e partidos pouco orgânicos produzem um padrão específico de alianças, no qual acordos, entendimento e coalizões seguem critérios imediatistas e pouco refletem os interesses da sociedade, ou seja, são feitos em função de cálculos e necessidades dos políticos e dos governantes. Apesar disso, muitas alianças foram feitas sem obedecer a essa “regra”. A grande coalizão democrática que se fez em torno do MDB durante a luta

contra a ditadura militar foi o maior exemplo. Também a aliança em favor do impeachment de Collor seguiu esse mesmo curso.

## Priorizar os interesses do povo

Limites podem ser fixados pela cultura republicana, na medida em que ela estiver disseminada na sociedade: alianças fazem maior sentido quanto mais são celebradas tendo em vista os interesses da sociedade (do povo), e não os interesses particulares de uma ou outra agremiação. No caso de um partido democrático progressista, por exemplo,

o sentido também cresceria quando a aliança correspondesse a uma oportunidade clara de avanço democrático e reformador, na qual não se precisasse pagar um preço excessivo para seduzir aliados circunstanciais, pois esses simplesmente não interessariam e nem seriam indispensáveis. Uma aliança feita exclusivamente para garantir “governabilidade” ou para dar a um governo os votos de que necessita para aprovar esse ou aquele projeto pode ter menos “dignidade”, mas não deveria ser vista como necessariamente defeituosa ou ruim. A política, afinal das contas, também é feita desses pequenos gestos. Conquistar condições para governar faz parte de seus cálculos.

### **IHU On-Line – É possível governar sem alianças políticas em um regime democrático?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Um regime democrático assenta-se numa pluralidade de opiniões, interesses e projetos. Eles precisam ser sempre articulados, compostos, agregados, ainda que se mantenham como vetores independentes e se reponham a todo o momento. Desse ponto de vista, alianças são inevitáveis em qualquer sociedade plural, e como todas as sociedades são plurais, as alianças são um fato universal em política. Em uma democracia, isso fica evidentemente ainda mais exacerbado. Mas o que fazem os políticos sempre deveria estar em alguma sintonia com as expectativas e os valores sociais. Nenhuma aliança política deveria ser feita totalmente dissociada de uma aliança com a sociedade.

**IHU On-Line – Em 2006 o senhor afirmou que “os partidos diluíram-se como força propulsora de mudanças e de coordenação social. Converteram-se em gestores ‘racionais’ dos próprios interesses, aparatos inertes, que não pulsam com convicção, carecem de unidade e pensam pouco. Na disputa atual, perderam o controle sobre seus candidatos, que se revelaram indiferentes a eles”<sup>1</sup>. Como reflete sobre essa afirmação hoje, a partir da foto de Maluf com Lula?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Os partidos no Brasil perderam mesmo a

## “Não há porque avaliar de um ângulo moralista a aliança entre Lula e Maluf”

capacidade de controlar seus candidatos, quer dizer, de fazer com que eles sigam uma orientação programática substantiva e compartilhem uma linguagem comum. Em boa medida, isso sempre foi assim, mas atingiu o ápice nos últimos anos. Os eleitores brasileiros votam em pessoas, mais do que em siglas ou programas. Trata-se de uma característica nacional histórica, e a expectativa era de que os partidos políticos corrigissem isso, imprimindo outra direção às escolhas eleitorais. Com o passar do tempo, tal traço foi-se aprofundando, na medida mesma em que os próprios partidos perderam densidade programática e ideológica, a ponto de ficarem sem identidade. O abraço entre antigos inimigos não é um gesto inédito na política brasileira. Faz parte da dinâmica política de qualquer época ou lugar. Reflete sempre a preocupação de fazer com que prevaleçam interesses maiores, eventualmente os de toda a sociedade. Para um dado protagonista, inimigos que se inimizam com outros inimigos podem passar a ser amigos; amigos de hoje não são necessariamente amigos amanhã, ocorrendo o mesmo com os adversários. Pode-se abraçar um inimigo por cálculo eleitoral ou por uma causa maior, que exige sacrifício e frieza realista.

### **Sem moralismo**

Por isso, não há porque avaliar de um ângulo moralista a aliança entre Lula e Maluf. O problema dela é de ordem política: tem a ver com o valor do gesto, com o desdobramento efetivo que ele pode ter em termos políticos, com o que se espera obter com ele. Maluf apostou na aliança como uma estratégia de recuperação do prestígio perdido. Foi a forma que

encontrou para continuar vivo na política paulistana. Já Lula viu na aliança uma oportunidade de atrair eleitores malufistas na sua cruzada contra o PSDB em São Paulo. Lula, no entanto, desprezou os possíveis estragos que a aliança poderia provocar no espaço político petista, ou seja, não ponderou devidamente os ganhos e as perdas que teria. Deu como favas contadas que Maluf orientaria seus eleitores para votarem no PT, acreditou que o gesto os sensibilizaria, o que me parece algo inteiramente descabido. Além do mais, foi com tanta sede ao pote que achou razoável beijar a mão de Maluf, indo celebrar a aliança nos jardins de sua mansão em São Paulo, submetendo-se ao constrangimento de ter de aceitar, perante a opinião pública nacional e com o sorriso amarelo de seu candidato, os mimos, os afagos e os rapapés malufistas. Foi um erro de cálculo, mas foi também uma demonstração cabal de que, para Lula, o pragmatismo deve ser afirmado custe o que custar, sem respeito para com tradições e identidades.

### **IHU On-Line – Qual o papel dos partidos políticos em nossa sociedade?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Permanecem sendo os principais institutos que respondem pela agregação dos interesses, pela organização dos votos e pelo processamento das demandas sociais. Mas tornaram-se frágeis e “despadronizados” demais, o que os impede de cumprir adequadamente essas funções.

### **IHU On-Line – Quem é direita e quem é esquerda hoje em nossa política nacional? Quem é oposição e quem é situação?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Direita e esquerda, como já disseram muitos, são conceitos relativos. Dependem do ponto de referência que se toma. Se considerarmos, por exemplo, o reformismo social como referência, PT e PSDB podem ser postos à esquerda, PMDB no meio e PDS e DEM na direita. Se tomarmos como critério o governo federal, são oposição todos os que se opõem a ele e não integram sua base parlamentar de sustentação. Se a questão for a esquerda como força antissistêmica, como socialismo

<sup>1</sup> Ver o referido artigo em <http://bit.ly/NnR2UJ> (Nota da IHU On-Line)

– como movimento que luta por mudanças estruturais direcionadas para a igualdade e a justiça social –, então talvez o mais certo fosse dizer que todos, no Brasil, estão a se acotovelar no centro. Com a exceção, claro, dos pequenos partidos ideológicos, que praticamente não pesam.

#### **IHU On-Line – As alianças servem mais para fortalecer ou para enfraquecer os partidos?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Isso depende. Podem fortalecê-los ou enfraquecê-los. Posturas hiper-realistas sempre dirão que toda aliança ajuda, pois agrega gente, votos e valor ao que já se tem. Mas o realismo bem compreendido vai em direção distinta e condiciona um pouco mais as alianças. Durante os anos de luta contra a ditadura, as alianças fortaleceram o PMDB, que cresceu na medida em que sensibilizou a população e chegou ao poder na medida em que soube agregar e articular os descontentes com a ditadura. Uma aliança sem critérios, ou mal calibrada, como a de Lula com Maluf, enfraquece. E enfraquece, no caso concreto, tanto porque foi feita por fora do PT (sem o engajamento do partido) quanto porque turvou a imagem do PT como partido que se queria “diferente” dos demais, zeloso de sua ética e de seus propósitos programáticos. Todo o protagonismo de Lula, aliás, não tem sido propriamente favorável ao fortalecimento do PT como partido, ainda que o possa ter beneficiado eleitoralmente. O ex-presidente tornou-se progressivamente uma variável independente: não é mais parte de um partido, mas o embrião de outro partido.

#### **IHU On-Line – Todo e qualquer tipo de aliança política se justifica em nome da chamada governabilidade?**

**Marco Aurélio Nogueira** – A chamada governabilidade nada mais significa do que o alcance de condições para se governar com estabilidade. Alianças podem ser feitas para impulsionar isso, mas não são o único recurso e podem nem ser o mais interessante. O que conta mais? Obter uma base parlamentar heterogênea e pouco confiável (em decorrência da adesão de parlamentares interessados exclusivamente na repartição dos re-

ursos de poder), que pode fazer com que um governo trema na primeira curva, ou buscar a sustentação pela sociedade, pela opinião pública e pela sociedade civil, mediante políticas públicas efetivas, ações concretas de governo e diálogo permanente? Alianças feitas exclusivamente em nome da chamada governabilidade são como nuvens passageiras e não garantem muita coisa, ainda que sejam legítimas e necessárias.

#### **IHU On-Line – O PT, quando elegeu pela primeira vez o presidente da República, em 2003, já tinha passado por uma transformação interna, de valores e objetivos. Essa mudança não foi percebida pelos movimentos sociais e pelo eleitorado brasileiro?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Teríamos de fazer essa pergunta para os próprios movimentos sociais. Olhando de modo impressionista, creio que muitos movimentos perceberam que a chegada do PT ao governo representou a abertura de outra fase na luta política. Reformas poderiam ser feitas com maior contundência social e maior substância, mas certos fatores de caráter doutrinário e ideológico teriam de ser postos de lado. Um partido que deixa de ser oposição torna-se inevitavelmente gestor do sistema, e com isso suas obrigações passam a ter peso e a condicionar (e limitar) sua vocação reformadora. É um momento complexo, que exige realismo, flexibilidade e densidade analítica. Desse ponto de vista, movimentos sociais e eleitores tiveram capacidade de compreender que não se poderia exigir demais do PT num primeiro momento. Submeteram-se ao ritmo do governo e refrearam suas postulações. No caso dos eleitores, creio que também foram seduzidos pelo protagonismo de Lula, que se separou do PT e passou a trabalhar com uma agenda própria. Foi assim, por exemplo, que ele se elegeu para um segundo mandato, um ano depois da crise do mensalão, que quase dizimou o PT como partido. Lula se reelegeu com um pé na cova do PT, aproveitando a fraqueza do partido para afirmar sua força pessoal como personalidade carismática. Os movimentos sociais, por sua vez, foram aos poucos rompendo o cerco que os limitava a acompanhar o ritmo dos gover-

nos petistas. Passaram a cobrar maior coerência do partido quanto aos compromissos reformadores e a agir com maior distância e independência dele, sem levar muito em conta os prejuízos que certas ações de reivindicação ou contestação poderiam trazer para os governos ou os interesses partidários.

#### **IHU On-Line – Qual deve ser a postura dos movimentos sociais e da sociedade civil diante desta crise dos partidos políticos e do sistema representativo na política nacional?**

**Marco Aurélio Nogueira** – Presionar para exigir maior clareza programática, buscar articulações que ajudem os partidos a encontrar identidade substantiva, agir para denunciar erros, abusos, falhas e incongruências. Movimentos sociais são personagens do mundo da participação, mas nem por isso precisam trabalhar para desvalorizar ou apequenar a representação. Bem pelo contrário. Eles podem ser uma força de regeneração ou fortalecimento dela, cumprindo assim uma função democrática fundamental.

## Leia mais...

>> Marco Aurélio Nogueira já

concedeu outras entrevistas para a

**IHU On-Line**. Confira:

- *Ritos acadêmicos e a universidade hoje*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 17-04-2008, disponível em <http://bit.ly/yWikkd>;
- *Gramsci, 70 anos depois. “A esquerda precisa resolver, de uma vez por todas, sua questão com a democracia”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 12-08-2007, disponível em <http://bit.ly/y4p87A>;
- *A arte política de incorporar o atraso sem prejudicar o progresso*. Entrevista publicada na edição número 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GBsvsh>

# “O eleitor brasileiro se acostumou a votar no ‘menos ruim’”

Jairo Nicolau aponta que o eleitor brasileiro tem muito pouca informação e que seu padrão diante das urnas é ser guiado mais pelos nomes, pela avaliação que se faz de um governante ou de uma campanha, do que por questões partidárias e ideológicas

POR GRAZIELA WOLFART

**D**iante do cenário eleitoral e político-partidário atual, o professor da UFRJ, Jairo Nicolau, considera curioso e até estranho a ausência de uma crise gravíssima de representatividade em nossa sociedade. “O eleitor vai às urnas e não aumenta o voto branco e nulo; ele não deixa de comparecer. Ainda que o voto seja obrigatório, sabemos que as punições são muito tênues e o eleitor poderia decidir não participar das eleições. O eleitor se acostumou com esse quadro. Ele vai, faz sua escolha, mas não se entusiasma”, explica, na entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line**. Segundo a percepção do professor, as pessoas “decidem seu voto nos últimos dias de campanha. O eleitor não so-

fre nem se lastima diante do quadro partidário. O que o preocupa é a corrupção”. O fato é, conclui, “que o eleitor se acostumou a ter políticos assim e vota no ‘menos ruim’ ou no melhor”.

Jairo Nicolau é professor no Departamento de Ciência Política da UFRJ. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução – SBI/IUPERJ. Entre seus livros publicados, citamos *História do voto no Brasil* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002) e *Sistemas eleitorais* (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Qual o peso para as eleições municipais das alianças feitas entre os partidos em âmbito federal?**

**Jairo Nicolau** – É importante salientar que, no Brasil, nós não temos um sistema de partidos tão estruturado em termos programáticos de forma que as decisões sobre as alianças que acontecem em âmbito nacional sejam reproduzidas depois nos diretórios municipais. Claro que isso pode acontecer com alguns poucos partidos, o que é mais comum particularmente nos partidos da esquerda. Mas, mesmo nesses casos, se observarmos o número de alianças que temos Brasil (temos 5.565 municípios), pelo menos a partir dos dados de outras eleições, veremos uma reprodução de um quadro muito curioso: todos os partidos estão coligados com todos os partidos.

Mesmo os que são adversários fortes no âmbito nacional, em algum município brasileiro estão juntos por razões locais. É claro que isso não é um padrão. Essa “confusão” não se reproduz em todos os municípios. No Brasil, de um modo geral, o quadro é muito confuso, mostrando que no pequeno município as questões nacionais fazem pouca diferença. Pesa mais a realidade local, como relações de amizade e familiares.

**IHU On-Line – O que o senhor tem a dizer sobre a foto de Maluf com Lula e sobre o fato que ela registra?**

**Jairo Nicolau** – A foto foi um choque para muitos brasileiros do ponto de vista simbólico. Recentemente assisti a um documentário sobre Tancredo Neves e naquele momento da eleição dele está claramente a figura

de Maluf, de um lado, representando o regime autoritário, que acabava; o Tancredo, como candidato de oposição; e o PT sequer apoiando, naquela oportunidade, a candidatura de Tancredo. É curioso que menos de três décadas depois aconteça essa aliança em São Paulo – Maluf com Lula. Por mais que reconheçamos que a política e as pessoas mudam, há um simbolismo muito forte nessa imagem. E não pela aliança do PT e do PP, porque já estão juntos no âmbito nacional e o PP é um partido que foi muito fiel ao governo Lula e ainda é fiel ao governo Dilma. O problema é o simbolismo de ver uma figura popular de oposição, que fez em São Paulo, sobretudo, uma forte oposição ao malufismo, e de outro lado o Maluf, que representa simbolicamente não só vínculos com o regime militar, mas também o envolvimento com

escândalos. Isso inevitavelmente vai produzir um efeito na campanha, mas não sei de que magnitude. Uma parte dos eleitores petistas ficará decepcionada com essa foto. Mas na hora H os eleitores pensarão “ah, tudo bem, isso é circunstancial, uma decisão do Lula, vou votar no candidato do PT”. Imagino que os adversários vão explorar muito essa imagem no horário eleitoral.

**IHU On-Line – O que seria uma oposição crítica ao governo federal atual? Existe espaço para essa oposição?**

**Jairo Nicolau** – A oposição é fundamental para a democracia. Todo o país democrático tem uma oposição, que tem o papel de fiscalizar o governo e apresentar propostas alternativas a ele. Se houvesse um grande consenso em torno das políticas públicas para o país, não seria preciso nem partidos. Todos se uniriam em torno de um projeto nacional. Mas em todo o país democrático tem uma oposição. Ela pode ser mais contundente, mais agressiva, pode variar o tom, o estilo, tudo depende da cultura política do país. O que aconteceu durante o governo Lula é que os partidos que foram para a oposição tiveram muita dificuldade em fazer esse trabalho, não só porque não tinham cacoetes e experiência de estar na oposição, mas também porque uma parte das políticas que o governo implementou tinha grande apoio popular (como o caso do Bolsa Família e das políticas de apoio à população mais pobre). Eram propostas defendidas pela oposição, o que a deixou esvaziada e com dificuldade de operar durante o governo. De forma que a oposição ao governo Lula foi muito tênue e isso continua, de certa maneira, no governo Dilma. Percebo que mesmo os movimentos sociais pisam um pouco no freio diante do governo Dilma, porque várias das suas lideranças estão no PT, o que dificulta uma oposição mais contundente.

**IHU On-Line – Quais são os partidos que, hoje, em âmbito nacional, podem ser apontados como antagônicos e opostos?**

**Jairo Nicolau** – O que temos é uma oposição dos grupos que estiveram no poder durante o governo Fer-

“Os partidos brasileiros estão um pouco cansados, desatualizados. É preciso dar uma chacoalhada neles, buscando uma agenda mais sintonizada com o país”

nando Henrique – basicamente PPS, PSDB e os democratas (antigo PFL, que hoje está muito fragilizado). Esse é um grupo, cuja bancada na câmara e no senado é pequena. Pode haver aí, para o futuro, na próxima eleição, quem sabe, uma oposição mais à esquerda, com um candidato um pouco mais consistente. Mas isso tudo ainda é muito incipiente.

**IHU On-Line – O senhor identifica a carência de novas lideranças políticas que levem em conta mudanças realmente estruturais?**

**Jairo Nicolau** – O país, por razões óbvias, está passando por uma renovação demográfica. Talvez a Dilma seja a última chefe de governo de uma geração que fez política durante o regime militar de maneira forte. Há uma geração ainda incipiente, em torno de 50 anos para baixo, no PSDB, no PMDB e em alguns partidos de esquerda. Curiosamente o PT tem tido uma dificuldade maior de gerar lideranças mais jovens, nessa faixa etária. Talvez a principal delas seja o candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad. Mas é uma renovação inevitável. Essa nova geração tende a ser mais conectada à juventude, a uma linguagem e a uma forma de comunicação mais moderna, ligada às redes sociais, mais antenada a ques-

tões internacionais. No entanto, essas lideranças ainda são poucas, muitas delas têm abrangência estritamente local e regional. Não temos grandes lideranças nacionais que empolguem, que entusiasmem e que estejam nessa faixa de idade. O que temos são lideranças mais velhas, na faixa de 60 a 70 anos, que nasceram nos anos 1940. Essa geração, por idade e cansaço, está saindo de cena e ainda não foi substituída por uma nova geração que tenha feito história ou que tenha uma biografia de serviços prestados ao país. Estamos entrando num vazio em que novas figuras deverão aparecer.

**IHU On-Line – Que tipo de renovação se faz necessária no quadro partidário e eleitoral brasileiro?**

**Jairo Nicolau** – No quadro partidário, de certa maneira, esse desafio da renovação tem contaminado todos os partidos, que precisam se renovar, o que não significa a criação de novos partidos. Por exemplo, hoje eu li que a candidata Marina Silva está pensando em organizar um novo partido. Mas isso será apenas para viabilizar a sua candidatura na próxima eleição. Não é um partido com uma agenda nova, com questões modernas que, por exemplo, o PV não conseguiu expressar como organização. Nós já temos 29 partidos, para todos os gostos. O que precisamos é que alguns deles se renovem e consigam, minimamente, outra forma de comunicação com o eleitorado, atraindo-o com propostas mais modernas. Os partidos brasileiros estão um pouco cansados, desatualizados. É preciso dar uma chacoalhada neles, buscando uma agenda mais sintonizada com o país. Com relação à renovação nas eleições, vejo que o processo eleitoral no Brasil, como organização, está muito bem. O único ponto que ainda precisa uma discussão mais séria é a questão do financiamento das campanhas. As campanhas no Brasil estão precisando de uma nova legislação, que quebre um pouco essa relação com o dinheiro, que diminua o custo das campanhas e reduza a corrupção eleitoral.

**IHU On-Line – Qual o impacto do julgamento do mensalão sobre a política brasileira?**

**Jairo Nicolau** – Sobre a política, é preciso esperar o resultado. A absolvição terá uma consequência e pode reforçar essa ideia de impunidade. Já a punição terá outra avaliação, inferindo na imagem que as novas gerações terão do governo Lula. Com relação às eleições, particularmente, o mensalão não deverá ter nenhum efeito muito acentuado.

**IHU On-Line – O senhor considera que o eleitor brasileiro é partidário? De modo geral, o que caracteriza o voto do povo brasileiro?**

**Jairo Nicolau** – Não. O eleitor brasileiro não é partidário. Por exemplo, nas eleições legislativas, quase sempre ele se move por questões que não são partidárias: pode ser a biografia, o contato com o candidato e o fato de ele pertencer a categorias como o sindicato, a igreja ou ser uma personalidade da televisão. Mas isso não quer dizer que o partido não conta. Ele conta, mas para um número pequeno de eleitores. Alguns eleitores são filiados a partidos, têm preferência por algum partido e transformam essa preferência em voto. Esse eleitor é raro no país. Em geral, o eleitor se move por questões contingentes, de curto prazo: “a economia está bem; o governo está bem; fez boas políticas; então estou com ele”. Não quer dizer que uma parte dos eleitores, em torno de 15 a 20%, não seja partidário ou siga uma ideologia tipo de esquerda ou direita.

**IHU On-Line – Como a sociedade brasileira, em geral, reage diante das alianças políticas e de que maneira isso interfere nas urnas?**

**Jairo Nicolau** – Em geral as pessoas não percebem as diferenças, não têm informação, não acompanham a vida partidária. Por exemplo, o atual prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição está numa coalizão de 20 partidos. Isso vai ser explorado na campanha, mas ninguém vai deixar de votar no candidato porque ele está coligado com 20 partidos. Na última eleição fizeram uma brincadeira com o candidato a governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que tinha 16 partidos na sua base de apoio, pedindo-o para ele enumerar os partidos que estavam na aliança e ele não sabia, não conseguiu lembrar. O eleitor tem mui-

“Com relação às eleições, particularmente, o mensalão não deverá ter nenhum efeito muito acentuado”

to pouca informação. No geral, esses detalhes não importam muito. O padrão do eleitor brasileiro é ser guiado mais pelos nomes, pela avaliação que se faz de um prefeito, de uma campanha, do que por questões partidárias e ideológicas.

**IHU On-Line – O senhor percebe uma crise no sistema partidário atual e na política representativa?**

**Jairo Nicolau** – Curiosamente, eu não percebo isso e até me é estranho, porque depois de toda essa conversa que tivemos deveríamos esperar uma crise gravíssima. Mas não vejo nenhum sintoma dessa crise. O eleitor vai às urnas e não aumenta o voto branco e nulo; ele não deixa de comparecer. Ainda que o voto seja obrigatório, sabemos que as punições são muito tênues e o eleitor poderia decidir não participar das eleições. O eleitor se acostumou com esse quadro. Ele vai, faz sua escolha, mas não se entusiasma. As eleições estão ficando mais curtinhas; em geral as pessoas decidem seu voto nos últimos dias de campanha. O eleitor não sofre nem se lastima diante do quadro partidário. O que o preocupa é a corrupção. Por enquanto, não percebo nenhum sinal de crise de representação. Mas poderá ocorrer, eventualmente, uma crise de legitimidade. O fato é que o eleitor se acostumou a ter políticos assim e vota no “menos ruim” ou no melhor; se o governo atual está bom, ele fica.

**IHU On-Line – O que a pesquisa com dados eleitorais mais tem lhe ensinado sobre a política brasileira no decorrer destes anos trabalhando nesta área?**

**Jairo Nicolau** – O que eu tenho aprendido como lição é que estamos acostumados a pensar sempre a excepcionalidade. E no Brasil, em geral, nossa excepcionalidade é negativa. Acharmos que partidos brasileiros são pouco ideológicos e que são os piores do mundo. Aprendi que temos uma experiência eleitoral muito rica do ponto de vista da rotina, da logística e nos acostumamos a ter eleições de um determinado jeito. Se formos estudar o sistema eleitoral dos Estados Unidos, do Reino Unido, ou da França, veremos que nesses lugares também todos vão reclamar, falando de aspectos negativos. O importante é que criamos um sistema muito democrático de eleições regulares. As eleições no Brasil são muito democráticas quando comparadas com outros países. Temos políticos ruins, bons, instituições de controle que às vezes falham, melhoramos em algumas coisas, como a lei da Ficha Limpa, avançamos em outras, como é a o caso da relação dos políticos com as empresas. O que aprendi é que não somos tão ruins quanto muita gente pensa e outros países também têm problemas. Aprendi a conviver com esse tipo de eleições, que tem muito de positivo.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais alguma questão?**

**Jairo Nicolau** – Aproveito para divulgar que estou lançando no final deste mês um livro chamado *Eleições no Brasil. Do Império aos nossos dias*. É um livro que fala sobre as regras eleitorais do Brasil. Vai sair pela Editora Zahar.

## Leia mais...

>> Jairo Nicolau já concedeu outra entrevista para a **IHU On-Line**.

Confira:

- “*Vivemos um cenário de refluxo do movimento social*”. Publicada na edição número 201, de 23-10-2006, disponível em <http://bit.ly/PJNqvU>

# Coerência partidária através de decretos?

Na visão de José Antonio Spinelli, nosso sistema político-eleitoral é conservador e está assentado em uma sociedade que favorece o protagonismo das elites empresariais e da classe média liberal

POR GRAZIELA WOLFART

“Nada como educação política republicana e democrática e protagonismo da sociedade civil como um antídoto contra a intransparência das alianças eleitorais”. A receita é do professor José Antonio Spinelli, que, por e-mail, concedeu a entrevista a seguir para a **IHU On-Line**. Para ele, “a crise de identidade dos partidos políticos e do sistema representativo é, na verdade, uma crise de longa duração das democracias representativas e uma crise de identidade dos partidos de esquerda relacionada às transformações do capitalismo e ao desmoronamento do socialismo realmente existente”. Spinelli interpreta da seguinte forma a foto entre Ma-

luf e Lula: “a aliança do oportunismo com a corrupção”.

José Antonio Spinelli é professor titular de Teorias Sociológicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Graduado em Ciências Sociais pela UFRN, é mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. É autor de, entre outros, *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar* (Natal: Editora da UFRN, 2010); e *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte (Primeira República) e outros estudos* (Natal: Editora da UFRN, 2010).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O que o senhor tem a dizer sobre a emblemática foto de Maluf com Lula e o fato que ela registra?**

**José Antonio Spinelli** – A foto fala por si e converteu-se, de certa maneira, no próprio fato. Aliança impensável em 1982 ou 1989. Parodiando Machado de Assis: mudou o PT ou mudou Maluf? Maluf parece o mesmo, só um pouco mais velho. O PT e Lula, por sua vez, mudaram. O partido e seu líder maior, que enfrentaram a ditadura militar nos anos 1970/1980 e assustaram o empresariado paulista em 1989, agora dialogam com os empresários e fazem alianças com velhos adversários

históricos. Maluf carrega consigo não apenas a imagem de político conservador e fiel aliado da ditadura militar, mas a pecha de político corrupto. O fato daria margem a uma interpretação fulminante: aliança do oportunismo com a corrupção. Comentário de uma amiga, militante do PT, colega de academia: “tudo por apenas um minuto e meio de televisão”. Fecha o plano. Abre-se novamente a imagem da foto. Incômoda. Pergunto: o ex-presidente considera-se politicamente invulnerável? Ou apenas reedita, pela enésima vez, um velho cacoete da política brasileira: alianças aparentemente incompatíveis do ponto de vista ideológico e

programático? Pesou, afinal de contas, o pragmatismo político-eleitoral, ciente de que o que se perde de um lado compensa-se do outro.

**IHU On-Line – Até que ponto o discurso e a justificativa das alianças para garantir a governabilidade se justificam?**

**José Antonio Spinelli** – Dado o sistema político atualmente existente no Brasil, condicionado por aquilo que Sérgio Abranches chamou “presidencialismo de coalizão”, é praticamente impossível a qualquer partido político governar sem alianças com outros partidos que garantam maio-

ria no Congresso para aprovar as propostas do governo. Porém, essa característica não é exclusiva do nosso sistema político. Em qualquer país de democracia liberal, em que há um sistema multipartidário e os governos são eleitos pela massa do povo, é preciso conquistar a maioria eleitoral no Parlamento para lograr a governabilidade. Há muitos anos analistas como Robert Michels, no início do século XX e, mais recentemente, Adam Przeworski<sup>1</sup>, enfocando o caso dos partidos social-democratas e socialistas, concluíram pela impossibilidade de esses partidos conquistarem a maioria eleitoral exclusiva. A antiga crença dos socialistas do século XIX, de que a classe trabalhadora constituiria a maioria da nação e votaria majoritariamente nos partidos socialistas, desfez-se no ar por duas razões ponderáveis: 1) entre os trabalhadores de fábrica e seus patrões ergueu-se uma vasta camada média de burocratas, trabalhadores do terciário, técnicos e pequenos empreendedores, distanciados cultural e economicamente daqueles; 2) mesmo entre os trabalhadores, a adesão a partidos socialistas nunca chegou a ser quase completa; em períodos eleitorais, outros apelos identitários dividiam o seu voto: poderiam votar respondendo a apelos religiosos, de nacionalidade, de etnia, de gênero e outros. Portanto, nesses regimes políticos, de disputas partidárias com múltiplos apelos e identidades ideológicas nem sempre claras e explícitas, as alianças partidárias se impõem, restringindo a possibilidade da chamada política de classe.

**IHU On-Line – Quem faria uma oposição crítica ao governo federal atual? Existe espaço para essa oposição? Ela só poderá vir da sociedade civil organizada?**

**José Antonio Spinelli** – Toda oposição, para ter legitimidade social, deve ser crítica. E uma oposição crí-

<sup>1</sup> Adam Przeworski (1940): cientista político e professor da Universidade de Chicago nascido na Polônia. (Nota da IHU On-Line)

## “Uma oposição crítica ao governo da presidenta Dilma Rousseff, do PT, tanto pode vir da esquerda como da direita”

tica ao governo da presidenta Dilma Rousseff, do PT, tanto pode vir da esquerda como da direita. O discurso da oposição de direita propriamente dita (DEM, PSDB e PPS) é muito explícito: mais mercado e menos Estado. Esse discurso é corroborado pela mídia hegemônica, a exemplo dos jornais O Globo, Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, revista Veja, Rede Globo de Televisão, Rede Bandeirantes, Portal UOL, Portal G-1, redes de emissoras radiofônicas e outros. Esses partidos e aparelhos ideológicos privados fazem campanhas sistemáticas pela redução de impostos, flexibilidade das leis trabalhistas (o “decreto” do fim da Era Vargas tem a ver com isso), abertura do mercado doméstico aos capitais e mercadorias que vêm de fora do país, associação mais estreita aos mercados e capitais dos países da OCDE e dos Estados Unidos, alinhamento à política externa norte-americana, distanciamento dos governos “populistas” latino-americanos etc. A oposição de esquerda (PSOL, PSTU) também explicita seu discurso, denunciando o governo petista como tendo dado continuidade à política neoliberal dos governos tucanos. Do ponto de vista da sociedade civil, como assinalado, os aparatos ideológicos dos meios de comunicação, sobretudo os maiores e mais concentrados em termos de capitais, assumem forte oposição crítica ao governo federal. No meio sindical e nos movimentos sociais há divisões de ca-

ráter ideológico que expõem a fratura operada nos ambientes das esquerdas com a chegada do PT ao governo. O espaço para a oposição crítica está dado teoricamente pela institucionalidade democrática vigente. Tal oposição ao atual governo federal não só é possível como também existe concretamente e se expressa através de partidos políticos, movimentos sindicais, movimentos sociais de várias tendências (ambientalista, dos trabalhadores rurais sem terra e outros), meios de comunicação, entidades corporativas de profissionais liberais. A questão talvez seja esta: como oferecer uma opção política à esquerda do atual governo? Não qualquer opção, mas uma que seja politicamente viável, ou seja, capaz de conquistar apoios expressivos na sociedade civil e construir um arco de alianças que ao menos equilibre a relação de forças entre, digamos, esquerda e direita. Isso passa necessariamente pela elaboração de um programa de reformas, a começar por um modelo de desenvolvimento econômico que tenha como eixo central o mercado interno e as necessidades da ampla maioria da população, rompendo a hegemonia do capital financeiro e uma reforma política que priorize formas participativas de decisão política, multiplicação de organismos deliberativos e consultivos com efetividade e a democratização dos meios de comunicação e informação. Obviamente, tais reformas exigiriam uma intervenção ativa da sociedade civil, uma pressão cívica permanente, sem as quais qualquer reforma de cunho mais democrático se perde nos escaninhos da burocracia legislativa.

**IHU On-Line – Considerando uma possível crise de identidade dos partidos políticos e do sistema representativo na política atual, o senhor aposta em novas formas de governança, que iriam na direção de movimentos globais, como o Occupy Wall Street ou a Primavera Árabe, por exemplo?**

**José Antonio Spinelli** – A crise de identidade dos partidos políticos e do

sistema representativo é, na verdade, uma crise de longa duração das democracias representativas e uma crise de identidade dos partidos de esquerda relacionada às transformações do capitalismo e ao desmoronamento do socialismo realmente existente. O Occupy Wall Street foi uma manifestação de massa que questionou o capitalismo neoliberal dominado pelas finanças globalizadas. Um questionamento direto ao absolutismo econômico desse “sujeito automático” chamado Capital. A Primavera Árabe colocou em xeque os regimes autoritários do Oriente Médio e deu um sinal de alerta para os demais regimes desse tipo ainda existentes naquela região do mundo. Pode-se falar aqui em uma nova onda de democratização questionando simultaneamente as formas vigentes de democracia liberal no Ocidente, dominada por sistemas políticos oligarquizados e os sistemas autoritários do Oriente Médio dominados por oligarquias enrijecidas que não oferecem canais de participação nem manifestações de oposição. Há diferenças apreciáveis entre os dois movimentos: os ocupantes de Wall Street investem diretamente contra o capital financeiro e o capitalismo neoliberal, expondo a incapacidade do sistema de partidos vigente nas democracias representativas em processar demandas que reestruturem o sistema econômico e sociopolítico. As massas populares que ocuparam as ruas e praças da Tunísia, do Egito, do Iêmen, da Líbia, da Síria lutam contra sistemas políticos autoritários onde sequer existem rudimentos de uma democracia representativa. Embora se trate de sistemas políticos bastante diferenciados há um elo comum aos dois movimentos: ambos lutam por formas de participação mais direta, por uma democracia de novo tipo, capaz de renovar os quadros políticos e destruir as teias ocultas do “governo invisível”. Trata-se, ademais, de quebrar o monopólio da informação dos grandes meios de comunicação de massas, de produzir uma esfera pública que expresse a diversidade

## “Qualquer reforma de cunho mais democrático se perde nos escaninhos da burocracia legislativa”

dos movimentos sociais e as demandas do mundo do trabalho, controlando o ativismo político permanente de grandes atores-chave como o alto empresariado, os financistas e as cúpulas das burocracias civil e militar. Essa profunda reivindicação por uma nova democracia não pode ser contida nos quadros dos sistemas partidários vigentes nas atuais democracias. É preciso encontrar formas que façam do eixo da participação o elemento dinâmico do processo democrático. Isso requer formas abertas e igualitárias de produzir opinião em uma esfera pública mais aberta, ou numa pluralidade de esferas públicas que possibilitem a explicitação de uma cidadania multidimensional, em que as diferenças não se imponham como signos de exclusividade e discriminação. Nesse sentido, a plataforma de uma reforma democrática requer novas formas de governança, mais flexíveis, controle público das burocracias profissionais, renovação constante das burocracias eleitas e “parlamentos” abertos capazes de abrir novos territórios para o exercício da democracia direta e participativa.

**IHU On-Line – A partir das alianças entre os partidos políticos, como o senhor avalia o processo eleitoral em nosso país? Considera-o democrático?**

**José Antonio Spinelli** – Pouco democrático, na verdade. É preciso considerar que nosso sistema político-eleitoral é conservador e está assenta-

do em uma sociedade que favorece o protagonismo das elites empresariais e da classe média liberal. São esses setores da sociedade os portadores do “desenvolvimento” e do “progresso” na ordem capitalista. A posição estratégica que eles ocupam no sistema econômico e social os transforma em intérpretes “naturais” dos anseios da sociedade, alimentando a esperança e dosando o medo na medida necessária, para lembrar Thomas Hobbes<sup>2</sup>. Se olharmos a composição de nossas casas legislativas nos âmbitos dos municípios, dos estados e da federação, iremos verificar uma predominância de interesses conservadores. Quanto ao processo político-eleitoral em si, é dominado pela operação do caixa dois (contrapartida política da sonegação fiscal das grandes empresas), por máquinas partidárias solidamente enraizadas no clientelismo político e em orçamentos milionários e por um marketing político-eleitoral como expressão de uma “sociedade do espetáculo” que tende a banir o pensamento crítico (a “decapitação das cabeças”, como diz o cientista político liberal Giovanni Sartori<sup>3</sup>) do terreno da política.

**IHU On-Line – Como o senhor define a situação político-partidária, hoje, no Rio Grande do Norte? Quem tem mais e menos força? Quem é antagonista de quem? E como essa realidade se relaciona com a política nacional?**

<sup>2</sup> Thomas Hobbes (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/bDUpAj>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Giovanni Sartori (1924): cientista político italiano especializado no estudo da política comparada. Sua obra mais destacada é *Teoria da democracia*. (Nota da IHU On-Line)

**José Antonio Spinelli** – A situação político-partidária no Rio Grande do Norte mostrou-se relativamente estável durante um longo período de pouco mais de trinta anos, de 1982 a 2006, com duas grandes forças se enfrentando: O PMDB e o PFL/DEM. Irmãos-inimigos, direita e centro-direita se revezando no poder. Todos os governadores eleitos nesse período pertenciam a um ou outro desses partidos, ou, como foi o caso de Vilma de Faria (PSB) em 2002, era apoiada por um deles. Em 2006 aquelas duas forças, até então antagonistas, se unem para apresentar o senador Garibaldi Alves Filho como candidato da nova aliança e sofre uma derrota para o PSB, apoiado pelo PT. Quem tem mais força hoje no Rio Grande do Norte: em termos partidários ainda o DEM e o PMDB, mas agora unidos. Os personagens que encarnam essas estruturas partidárias são, pelo lado do DEM, o senador José Agripino Maia e a governadora Rosalba Ciarlini Rosado; e pelo lado do PMDB, o senador e ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho e o deputado federal Henrique Eduardo Alves, líder do partido na Câmara Federal e presumido futuro presidente dessa casa legislativa. A aliança DEM/PMDB tem como antagonistas o PSB da ex-governadora Vilma de Faria; o PSD (o partido de Kassabi), do vice-governador Robinson Faria (rompido com a atual governadora); e o PT da deputada federal Fátima Bezerra e deputado estadual Fernando Mineiro. Na eleição municipal desse ano, na capital, todas essas forças se dividiram. O PMDB e o PT têm candidatos próprios. O DEM apoia o candidato do PSDB. O PSB e o PSD apoiam o candidato do PDT, assim como o PCdoB. Isso não quer dizer que os mesmos alinhamentos serão replicados em 2014. Como se vê, as alianças partidárias não seguem uma linha de coerência ideológica e programática (se é que há programas). Podemos dizer que hoje há duas grandes alianças partidárias se confrontando: DEM/PMDB/PSDB, de um lado; PSB/PT/PSD, de outro.

## “Se olharmos a composição de nossas casas legislativas nos âmbitos dos municípios, dos estados e da federação, iremos verificar uma predominância de interesses conservadores”

### Confronto aberto

Depois de 2006 o confronto político-partidário no Rio Grande do Norte tornou-se mais aberto, mais pluripartidário e as alianças devem se tornar mais instáveis. Há do ponto de vista eleitoral mais competição e as “fogueiras de vaidades” proliferam. O personalismo político faz dos líderes dos partidos seus “donos”. Sob o aspecto ideológico, a força das esquerdas é muito pequena. Abridadas no PT e em outros partidos menores (PSOL, PSTU), não se entendem entre si. As forças de direita são mais coesas em seus princípios ideológicos, embora se dividam por inúmeras siglas partidárias. Desse ponto de vista, o processo político-partidário no Rio Grande do Norte tem, aparentemente, menor nitidez ideológica do que no plano nacional. Mas, se olharmos mais de perto, veremos que as alianças que se fazem em outros Estados, a exemplo de Pernambuco e São Paulo, seguem um padrão não muito diferente. E no plano nacional, essa nitidez também se esmaece, na medida em que as alianças priorizam o pragmatismo eleitoral,

comprometendo a coerência programática dos partidos. Poderia ser muito diferente, dado o desenho das instituições? De alguma forma, sim. Há espaço, por exemplo, para impor limites à farra das grandes instituições financeiras e ao desprezo das grandes empresas pelo consumidor. Isso, óbvio, no plano nacional. No plano do estado do Rio Grande do Norte observa-se, sobretudo a partir de 2008, uma ressaca conservadora, uma dominação tradicional e degenerada com carinhas novas ou caras velhas recauchutadas por operações de marketing.

### IHU On-Line – Qual a influência das chamadas “oligarquias” do Estado e da mídia no processo eleitoral?

**José Antonio Spinelli** – Aqui usamos o termo “oligarquias”, não no sentido tradicional em que se usava o termo para caracterizar clãs familiares ou elites partidárias que dominavam os partidos únicos estaduais na Primeira República, dominando o processo eleitoral com o uso sistemático da fraude e da violência aberta. Ao domínio político das “oligarquias” corresponde um regime político oligárquico, que prescinde da democracia, seja na sua forma diretamente participativa, seja na forma de uma democracia representativa com um amplo corpo eleitoral resultante do sufrágio universal. Não obstante, mesmo em regimes democráticos, podem-se formar elites oligárquicas que impõem limitações ao processo democrático, sobretudo quando tais elites têm o domínio ou o apoio das mídias televisivas e impressas e representam os interesses do empresário nativo e/ou estrangeiro. É o caso no Rio Grande do Norte. Os representantes e dirigentes políticos defendem o desenvolvimento a qualquer custo (v. g., custos humanos e ambientais), mas pecam pela incompetência administrativa, marca dos últimos governos e por deixarem se disseminar uma “cultura” de descaso pela coisa pública. Mesmo pegando carona nos programas do governo federal têm-se demonstrado incapazes de opera-

cionalizá-los, aportando capacidade técnica e gerencial aos mesmos. As mídias locais, em geral, atendem a interesses de grupos político-partidários sob uma forma altamente distorcida. A existência de clãs familiares muito poderosos, com amplo controle sobre máquinas partidárias, agências públicas, rádios, televisão, jornais, internet, limita a competição eleitoral e permite que esses clãs se reproduzam, criando correias de transmissão do poder aos seus parentes e agregados políticos.

### **IHU On-Line – A marca do coronelismo na política brasileira ainda interfere nas alianças entre os partidos na busca pelo poder?**

**José Antonio Spinelli** – O coronelismo é um fenômeno do passado. Pode-se falar do coronelismo como um sistema político cujo auge ocorreu durante a Primeira República (1889-1930), mas deita suas raízes no período imperial. A partir de 1930 entra em declínio, mas os “coronéis”, como pessoas, ainda gozam de influência significativa até a década de 1960. Marcos Vinício Vilaça<sup>4</sup> e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, num trabalho dos anos 1960, apontam a sobrevivência do coronelismo em Pernambuco, detendo-se na análise de quatro casos representativos, entre os quais o do coronel comerciante. O coronel realmente típico era, em geral, um grande fazendeiro e comerciante que tinha sob sua proteção uma massa de dependentes que se abrigava em seus domínios ou necessitava de algum serviço, de um emprego, de um favor qualquer. Por sua ascendência econômica e social, o coronel se impunha como intermediário entre o Estado e a massa de subcidadãos, dominando os serviços públicos locais e indicando parentes e compadres para os cargos mais impor-

tantes. O federalismo vigente no primeiro período republicano, com sua política dos governadores, garantidora da relativa autonomia das oligarquias estaduais, dava o arcabouço institucional que sustentava o pacto coronelista. Da mesma forma que o presidente da República concedia autonomia aos governadores no plano estadual, desde que eles lhe dessem seu apoio, com votos e sustentação parlamentar no Congresso, os governadores, por sua vez, davam autonomia ao coronel no plano municipal, permitindo-lhes indicar as autoridades municipais e intermediar os serviços públicos. Parte dessa autonomia envolvia o uso da violência privada por parte do coronel para resolver querelas com os subalternos e mesmo com os seus pares. O processo de centralização do Estado, a partir de 1930, e a expansão do mercado com o avanço do processo de industrialização e urbanização foram minando a força dos coronéis e transferindo seu poder para políticos mais hábeis em utilizar uma máquina de Estado mais afeita à racionalidade burocrático-legal. O mandonismo, mais refinado, sobreviveu, assumindo formas mais sutis, assim como o clientelismo, fenômeno universal e disseminado. Muitas vezes são os descendentes dos antigos coronéis os que assumem o novo papel da intermediação política. Por isso, talvez, se recorre muitas vezes ao epíteto de coronel como arma de retórica política ou se tenta conceituar a expressão neocoronelismo para indicar que o fenômeno persiste, embora adaptado às condições de uma sociedade intensamente urbanizada e permeada por relações de mercado.

Sem dúvida, esses novos intermediários, geralmente “bacharéis” (advogados, médicos, professores, médios ou pequenos empresários), têm um peso importante na articulação de alianças político-partidárias que se constroem nos processos eleitorais. Os prefeitos, principalmente, como representantes das elites empresariais dos municípios, são peça importante das articulações políticas que se fazem

em torno das candidaturas ao parlamento federal e estadual, assim como para os governos estaduais. Qualquer candidato a governador, a deputado, a senador, sabe precisamente como é importante obter o maior número de apoios entre os chefes políticos municipais e, para isso, o domínio de máquinas partidárias e agências do poder público, constituem condição essencial para negociar com essas lideranças municipais o apoio político para ganhar uma eleição.

### **IHU On-Line – Levando em conta as alianças entre partidos historicamente antagônicos na política brasileira, o que deveria fazer parte de uma reforma política?**

**José Antonio Spinelli** – Não acredito que se possa impor coerência partidária integral através de decretos. Entretanto, podem-se coibir desvios escandalosos como o troca-troca de partidos que costumava acontecer a cada início de ano legislativo, na Câmara Federal e Assembleias Estaduais, para adesão dos políticos aos governos de plantão. É possível também coibir o caixa dois dos partidos com reformas fiscais (atingindo também as empresas privadas) e mecanismos de controle mais apurados, com coordenação de ações entre ministério público, polícia federal, judiciário, controladorias gerais dos poderes executivos. O financiamento público de campanhas poderia contribuir para tornar as disputas eleitorais mais transparentes, desde que se pudessem controlar as doações privadas que continuariam existindo. Acho complicado proibir expressamente qualquer forma de financiamento privado numa sociedade capitalista. Talvez deixá-lo à luz, submetido a um maior controle e limitações, produzisse resultados mais democráticos. As listas partidárias seriam outro elemento a impor maior coerência aos partidos e eleitores. Mas nada como educação política republicana e democrática e protagonismo da sociedade civil como um antídoto contra a intransparência das alianças eleitorais.

<sup>4</sup> Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça (1939): advogado, jornalista, professor, ensaísta e poeta brasileiro. Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro e presidente do Tribunal de Contas da União. (Nota da IHU On-Line)

Tema  
de  
Capa

**Destques  
da Semana**

IHU em  
Revista

# Entrevista da Semana

## A evolução pode explicar por que somos éticos

Na opinião do filósofo inglês Michael Ruse, as reivindicações éticas não passam de ilusões criadas pela seleção natural para nos tornar cooperadores

POR MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO LUÍS MARCOS SANDER

“Toda a teoria de Darwin trata da competição e da vitória de alguns organismos e da derrota de outros. Em meu modo de ver, isso é simplesmente a concepção de Adam Smith a respeito da economia inscrita no universo das plantas e dos animais”. A opinião é do filósofo inglês Michael Ruse, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Ele destaca que alguns de seus colegas evolucionistas, “os chamados novos ateístas, fazem de suas crenças na evolução, até certo ponto, uma religião. Eles creem que a evolução produz reivindicações morais (...). Fazem proselitismo com suas concepções e ficam extremamente amuados com as pessoas que não concordam com todos os pormenores; e, de modo geral, há uma emotividade que eu associo com a religião, e não com a ciência”. E Ruse continua: “não tenho dificuldade em separar a ciência e a fé. A questão que me interessa é se a fé é uma fonte confiável de informações sobre o que não se vê, como creem os cristãos, ou se é uma emoção enganosa, como acreditam pessoas não crentes como eu”. E conclui: “ao contrário de sermos a criação do sexto dia de um Deus bondoso, nós somos o processo final de uma luta longa,

lenta e dolorosa pela existência que levou à seleção natural”.

Michael Ruse, filósofo inglês, é pesquisador da área da biologia. Ele escreve também sobre controvérsias envolvendo a sociobiologia e a psicologia evolucionista. Fundou o periódico *Biology and Philosophy*, tendo publicado numerosos livros e artigos, dentre os quais os mais recentes são *Charles Darwin* (Oxford: Blackwell, 2007); *Cambridge Companion to the Origin of Species* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008); *Reflections on the Origin of Species* (com David Reznick. Princeton: Princeton University Press, 2008); e *Science and Spirituality: Making Room for Faith in the Age of Science* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010). Em português, estão publicados seus livros *Sociobiologia: senso ou contra-senso?* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1983); e *Levando Darwin a sério – Uma abordagem naturalística da Filosofia* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1995). Atualmente é professor no Departamento de Filosofia da Florida State University.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – O que a evolução e a ética têm a dizer uma à outra?**

**Michael Ruse** – Penso que a evolução e a ética têm muito a dizer uma à outra. Não acho que se possam derivar reivindicações éticas – como ama teu próximo, por exemplo – da evolução. Nesse sentido concordo

com Thomas Henry Huxley<sup>1</sup>. Creio, entretanto, que a evolução pode ex-

<sup>1</sup> **Thomas Henry Huxley** (1825 -1895): biólogo britânico que ficou conhecido como “O Buldogue de Darwin”, por ser o principal defensor público da teoria da evolução de Charles Darwin e um dos principais cientistas ingleses do século XIX. (Nota da IHU On-Line)

plicar por que somos éticos. O fato é que o mecanismo darwiniano da seleção natural pode promover o ser social tanto quanto o estar em conflito. Muitas vezes, nesta vida, vale a pena trabalhar juntos, embora isso talvez implique alguns custos, como compartilhar, por exemplo. Portanto, não tenho problema em ligar a evolução

e a ética. A questão fica interessante, penso eu, quando se pergunta se a evolução, em algum nível, enfraquece a objetividade da ética ou não. Eu afirmo que sim. Em minha opinião, as reivindicações éticas não passam de ilusões criadas pela seleção natural para nos tornar cooperadores. O que é peculiar em relação às reivindicações éticas é que nós pensamos que elas são objetivas. Quando digo que matar é errado, não estou simplesmente dizendo que eu acho que matar é errado. Estou dizendo que penso que matar é objetivamente errado. Acho que esse senso de objetividade também é ilusório e foi igualmente criado pela seleção natural. Se não pensássemos que a ética é objetiva, muito rapidamente deixaríamos de ser éticos. Mas, porque achamos que ela é, em algum sentido, vinculante, como a verdade da matemática, por exemplo, concordamos com ela.

**IHU On-Line – Por que afirma que a evolução é uma construção social? Nesse sentido, a evolução é uma religião? Por quê?**

**Michael Ruse** – O sentido em que penso que a evolução é uma construção social é que não creio que sem as concepções políticas e sociais da Inglaterra do século XVIII nós teríamos a teoria darwiniana da evolução assim como a entendemos agora. Toda a teoria de Darwin<sup>2</sup> trata da competição e da vitória de alguns organismos e da derrota de outros. Em meu modo de ver, isso é simplesmente a concepção de Adam Smith<sup>3</sup> a respeito da econo-

<sup>2</sup> **Charles Robert Darwin** (1809-1882): naturalista britânico, proponente da teoria da seleção natural e da base da teoria da evolução no livro *A Origem das Espécies*. Teve suas principais ideias em uma visita ao arquipélago de Galápagos, quando percebeu que pássaros da mesma espécie possuíam características morfológicas diferentes, o que estava relacionado com o ambiente em que viviam. Confira as edições 306, da Revista IHU On-Line, de 31-08-2009, intitulada *Ecossistemas de Darwin*, disponível para download em <http://bit.ly/aISjWb> e 300, de 13-07-2009, *Evolução e fé*. *Ecossistemas de Darwin*, disponível para download em <http://bit.ly/cSX46V> De 9 a 12-09-2009 o IHU promoveu o IX Simpósio Internacional IHU: *Ecossistemas de Darwin*. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal,

## “Nossa obsessão com o passado surgiu claramente com a ascensão do cristianismo, que deu tanta margem às narrativas dos judeus a respeito da criação”

mia inscrita no universo das plantas e dos animais. Não creio que isso signifique que a teoria da evolução seja errada. Certamente não acho que alguém possa ser criacionista. O criacionismo é refutado pelos fatos de uma forma que não se aplica à teoria darwiniana. Mas não vejo por que não deveríamos ter abordagens alternativas da compreensão do passado. E eu até chegaria ao ponto de dizer que nosso interesse pelo passado é, em algum sentido, uma função da cultura. Os antigos gregos não tinham esse tipo de teoria da história. Nossa obsessão com o passado surgiu claramente com a ascensão do cristianismo, que deu tanta margem às narrativas dos judeus a respeito da criação.

Será que isso, em consequência, torna a evolução uma religião? Não penso que isso ocorra necessariamente. Sinto-me à vontade em dizer que os organismos foram produzidos por um longo e lento processo evolutivo, movido pela seleção natural. Não creio que qualquer compromisso de fé seja necessário para fazer esse tipo de

de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU Ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. (Nota da IHU On-Line)

afirmação. Entretanto, tendo a achar que alguns de meus colegas evolucionistas, os chamados novos ateístas, fazem de suas crenças na evolução, até certo ponto, uma religião. Eles creem que a evolução produz reivindicações morais que estão além e acima daquelas que admiti em minha resposta anterior. Fazem proselitismo com suas concepções e ficam extremamente amuados com as pessoas que não concordam com todos os pormenores; e, de modo geral, há uma emotividade que eu associo com a religião, e não com a ciência.

**IHU On-Line – Tomando isso em consideração, um darwinista pode ser cristão? Por quê?**

**Michael Ruse** – Não penso que se possa ser um evolucionista darwiniano e aceitar uma leitura literal da Bíblia. Em outras palavras, não se pode crer que a Terra tenha só seis mil anos de idade, que todos os organismos foram produzidos milagrosamente, que Adão e Eva foram os primeiros humanos de modo singular e que, a uma certa altura depois disso, houve um dilúvio universal. Mas não creio que esse tipo de literalismo seja o cristianismo tradicional. Penso que, contanto que se esteja disposto a interpretar partes da Bíblia metaforicamente, não há de modo algum razão por que um darwiniano não deveria ser um cristão. Essa não é minha posição, mas minhas objeções ao cristianismo têm razões filosóficas e teológicas, e não científicas.

Não vejo nenhuma razão pela qual não se devesse sustentar a evolução e, ainda assim, supor que um Deus bondoso tenha criado tudo e esteja por trás de sua criação. Não vejo por que se devesse negar, por causa da evolução, que, em algum sentido, os seres humanos estejam profundamente maculados pelo pecado original e que Deus tenha enviado Jesus para nossa salvação. Não vejo por que não se devesse crer num além simplesmente porque se é evolucionista. Concordo que os milagres representam um certo problema para os cientistas em geral, mas, uma vez mais, se simplesmente se diz que Deus intervém em sua criação, não

vejo realmente que os cientistas possam objetar em princípio. O cientista talvez diga que pensa que milagres são improváveis, mas é claro que já sabíamos disso antes.

**IHU On-Line – Como podemos compreender o debate proposto pelo neoateísmo de Dawkins em termos do rechaço à evolução e, também, à religião?**

**Michael Ruse** – Certamente não penso que Dawkins<sup>4</sup> rejeite a evolução. Na verdade, ele é um evolucionista darwiniano fanático. É a religião que Dawkins rejeita. Em parte, creio que ele faz isso pela razão equivocada de que a ciência e a religião não podem ser harmonizadas. Eu discordo dessa posição em minha última resposta. Entretanto, em parte, Dawkins também tem aversão à religião porque acha que ela tem consequências perniciosas em termos morais e sociais. Ele acha que a religião leva ao fanatismo, como, por exemplo, à destruição do World Trade Center por jovens muçulmanos. E ele vê nos Estados Unidos como a religião é usada contra as mulheres e os homossexuais, negando a elas o aborto e a eles a possibilidade de se casar e ter uma vida realizada. Assim, em certos aspectos, parece-me que a rejeição da religião por parte de Dawkins vem de uma fonte diferente da ciência. E, com efeito, em muitos aspectos eu simpatizo com a rejeição da religião por parte de Dawkins por essas razões. Onde me distingo dele é no

## “Não penso que se possa ser um evolucionista darwiniano e aceitar uma leitura literal da Bíblia”

sentido de pensar que a ciência necessariamente refuta a religião.

**IHU On-Line – Até que ponto é legítimo e necessário contrapor fé e ciência?**

**Michael Ruse** – Certamente penso que a fé e a ciência são coisas diferentes. Reconheço que na ciência se têm pressupostos não fundamentados, como, por exemplo, de que o mundo no futuro será como o mundo presente e o mundo passado. Entretanto, eu não chamaria isso de compromisso de fé, e sim algo que se justifica por razões pragmáticas. Penso, entretanto, que pensar que Jesus Cristo é o salvador de toda a humanidade é algo que exige um compromisso de fé, assim como a crença de que ele tornou possível nossa salvação eterna.

Não sei como descrever a fé. Como não crente, tendo a pensar que se trata de uma questão de emoções e que, em última análise, elas são falaciosas ou enganosas. Mas, em qualquer uma das duas hipóteses, está claro que a fé não é algo idêntico à inferência ou experimentação científica. Pessoalmente, sou contrário à teologia natural, onde se tenta provar a existência de Deus através de provas e da razão. Acho que se mostrou que todos os argumentos tradicionais, como aquele baseado na finalidade [ou teleológico], são, na melhor das hipóteses, inadequados e, na pior, falaciosos. Mas é claro que grande parte da teologia contemporânea é exatamente da mesma opinião. Refiro-me particularmente à influente escola inaugurada por Karl Barth<sup>5</sup>.

**5 Karl Barth (1886-1968):** teólogo cristão-

Acho que, se você é uma pessoa crente, a fé será central para sua posição. Nesse aspecto, é claro, concordo com os grandes teólogos católicos, como Tomás de Aquino, por exemplo. Portanto, não tenho dificuldade em separar a ciência e a fé. A questão que me interessa é se a fé é uma fonte confiável de informações sobre o que não se vê, como creem os cristãos, ou se é uma emoção enganosa, como acreditam pessoas não crentes como eu.

**IHU On-Line – Em que medida a Teoria da Evolução coloca em xeque a causalidade linear? O que essa nova causalidade demonstra a respeito do surgimento da vida?**

**Michael Ruse** – De modo algum penso que a teoria da evolução coloque em xeque as ideias convencionais sobre a causalidade. Penso que tudo na teoria darwiniana da evolução funciona de acordo com os tipos de causas que encontramos na física e na química. É claro que ainda não resolvemos o problema do surgimento da própria vida, mas não vejo razão por que isso não houvesse de ser descoberto alguma vez, talvez até neste século. É só uma questão de construir modelos melhores e mais fortes e reforçá-los por meio de estudos empíricos. Eu deveria dizer, incidentalmente, que à medida que e quando descobrimos como a vida surgiu naturalmente, penso que isso de modo algum terá quaisquer implicações para as crenças religiosas. Se Deus quis criar a vida naturalmente e não através de milagres, isso é assunto dele, e não nosso. Como Deus diz a Jó, meus caminhos não são os vossos caminhos.

**IHU On-Line – Como as teorias de Darwin podem nos auxiliar a compreender a evolução da complexidade?**

**Michael Ruse** – Penso que a teoria darwiniana da evolução sugere que a complexidade irá ocorrer porque, muitas vezes, adaptações sofisticadas são mais eficazes do que adaptações simples. Mas isso não é necessaria-

mente, pastor da Igreja Reformada, e um dos líderes da teologia dialética e da neo-ortodoxia protestante. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Clinton Richard Dawkins (1941): zoólogo, etólogo, evolucionista e escritor britânico, nascido no Quênia. Catedrático da Universidade de Oxford, é conhecido principalmente pela sua visão evolucionista centrada no gene, exposta em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. Por sua intransigente defesa à teoria de Darwin, recebeu o apelido de “rottweiler de Darwin”, em alusão ao apelido de Thomas H. Huxley, que era chamado de “buldogue de Darwin (Darwin’s bulldog)”. Esteve envolto em grande polêmica por conta das ideias contidas em sua obra *Deus, um delírio* (São Paulo: Cia das Letras, 2007), publicada em 2006 sob o título *The God delusion*. Confira o debate sobre diversas de suas ideias na edição 245 da IHU On-Line, de 26-11-2007, intitulada *O novo ateísmo em discussão*, disponível para download em <http://bit.ly/jSY3h9>. (Nota da IHU On-Line)

mente assim. Pensemos nos cérebros, que talvez sejam a coisa mais complexa de todas: muitas vezes eles são muito úteis, mas, ao mesmo tempo, exigem muita manutenção. Às vezes, é melhor ser simples e tolo do que ser complexo e inteligente. Essa é a mensagem essencial da teoria darwiniana da evolução. O que é bem-sucedido é o que é bem-sucedido, e o que é bem-sucedido numa situação pode não ser bem-sucedido em outra.

Assim, para ser sincero, sempre me sinto pouco à vontade quando as pessoas começam a falar sobre complexidade numa situação darwiniana. Em primeiro lugar, há a dificuldade de definir o que se quer dizer com “complexo”. Será que uma centopeia com 100 pernas é mais complexa do que um leão com quatro patas? Não necessariamente, em minha opinião. Será que um leão é mais complexo do que uma baleia? Certamente, de acordo com qualquer compreensão, a espinha vertebral do leão é bem mais complexa do que a de uma baleia. Ainda assim, a espinha vertebral de uma baleia é adaptada de forma ideal para um organismo que vive no mar e tem condições de nadar centenas de pés para baixo e encontrar alimento, o que nem os seres humanos nem os leões jamais poderiam fazer. Portanto, tenho problemas com a noção de complexidade em si. Então, o darwinismo fica muito pouco à vontade em relação a reivindicações de que a complexidade irá surgir ou tem de surgir. Até certo ponto, penso que toda essa questão é uma pseudoquestão ou uma questão ilusória.

**IHU On-Line – Em que medida as ideias de Darwin provocam um descentramento do status antropocêntrico do qual nos investimos?**

**Michael Ruse** – Essa é uma pergunta muito boa. Num sentido importante, a teoria de Darwin de fato descentra o status supremo dos seres humanos. Como indicaram minhas respostas anteriores, não há nada de necessário no sucesso de uma espécie de organismo sobre outra. Os humanos são, obviamente, organismos muito sofisticados, mas nós precisamos de muita manutenção e, muitas

“Se Deus quis  
criar a vida  
naturalmente e  
não através de  
milagres, isso é  
assunto dele, e  
não nosso”

vezes, os recursos não estão disponíveis. Em alguns aspectos, os insetos ou até os vírus são reprodutores melhores do que os seres humanos. Assim, essencialmente eu diria que a teoria darwiniana de fato descentra os seres humanos.

Entretanto, somos seres humanos. Por razões óbvias, estamos mais interessados em nós mesmos do que em outros organismos. Minha suspeita é que isso sempre será assim e que acharemos muito difícil não querer ver tudo, inclusive a evolução, a partir de nossa perspectiva. Assim, suspeito que sempre teremos essa tendência de pensar que a evolução existe primordialmente para produzir a humanidade. É claro que contribui para isso o fato, por exemplo, de que nós temos de ser o ponto final da evolução, pois do contrário estaríamos extintos e não perguntaríamos sobre essa questão do status. E obviamente nós temos condições de perguntar a respeito de nosso status de formas que outros organismos não têm. Mas se isso necessariamente nos torna melhores ou mais importantes me parece discutível. Portanto, eu diria que as teorias de Darwin de fato causam um descentramento, mas nós nunca vamos realmente acreditar que isso é assim.

**IHU On-Line – Qual é a atualidade de *A origem das espécies*? Quais são os melhores motivos para que essa obra continue sendo lida, debatida e levada em consideração no século XXI?**

**Michael Ruse** – Bem, obviamente penso que *A origem das espécies*<sup>6</sup> é uma das grandes obras do cânone ocidental, e, por conseguinte, qualquer pessoa instruída deveria ter conhecimento a respeito dessa obra, de preferência por tê-la lido pessoalmente. Ela é, com efeito, um livro notavelmente fácil de ler, considerando que se trata de um clássico. Darwin se propôs deliberadamente a escrever um livro assim, e acho que ele conseguiu. Se Darwin tem razão, então, de certa maneira, isso tem a ver com a coisa mais importante que podemos saber a respeito de nós mesmos. Ao contrário de sermos a criação do sexto dia de um Deus bondoso, nós somos o processo final de uma luta longa, lenta e dolorosa pela existência que levou à seleção natural.

Não creio, como deixaram claro minhas respostas anteriores, que isso refute necessariamente a existência do Deus cristão. Mas certamente exige que repensemos fundamentalmente nosso lugar no universo e, se Deus existe, nosso relacionamento com ele. Não podemos mais crer no Adão e na Eva literais, e, por conseguinte, a concepção de Agostinho – que todos nós estamos maculados por causa da rebeldia efetiva de Adão – não é mais sustentável. Além disso, *A origem das espécies* foi muito influente cientificamente, e, como insistem os biólogos, nada na biologia faz sentido exceto à luz da evolução. Portanto, eu sustentaria que essa obra é de valor vital, e ela ainda tem muita vida e relevância para nós na atualidade, e que toda pessoa instruída deveria tê-la lido. Acho que toda pessoa instruída também deveria ter lido a Bíblia, mas essa é outra questão.

**IHU On-Line – De forma equivocada *A origem das espécies* foi**

<sup>6</sup> Em 30-11-2005, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anna Carolina Krebs Pereira Regner apresentou a obra *Sobre a origem das espécies através da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*, de Charles Darwin, no evento Abrindo o Livro, do Instituto Humanitas Unisinos. A respeito do assunto ela concedeu entrevista à *IHU On-Line* 166, de 28-11-2005, disponível para download em <http://bit.ly/ctvDdi> (Nota da *IHU On-Line*)

tida como obra principal para fundamentar doutrinas questionáveis e errôneas, como o darwinismo social. Como percebe a compreensão dessa obra em nossos dias? Continuam a haver mal entendidos em sua recepção?

**Michael Ruse** – O darwinismo social, como percebem os cientistas atualmente, em muitos sentidos pouco deve ao pensamento do próprio Darwin, e muito mais a outras correntes de pensamento do século XIX. Em muitos sentidos, o verdadeiro progenitor do darwinismo social foi Herbert Spencer<sup>7</sup>, compatriota de Darwin, e não o próprio Darwin.

É claro que parte do problema consiste na definição do que precisamente se entende por darwinismo social. Muitas pessoas creem que se trata apenas de uma competição implacável da luta pela existência, como se mostra, por exemplo, nos negócios, bem como em conflitos raciais (veja o caso de Adolf Hitler e os nazistas). Mas agora nos damos conta de que o darwinismo social é uma filosofia muito mais variada e rica. Assim como os cristãos creem em muitas coisas diferentes em nome do Senhor – alguns cristãos são pacifistas e outros, belicosos –, da mesma maneira os darwinianos sociais aparecem em muitos tipos ou formas. Constatamos que alguns darwinianos sociais, por exemplo, estavam muito preocupados em promover a harmonia e o amor entre os seres humanos. Pode-se pensar, nesse contexto, no príncipe russo Peter Kropotkin, o anarquista que promovia a ajuda mútua em nome de Darwin. E houve outros, como, por exemplo, Julian Huxley, neto de Thomas Henry Huxley, que promoveu projetos científicos de

“Às vezes, é melhor ser simples e tolo do que ser complexo e inteligente. Essa é a mensagem essencial da teoria darwiniana da evolução”

grande escala em nome de Darwin. Mais recentemente, temos o professor de Harvard Edward O. Wilson promovendo a biodiversidade e a necessidade de salvar as florestas tropicais brasileiras em nome de Darwin. Ele é da opinião que sem biodiversidade os seres humanos estão fadados a desaparecer e morrer e, portanto, em nome da evolução, nós deveríamos fazer algo em relação a isso.

Pessoalmente, não gosto muito de qualquer espécie de darwinismo social. Como disse em uma de minhas primeiras respostas, eu simplesmente não penso que se possam derivar reivindicações morais do pensamento evolutivo dessa maneira. Concordo com David Hume<sup>8</sup> de que não se pode passar de reivindicações referentes a questões de fato a reivindicações referentes a questões de obrigação moral. Assim, sou da opinião de que o darwinismo social fracassa. Entretanto, não

se pode negar que ele foi um movimento social e filosófico muito influente nos últimos 150 anos. Por isso, deve-se levá-lo a sério. Só que é importante reconhecer que ele aparece em formas diferentes.

(Eu poderia acrescentar, entre parênteses, que, embora haja pessoas que sustentam que Hitler tirou suas ideias diretamente de Darwin, a maioria dos pesquisadores atualmente considera falaciosa essa conexão. É óbvio que Hitler hauriu, em algum sentido, da doutrina dos darwinianos sociais de seu passado, mas suas crenças raciais e reivindicações sobre a necessidade de espaço vital devem muito, se não mais ainda, a outros temas do pensamento do século XIX, particularmente temas prevaletentes na Alemanha a respeito da superioridade racial e doutrinas semelhantes. Não há, por exemplo, absolutamente nenhum antissemitismo em parte alguma dos escritos de Darwin. Contudo, como sabemos, o antissemitismo era um elemento importante na ideologia nazista. Portanto, a história é muito mais complexa do que a simples transmissão de ideias de uma pessoa para outra.)

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?**

**Michael Ruse** – Acho que isso cobre praticamente tudo que eu gostaria de dizer. Obviamente, penso que a teoria darwiniana da evolução é uma das grandes conquistas da humanidade. Sempre fico desconcertado quando pessoas querem se opor a essa ideia em nome da religião. Parece-me que, se de fato somos feitos à imagem de Deus, então Santo Agostinho tinha razão e a principal marca desse fato é que temos inteligência e capacidade para entender o mundo maravilhoso em que vivemos. Se eu fosse cristão, compreenderia a teoria darwiniana da evolução como uma das ideias grandiosas de todos os tempos que refletem a criação gloriosa de Deus em toda a sua plenitude e seu mistério.

<sup>7</sup> **Herbert Spencer** (1820-1903): filósofo britânico, ficou conhecido por sua tentativa de elaborar um sistema filosófico baseado nas descobertas científicas de sua época, que pudesse ser aplicado a todos os assuntos. Foi o fundador da filosofia evolucionista. Em sua obra principal, *Um sistema de filosofia sintética* (1862-1896), aplicou a ideia da evolução à biologia, à psicologia, à sociologia e a outros campos do conhecimento. Escreveu também *A classificação das ciências* (1864), *Os fatores da evolução orgânica* (1887). (Nota da IHU On-Line)

<sup>8</sup> **David Hume** (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o *Tratado da natureza humana*. Sobre ele, leia a **IHU On-Line** número 369, de 15-08-2011, intitulada *David Hume e os limites da razão*, disponível para download em <http://bit.ly/pFBA94> (Nota da IHU On-Line)

## Livro da Semana

**TEIXEIRA, Faustino. *Teologia e pluralismo religioso*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.**

# O pluralismo religioso no coração da teologia

Um dos elementos-chave dessa obra é a irrevogável defesa do pluralismo religioso, explica Faustino Teixeira

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“**H**á que se abrir ao outro para melhor alcançar o mistério que nos habita”, frisa Faustino Teixeira, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. E continua: “Daí a fundamental importância do cuidado, da simpatia, delicadeza e atenção ao outro. Como sinaliza Simone Weil, em carta escrita ao um grande amigo, em 1942, ‘a atenção é a forma mais rara e mais pura da generosidade’. Admito que o mistério do outro não é só maravilha, mas também agonia, pois traduz a convocação de vivenciar a radicalidade de um exercício de fronteira, de um ‘embate’ com um irredutível que remove as entranhas intelectuais e afetivas. Não é nada fácil essa abertura”, admite.

Para Teixeira, o diálogo inter-religioso ganha vida e profundidade quando banhado nas águas da espiritualidade. “É ela que proporciona o clima essencial para a humildade e desapego, sem os quais dificilmente ocorre o movimento de dom e gratuidade que deve presidir o encontro com o outro”, diz. Para ele, o diálogo começa sempre no âmbito da interioridade, criando e favorecendo espaços de

hospitalidade. “Como mostrou com pertinência o buscador Louis Massignon, a verdadeira compreensão do outro não se dá por meio de sua anexação, mas pelo caminho singelo e único de um recolhimento que favorece sua hospedagem em nosso coração”.

**Faustino Teixeira** é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, pesquisador do CNPq e consultor do ISER-Assessoria. É pós-doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Entre suas publicações, encontram-se *Teologia e pluralismo religioso* (São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012); *Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas* (Petrópolis: Vozes, 2009); *Ecumenismo e diálogo inter-religioso* (Aparecida do Norte: Santuário, 2008); *Nas teias da delicadeza: Itinerários místicos* (São Paulo: Paulinas, 2006); e *No limiar do mistério. Mística e religião* (São Paulo: Paulinas, 2004). Acaba de lançar um novo livro: *Os Caminhos da Mística* (São Paulo: Paulinas, 2012).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Quais os passos que o levaram ao tema da teologia cristã do pluralismo religioso?**

**Faustino Teixeira** – É um tema que venho estudando desde o final

dos anos 1980. As primeiras reflexões começaram a acontecer quando ainda lecionava teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Com a vinda para Juiz de

Fora e a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em 2001, esse campo reflexivo expandiu-se e aprofundou-se. Veio

então a oportunidade de desenvolver essa temática no pós-doutorado, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, sob a orientação de Jacques Dupuis, em 1997. Já tinha sido publicado o meu livro sobre *Teologia das religiões* (1995) e armazenava certo amadurecimento nessa temática. A nova experiência em Roma abre novos horizontes para o trabalho, emergindo com vigor a questão do pluralismo religioso de princípio. Cheguei a Roma para o pós-doutorado em momento propício. Jacques Dupuis estava lançando o seu livro *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso* (1997). Tive a alegria de seguir os dois primeiros cursos que ofereceu sobre o livro, um deles para seus orientandos. Foi uma experiência reveladora para mim. Brindava-nos, ao final do livro, com o desafio da acolhida do pluralismo religioso, entendido como um “fator positivo”, atestando “a generosidade superabundante com que Deus se manifestou de muitos modos à humanidade e a resposta multiforme que os seres humanos deram à autor-revelação divina nas várias culturas”. Era um desafio partilhado por muitos outros teólogos católicos, entre os quais Edward Schillebeeckx<sup>1</sup>, Claude Geffré<sup>2</sup>, Raimon Panikkar<sup>3</sup>, Michael

## “Talvez um dos elementos-chave que busco defender no meu novo livro é a irrevogável defesa do pluralismo religioso”

Amaladoss<sup>4</sup> e outros. Assumi o tema com muita alegria e vigor. Como fruto dessa experiência escrevi uma longa resenha do livro de Dupuis, ainda em Roma, que foi publicada em dois números da revista dos jesuítas brasileiros, *Perspectiva Teológica* (Ano XXX, edições n. 80 e 81 de 1998). Mas já ao final de minha estada em Roma, o processo contra Dupuis já tinha sido deslançado, e ele não pôde dar continuidade ao seu belo trabalho. Eu, como teólogo leigo, assumi como

ciência, metafísica, religião e hinduísmo. Foi membro do Instituto Internacional de Filologia (Paris) e presidente do Vivarium (Centro de Estudos Interculturais da Catalunha). (Nota da IHU On-Line)

4 **Michael Amaladoss**: diretor do Instituto para o Diálogo com Culturas e Religiões, em Chennai, na Índia. É Ph.D. em Teologia Sistemática pelo Institut Catholique de Paris, na França, além de professor de Teologia no Vidyajyoti College of Theology, em Nova Délhi, na Índia. Escreveu muitos livros e artigos sobre espiritualidade e diálogo inter-religioso. Entre outros, é autor de *Making Harmony. Living in a Pluralist World* (Delhi: ISPCK, 2003) e *The Dancing Cosmos. A Way to Harmony* (Delhi: ISPCK, 2003). Amaladoss esteve na Unisinos, proferindo a conferência *A teologia das religiões e a teologia na universidade* no **Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI**, organizado pelo IHU em maio de 2004. Ele concedeu ao IHU On-Line duas entrevistas: na edição 102, de 24/5/2004 e na edição 103, de 31/5/2004. Confira o artigo “Teologia das religiões e teologia na universidade”, de Michael Amaladoss publicado no livro NEUTZLING, Inácio (org.), *A teologia na universidade contemporânea* (São Leopoldo: Editora Unisinos. 2005, p. 117-139). (Nota da IHU On-Line)

tarefa essencial prosseguir essa reflexão no Brasil. Reagi ao processo instuído contra o meu orientador em artigo publicado na REB, em setembro de 1999 (REB 59, fasc. 235): A teologia do pluralismo religioso em questão. Em seguida, consegui publicar o meu livro sobre esse tema em catalão (Claret, 2002) e espanhol (Abya Yala (2005). Essa segunda edição do livro já estava modificada, com o acréscimo de reflexões sobre novos teólogos, como Claude Geffré, bem como uma ampliação da análise de conjuntura eclesial, com a introdução de um debate sobre a *Declaração Dominus Iesus*<sup>5</sup> (2000).

### Teologia e pluralismo religioso

O aprofundamento da temática ocorreu nos diversos cursos que dei sobre o tema, tanto na Universidade como fora, em distintas assessorias. Orientei também dissertações e teses envolvendo essa temática, sendo que uma delas foi premiada em concurso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião - Soter. Em razão da contundência do tema, outros teólogos dedicados à questão sofreram nesse período notificações vaticanas, como é o caso de Roger Haight<sup>6</sup>, ou advertência de episcopa-

1 **Edward Schillebeeckx** (1914): teólogo holandês, frei dominicano, é considerado um dos mais importantes peritos oficiais do Vaticano II e um dos mais importantes teólogos do século XX. (Nota da IHU On-Line)

2 **Claude Geffré**: teólogo, frade dominicano, francês, professor honorário do Instituto Católico de Paris. É autor, juntamente com Régis Debray, do livro *Avec ou sans Dieu ? - Le philosophe et le théologien* (Paris: Bayard, 2006). No ano passado, publicou o livro *De Babel à Pentecôte - Essais de théologie interreligieuse* (Paris: Cerf, 2006). Em português, a Editora Vozes traduziu o livro *Crer e Interpretar*, em 2004. Confira uma entrevista exclusiva que ele concedeu à IHU On-Line na edição número 207, de 4-12-2006, intitulada “Retorno religioso”. De Geffré, confira, no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, as entrevistas *A obsessão pela ditadura do relativismo*, em 09-07-2007, *Os cristãos e o desafio de Babel*, em 15-02-2007, e *Religião com ou sem Deus? Um diálogo de Régis Debray com um teólogo*, em 28-01-2007. (Nota da IHU On-Line)

3 **Raimon Panikkar** (1918-2010): padre e teólogo espanhol. Durante a sua carreira acadêmica teve a oportunidade de abordar diferentes tradições culturais. Publicou mais de 40 livros e 300 artigos de filosofia,

5 **Declaração “Dominus Iesus”** (ou “Senhor Jesus”): documento sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e a doutrina da Igreja. Foi emitido pela Congregação para a Doutrina da Fé, no dia 6 de agosto de 2000, assinado pelo então prefeito da Congregação, o Cardeal Joseph Ratzinger, que se o tornou Papa Bento XVI. (Nota da IHU On-Line)

6 **Roger Haight**: sacerdote católico jesuíta norte-americano, professor de teologia histórica e sistemática e autor de uma vasta obra teológica. Seu livro *Jesus, símbolo de Deus* recebeu o Catholic Book Award (Prêmio do Livro Católico) nos Estados Unidos. Este livro foi recentemente condenado pela Congregação para a Doutrina da Fé. A reflexão teológica de Haight situa-se na corrente da teologia do pluralismo religioso. Haight foi proibido de lecionar e publicar desde de 2004. Atua no Union Theological Seminary, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ele estará na Unisinos em 04-10-2012, quando proferir a conferência *A semântica do Mistério da Igreja hoje. Uma abordagem cristológica*, dentro da programação do XIII **Simpósio Internacional IHU - Igreja, cultura e sociedade**. (Nota da IHU On-Line)

dos, como é o caso de Andrés Torres Queiruga<sup>7</sup>. Outros continuam sob investigação. Mas, curiosamente, as resistências ao tema não impediram a continuidade de sua irradiação criadora. Veio a rica coleção organizada pela Comissão Teológica Latino-Americana da ASETT, *Pelos muitos caminhos de Deus*, iniciada em 2003 e encerrada agora com a publicação do último volume, *Por uma teologia planetária* (Paulinas, 2011). Participei com artigos em quatro dos cinco volumes da coleção, nessa linda iniciativa de José Maria Vigil<sup>8</sup> de “cruzar a teologia da libertação com a teologia do pluralismo religioso”. É no âmbito de toda essa discussão que nasce o meu novo livro, *Teologia e pluralismo religioso*, publicado em 2012 pela editora Nhanduti, de São

**7 Andrés Torres Queiruga (1940):** teólogo e escritor espanhol. Estudou no seminário de Santiago de Compostela e na Universidade de Comillas, passou dois anos em Roma realizando a sua tese. Foi professor de Teologia no Instituto Teológico compostelá e de Filosofia da Religião na Universidade de Santiago de Compostela. É membro da Real Academia Galega e do Consello da Cultura Galega; foi um dos fundadores e diretor da revista *Encrucillada*. (Nota da IHU On-Line)

**8 José Maria Vigil (1946):** licenciado em Teologia pela Universidad Pontificia de Salamanca. Na Universidade de Santo Tomás de Roma, obteve a licenciatura em Teologia Sistemática. Foi ordenado sacerdote em 1971. Durante treze anos, trabalhou na Nicarágua e, atualmente, mora e trabalha no Panamá. É autor do livro *Teologia do Pluralismo Religioso. Para uma releitura pluralista do cristianismo* (São Paulo: Paulus, 2006) e também de *La opción por los pobres* (Santander: Sal Terrae, 1991), dentre outros. Faz parte da Comissão Teológica da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo - ASETT e é o idealizador e realizador dos “Servicios Koinonía”, um sítio que serve de ponto de encontro com a teologia e a espiritualidade da libertação latino-americanas ([www.servicioskoinonia.org](http://www.servicioskoinonia.org)). Confira a entrevista *Desafios da ecologia às religiões*, concedida por Vigil à edição 347 da Revista IHU On-Line, de 18-10-2010, disponível em <http://bit.ly/axc7LW>. Ele estará na Unisinos em 05-10-2012, quando profere a conferência *O Concílio Vaticano 50 anos depois: indicações para uma semântica do mistério da Igreja hoje*, dentro da programação do XIII Simpósio Internacional IHU - Igreja, cultura e sociedade. Também estará presente no Congresso Continental de Teologia, que acontece no IHU de 7 a 11-10-2012. (Nota da IHU On-Line)

## “Há que se abrir ao outro para melhor alcançar o mistério que nos habita”

Bernardo do Campo. Foi uma oportunidade de retrabalhar a segunda edição de meu livro sobre a teologia das religiões, dando uma nova roupagem à reflexão e acrescentando novos elementos para o debate sobre o tema.

### IHU On-Line – O que caracteriza essa sua reflexão sobre o tema?

**Faustino Teixeira** – Talvez um dos elementos-chave que busco defender no meu novo livro é a irrevogável defesa do pluralismo religioso. Depois de apresentar o estado geral do debate sobre as perspectivas exclusivista, inclusivista e pluralista, busco apontar os caminhos como o tema vem sendo desenvolvido na Ásia e na América Latina. Ao final, trato a questão da irrevogabilidade do pluralismo religioso. Não dá para continuar mantendo a ideia de que esse pluralismo é apenas um dado de fato ou contingencial. Na verdade, como tão bem mostrou o teólogo Claude Geffré, a “pluralidade dos caminhos que levam a Deus continua sendo um mistério que nos escapa”. A minha experiência atual, trabalhando com os “buscadores de diálogo”, personagens e místicos impressionantes na sua abertura e generosidade para com outras tradições religiosas, desvela riquezas incomensuráveis. Por diversas vezes ouvi de meu orientador, Jacques Dupuis, que no profundo diálogo com o outro somos capazes de “descobrir com maior profundidade” traços do mistério de Deus que escapam de nossa alçada, na perspectiva que nos inserimos.

### Mistério do outro

Há que se abrir ao outro para melhor alcançar o mistério que nos habita. Daí a fundamental importância do cuidado, da simpatia, delicadeza e atenção ao outro. Como sinaliza Simone Weil, em carta escrita ao um grande amigo, em 1942, “a atenção é a forma mais rara e mais pura da generosidade”. Admito que o mistério do outro não é só maravilha, mas também agonia, pois traduz a convocação de vivenciar a radicalidade de um exercício de fronteira, de um “embate” com um irredutível que remove as entranhas intelectuais e afetivas. Não é nada fácil essa abertura. Concordo com meu amigo Luiz Felipe Pondé<sup>9</sup> sobre as grandes dificuldades que envolvem a convivência com o outro, sobretudo na sua proximidade inquietante. Não há que idealizar o outro, concordo, mas há que buscar caminhos precisos de convivência e partilha com ele, em seu “mistério intransponível”, e colher aprendizados novidadeiros. O diálogo, como tão bem mostrou Gadamer<sup>10</sup>, é uma “expansão de nossa individualidade”, é a abertura para uma possibilidade que desconhecemos, capaz de nos

**9 Luiz Felipe Pondé:** filósofo brasileiro, leciona na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP e na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, entre outras instituições. Graduado em Medicina, pela Universidade Federal da Bahia, e em Filosofia Pura, pela USP, é mestre em História da Filosofia Contemporânea e em Filosofia Contemporânea, respectivamente pela USP e pela Université de Paris VIII, França. Doutor em Filosofia Moderna pela USP e pós-doutor pela Universidade de Tel Aviv, Israel, escreveu *O homem insuficiente* (São Paulo: Edusp, 2001); *Crítica e profecia. Filosofia da religião em Dostoevski* (São Paulo: Editora 34, 2003); *Conhecimento na desgraça. Ensaio de epistemologia pascaliana* (São Paulo: Edusp, 2004), entre outros. A entrevista mais recente que concedeu à IHU On-Line é “Perdão tem que ser graça”, na edição 388, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/HskR3E>. (Nota da IHU On-Line)

**10 Hans-Georg Gadamer:** filósofo alemão, autor de *Verdade e método* (Petrópolis: Vozes, 1997), faleceu no dia 13-03-2002, aos 102 anos. Por essa razão, dedicamos a ele a matéria de capa da IHU On-Line número 9, de 18-03-2002, *Nosso adeus a Hans-Georg Gadamer*, disponível em <http://migre.me/DtiK>. (Nota da IHU On-Line)

envolver e enriquecer. Ele deixa em nós uma “marca”, uma “força transformadora”, um “algo” que nos faz diferentes e, diria, melhores.

### **IHU On-Line – Qual a marca do campo de estudos da teologia das religiões?**

**Faustino Teixeira** – Esse campo de estudos é marcado por muitos desafios e tensões. Mesmo no âmbito de outras tradições cristãs, como no protestantismo, o tema suscita muita controvérsia. Um de meus queridos alunos da PUC-RJ, Eduardo Rosa Pedreira, hoje eminente professor, escreveu um belo artigo sobre os “desconfortos e desafios trazidos pelo diálogo inter-religioso ao mundo protestante” (Atualidade em Debate – Caderno 46, 1996). Nesse artigo que sempre apreciei, ele aborda o desconforto do crer, do ser e do fazer. No campo protestante, não foram poucas as resistências contra a reflexão elaborada por John Hick, em torno de suas teses sobre o “Deus encarnado”. Seguiu-se muita discussão depois da publicação da obra organizada por John Hick e Paul Knitter, em torno da unicidade cristã (*The myth of Christian uniqueness* – 1987), inclusive com reações precisas de teólogos inclusivistas em outra obra: *Christian uniqueness reconsidered: The myth of a pluralistic theology of religions* (1990).

### **Catolicismo**

No campo católico, as reações foram também intensas, acompanhando a polêmica publicação da *Declaração Dominus Iesus* (2000), que bloqueava caminhos que tinham sido abertos com documentos anteriores e fundamentais do importante dicastério romano dedicado ao tema do diálogo (*Diálogo e Missão* – 1984) e *Diálogo e Anúncio* (1991). Em documento bem reticente sobre o tema do cristianismo e as religiões, tinha também se pronunciado a Comissão Teológica Internacional, em 1997. Na trilha preparada e aberta pela Declaração assinada pelo cardeal Ratzinger em 2000, muitos teólogos católicos e

## “Vejo com muito otimismo os caminhos atuais da reflexão teológica brasileira”

pastoralistas que abordavam a temática sofreram investigação: Tissa Balasuriya (1997), Antonii de Mello (1998), Jacques Dupuis (2001) e Roger Haight (2004). Outros estão sendo investigados por instâncias diversificadas: Andres Torres Queiruga, Claude Geffré e José Maria Vigil.

### **Reações**

Como se pode observar, o trabalho teológico em torno da temática do pluralismo religioso tem provocado muitas reações e atemorizado muitos teólogos em seu exercício de adentramento nestas questões. Outros seguem, porém, com ousadia e coragem nessa desafiante área de atuação teológica. Esse campo de abordagem é muito rico e lança o teólogo no imprescindível desafio de mergulho no mundo da alteridade. O tema ganha cidadania nos fundamentais eventos que marcam a reflexão teológica brasileira, como a SOTER e a Associação dos Programas de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião -ANPTECRE, mostrando uma vitalidade que é contagiante, e que se expressa também em muitas dissertações e teses defendidas e em desenvolvimento no momento atual.

### **IHU On-Line – Quais os rumos que a Teologia no Brasil tem tomado nos últimos anos e como ela pode ser definida atualmente?**

**Faustino Teixeira** – Vejo com muito otimismo os caminhos atuais

da reflexão teológica brasileira. Alguns temas merecem especial destaque. Já sublinhei o campo desafiador da teologia do pluralismo religioso, que ganha a cada dia novos adeptos. Mesmo antigos bastiões da teologia da libertação, como Leonardo Boff, dedicam-se hoje com energia ao tema, mostrando novas sintonias de abordagem. Ele assinala no prefácio do livro *Teologia latino-americana pluralista da libertação* (2006) que assim como existe “a imensa biodiversidade na natureza como fato e como incomensurável valor que merece ser preservado, de forma semelhante existe a diversidade das religiões, que são de fato valores a serem apreciados, pois são manifestações do humano e da experiência religiosa da humanidade”. O índice de autores da coleção *Pelos muitos caminhos de Deus* desvela a presença de muitos teólogos brasileiros empenhados nesse desafiante trabalho.

Destaco também a presença brasileira no número especial da revista internacional de teologia, *Concilium*, dedicada ao tema da teologia do pluralismo religioso: o paradigma emergente (*Concilium*, n. 319 – 2007). Há também que sublinhar outro campo instigante e provocador como o da teologia pública, que cresce a cada momento também no Brasil, envolvendo teólogos católicos e protestantes nesse rico debate. Com o crescimento das ciências da religião, abre-se um desafio novo para a teologia, de sua presença viva na universidade. Como sublinhou Inácio Neutzling em instigante artigo no livro *Teologia pública em debate* (2011), “a teologia como discurso público tem necessidade da liberdade institucional frente à igreja, assim como de um lugar no espaço público das ciências”. A teologia vem, assim, convidada a assumir uma nova tarefa, ousada e original, no âmbito da sociedade, deixando de ficar unicamente concentrada no campo restrito das comunidades de fé.

**IHU On-Line – Que inspiração a teologia brasileira pode oferecer ao pensamento teológico latino-americano e mundial?**

**Faustino Teixeira** – Nós, que fomos formados na teologia da libertação, temos consciência viva do grande significado que nossa reflexão teológica ganhou em âmbito internacional. Talvez tenha sido um dos contributos mais originais que oferecemos ao mundo e às igrejas, esse legado de uma teologia sintonizada com a vida do povo, seus sofrimentos e anseios de libertação. Num belo texto de 1985, o saudoso teólogo italiano, Ernesto Balducci<sup>11</sup>, falava da inversão missionária provocada pela teologia da libertação: as caravanas agora voltavam das Índias ocidentais, com os novos anunciadores do evangelho. Essa linda contribuição foi reconhecida pelos mais destacados teólogos mundiais, entre os quais, Karl Rahner<sup>12</sup>, Claude Ge-

11 **Ernesto Balducci**: teólogo e filósofo italiano, autor de *L'uomo planetario* (O homem planetário). Fiesole: Edizione Cultura della Pace, 1994. (Nota da IHU On-Line)

12 **Karl Rahner** (1904-2004): importante teólogo católico do século XX. Ingressou na Companhia de Jesus em 1922. Doutorou-se em Filosofia e em Teologia. Foi perito do Concílio Vaticano II e professor na Universidade de Münster. A sua obra teológica compõe-se de mais de 4 mil títulos. Suas obras principais são: *Geist in Welt* (*O Espírito no mundo*), 1939, *Hörer des Wortes* (*Ouvinte da Palavra*), 1941, *Schriften zur Theologie* (*Escritos de Teologia*). Em 2004, celebramos seu centenário de nascimento. A Unisinos dedicou à sua memória o Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI, realizado de 24 a 27 de maio daquele ano. A IHU On-Line n.º 90, de 1º-03-2004, publicou um artigo de Rosino Gibellini sobre Rahner, disponível em <http://migre.me/11DTa>, e a edição 94, de 02-03-2004, publicou uma entrevista de J. Moltmann, analisando o pensamento de Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTu>. No dia 28-04-2004, no evento Abrindo o Livro, Érico Hammes, teólogo e professor da PUCRS, apresentou o livro *Curso Fundamental da Fé*, uma das principais obras de Karl Rahner. A entrevista com o prof. Érico Hammes pode ser conferida na IHU On-Line n.º 98, de 26-04-2004, disponível para download em <http://migre.me/11DTM>. Ainda sobre Rahner, publicamos uma entrevista com H. Vorgrimler no IHU On-Line n.º 97, de 19-04-2004, sob o título *Karl Rahner: teólogo do Concílio Vaticano nascido há 100 anos*,

“Com o crescimento das ciências da religião, abre-se um desafio novo para a teologia, de sua presença viva na universidade”

ffré, Edward Schillebeeckx e outros. No meu tempo de doutorado em Roma (1982-1985), um tempo nobre para a teologia da libertação e para as comunidades de base vibrava com as afirmações de reconhecimento e carinho para com as igrejas da América Latina por parte de teólogos como Johann Baptist Metz<sup>13</sup>. Ele dizia: “As igrejas latino-americanas nos mostram um processo de transformação de proporções inauditas, que a meu

disponível em <http://bit.ly/mlSwUc>. A edição número 102, da IHU On-Line, de 24-05-2004, dedicou a matéria de capa à memória do centenário de nascimento de Karl Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTW>. Os Cadernos Teologia Pública publicaram o artigo *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner*, de autoria do Prof. Dr. Érico João Hammes. Confira esse material em <http://migre.me/11DUa>. A edição 297, de 15-06-2009, intitula-se *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, disponível para download em <http://migre.me/11DUj>. (Nota da IHU On-Line)

13 **Johann Baptist Metz** (1928): teólogo católico alemão, professor de Teologia Fundamental, professor emérito na Universidade de Münster, Alemanha. Aluno de Karl Rahner, desfilou-se da teologia transcendental de Rahner, em troca de uma teologia fundamentada na prática. Metz está no centro de uma escola da teologia política que influenciou fortemente a Teologia da Libertação. É um dos teólogos alemães mais influentes no pós Concílio Vaticano II. Seus pensamentos giram ao redor de atenção fundamental ao sofrimento de outros. As chaves de sua teologia é memória, solidariedade, e narrativa. Dele publicamos uma entrevista na 13ª edição, de 15-04-2002, disponível em <http://migre.me/2zn3s>. (Nota da IHU On-Line)

ver revestem-se de importância providencial para toda a igreja, e no qual estamos todos envolvidos, de uma maneira ou outra”. Novos desdobramentos da teologia da libertação estão hoje em curso, com incidências precisas nos campos da teologia do pluralismo religioso, da teologia pública, da teologia feminista, da teologia afro e dos povos originários. Não há dúvida sobre a originalidade e riqueza teológica que está sendo gestada nesses desafiantes campos, com contribuições verdadeiramente novidadeiras. Só mesmo o tempo dirá.

**IHU On-Line – Qual a importância da Teologia da Libertação e quais os desafios que ela ainda enfrenta no cenário teológico internacional?**

**Faustino Teixeira** – Essa questão já foi respondida em parte anteriormente. Gostaria apenas de destacar sua vitalidade que pode ser reconhecida nos novos desdobramentos de sua temática no tempo atual. Em longo artigo que escrevi sobre o tema, em 2006, falo de algumas contribuições essenciais: o acento no empenho libertador, o resgate da cidadania dos pobres, a abertura à positividade da política e o respeito ao universo simbólico-cultural dos pobres. Levanto também alguns desafios que considero importantes, como o da espiritualidade, da abertura ao pluralismo religioso, da questão da mulher e do respeito e cuidado para com a comunidade da vida. Há também outros temas emergentes sendo desenvolvidos por segmentos da comunidade teológica brasileira, no desdobramento da teologia feminista da libertação, que merecem atenção, como os desafios relacionados aos temas da homossexualidade (merece destaque os trabalhos desenvolvidos pelo teólogo André Sidnei Musskopf).

**IHU On-Line – Qual o papel e a importância das mulheres para a consolidação de uma teologia brasileira?**

**Faustino Teixeira** – Um traço bonito da reflexão teológica brasileira é a presença de instigantes e inovadoras teólogas. Pude conviver com muitas delas na minha formação teológica na PUC-Rio. Em período muito rico vivido ali no Rio, no final dos anos 1970 e inícios de 1980, com a presença de importantes nomes do pensamento teológico nacional, inúmeras teólogas leigas foram despontando no cenário reflexivo, como Maria Clara Bingemer, Ana Maria Tepedino e Teresa Cavalcanti. Firmava-se no Brasil uma rica discussão sobre o tema do feminino e do feminismo, com publicações muito originais e desafiantes. Vale também lembrar outros nomes importantes nesse campo: Ivone Gebara, Luiza Tomita, Sílvia Regina, Wanda Deifelt e Lúcia Weiler, além de outras que agora me escapam. Na rica convivência com essas teólogas, tive um grande aprendizado, sobretudo o desafio de uma distinta ocular para captar o mistério sempre maior.

#### **IHU On-Line – O que caracteriza o olhar feminino da “Revelação”?**

**Faustino Teixeira** – Nas minhas andanças teológicas, estive sempre envolvido e seduzido por maravilhosas mulheres, que me ajudaram a recompor minha teologia em tom diferencial. São minhas colegas da teologia, mas também das ciências da religião, em seus campos diversificados de atuação, sempre pontuando aspectos fundamentais e novidadeiros para a minha abordagem teológica. Não posso deixar de mencionar minhas orientandas e alunas, que estão sempre presentes, indicando novas veredas para as pesquisas que venho realizando com empenho e alegria.

Tive e tenho também muitas amigas e companheiras na área de reflexão da mística comparada que muito me ajudaram. Elas dão, de fato, um diferencial para o meu olhar. Partilhei de lindos aprendizados com minhas amigas pesquisadoras do PP-CIR de Juiz de Fora, da PUC-Rio e da PUC-SP, nos inúmeros encontros de

mística que acontecem em Juiz de Fora desde 2001. Em singular artigo da teóloga Ivone Gebara, sobre o pluralismo religioso visto sob a perspectiva feminista, ela recorre à experiência mística vivida por algumas cristãs dos séculos XI e XII para sinalizar o traço profético já presente na ocasião, de questionamento da linguagem conceitual masculina e redutora para nomear o inominável. Indicavam em sua experiência religiosa e em suas narrativas místicas que o “princípio fundante” não podia ser encerrado numa perspectiva exclusivamente masculina, mas expresso de forma “múltipla, plural, infinita”. Importantes místicas desse período, em particular as beguinias, proporcionaram de forma inédita “uma nova configuração de gênero à deidade”, é o que vemos, por exemplo, na grande mística Marguerite Porete<sup>14</sup>.

#### **IHU On-Line – Em que medida a mística das religiões contribui para o sucesso do diálogo inter-religioso?**

**Faustino Teixeira** – Esse é um dos temas que mais venho trabalhando esses anos nos meus cursos de mística comparada. O diálogo inter-religioso ganha vida e profundidade quando banhado nas águas da espiritualidade. É ela que proporciona o clima essencial para a humildade e desapego, sem os quais dificilmente ocorre o movimento de dom e gratuidade que deve presidir o encontro com o outro. O diálogo começa sempre no âmbito da interioridade, criando e favorecendo espaços de hospitalidade. Como mostrou com pertinência o buscador Louis Massignon<sup>15</sup>, a verdadeira compreensão do outro não se dá por meio de sua anexação, mas pelo caminho singelo e único de um recolhimento que favorece sua hospedagem em nosso coração.

<sup>14</sup> **Marguerite Porete**: mística francesa, queimada pela Inquisição em Paris, em 1310, após se recusar a retirar seu livro de circulação. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>15</sup> **Louis Massignon (1883-1962)**: escritor e católico francês perito no islã. (Nota do **IHU On-Line**)

## Leia mais...

>>Faustino Teixeira já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Perfil – Faustino Teixeira*. Edição 314 da revista IHU On-Line, de 09-11-2009, disponível em <http://migre.me/9K19X>;
- *Teologia Pluralista e Teologia da Revelação*. Entrevista especial com Faustino Teixeira. Entrevista do Dia de 04-07-2010, disponível em <http://migre.me/9K1j9>;
- *“Rûmî é o poeta da dança da Unidade”*. Edição 222 da revista IHU On-Line, de 04-06-2007, disponível em <http://migre.me/9K1oF>;
- *Mística: experiência que integra anima (feminilidade) e animus (masculinidade)*. Edição 385, de 19-12-2011, disponível em <http://migre.me/9K1xv>;
- *O Jesus de Pagola*. Edição 336 da revista IHU On-Line, de 06-07-2010; disponível em <http://migre.me/9K1PI>;
- *O budismo e o “silêncio sobre Deus”*. Edição 308 da revista IHU On-Line, de 14-09-2009, disponível em <http://migre.me/9K1UB>;
- *Teologia da Libertação: a contribuição mais original da América Latina para o mundo*. Edição 214 da revista IHU On-Line, de 02-04-2007, disponível em <http://migre.me/9K1Xq>;
- *Jesus de Nazaré: um fascínio duradouro*. Artigo publicado na edição 248 da revista IHU On-Line, de 17-12-2007, disponível em <http://migre.me/9K2bt>;
- *Uma reflexão sobre o pluralismo religioso a partir de Aparecida*. Edição 224 da revista IHU On-Line, de 20-06-2007, disponível em <http://migre.me/9K2iC>;
- *Bento XVI e Barack Obama: novas perspectivas de diálogo com o islã*. Artigo publicado nas Notícias do Dia, de 06-06-2009, disponível em <http://migre.me/9K2pY>.

## Teologia Pública

# “Missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado”

Se Francisco Xavier e praticamente todos os missionários e missionárias até a primeira metade o século XX eram obrigados, em nome da Igreja, a negar a possibilidade de salvação para os não cristãos, o Vaticano II trouxe, no dizer de Bento XVI, “alguma forma de descontinuidade”, pontua Paulo Suess

POR GRAZIELA WOLFART, LUÍS CARLOS DALLA ROSA E MÁRCIA JUNGES

“Muitas conquistas do Vaticano II estão presentes em nossa realidade pastoral e nos documentos produzidos nesse tempo pós-conciliar, apesar de certo descompasso entre documentos e a própria prática missionária. Somos uma Igreja de apóstolos e mártires, hoje com poucos profetas”. A afirmação é do teólogo Paulo Suess, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. E completa: “A ‘virada popular’ do Vaticano II clama por essa Igreja autóctone que rompe com qualquer tipo de tutela colonial”. Suess adverte que “missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado”.

**Paulo Suess** nasceu na Alemanha. É doutor em Teologia Fundamental com um traba-

lho sobre *Catolicismo popular no Brasil*. Em 1987 fundou o curso de Pós-Graduação em Missiologia, na Pontifícia Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, onde foi coordenador até o fim de 2001. Recebeu o título de Doutor honoris causa, das Universidades de Bamberg (Alemanha, 1993) e Frankfurt (2004). É assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e professor no ciclo de pós-graduação em missiologia, no Instituto Teológico de São Paulo – ITESP. Entre suas publicações, destaca-se *Dicionário de Aparecida. 40 palavras-chave para uma leitura pastoral do Documento de Aparecida* (São Paulo: Paulus, 2007).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – A partir da perspectiva da Igreja em Missão, como o senhor analisa o Concílio Vaticano II, evento que, neste ano, celebra 50 anos da sua abertura?**

**Paulo Suess** – A missão é estrela-guia na constelação dos 16 Documentos do Concílio que emergiram de demandas prático-pastorais. Práticas litúrgicas, leituras bíblicas, convivência ecumênica, necessidades de uma nova presença no mundo operário e indígena apontaram para a necessidade de uma reconfiguração das relações entre Igreja, mundo moderno, culturas e humanidade. Novas rela-

ções, sobretudo com os pobres e os outros, exigiram repensar as linhas pastorais até então consideradas “legais” e forjaram, como fio condutor, a missão voltada ao povo e ao mundo na perspectiva de *aggiornamento* e encarnação. O *aggiornamento* à modernidade e a encarnação nos contextos pluriculturais representam uma verdadeira “virada popular”. Virada popular significa contemplar a Deus não em alturas abstratas, mas no rosto da humanidade crucificada e ouvir a Sua voz através dos sinais de Deus no mundo.

**IHU On-Line – O decreto *Ad Gentes*<sup>1</sup> é o documento conciliar que trata da atividade missionária da Igreja. Qual a gênese desse documento no processo do Concílio?**

<sup>1</sup> **Decreto Ad Gentes**: promulgado em 7 de Dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI, o decreto *Ad gentes* versa sobre a Atividade Missionária da Igreja. Trata-se de um dos documentos mais relevantes que resultaram do Concílio Vaticano II. A ele se deve toda uma transformação na forma de encarar e praticar a missão. E também o respeito pela cultura, pela história e pelas religiões dos povos a evangelizar. (Nota da **IHU On-Line**)

**Paulo Suess** – Os impulsos elementares para a teologia da missão e a pastoral missionária desabrocharam nas Constituições sobre a Igreja (Lúmen Gentium; Gaudium et Spes) e a Liturgia (Sacrosanctum Concilium), nos decretos sobre o Ecumenismo (Unitatis redintegratio) e a Vocação dos Leigos (Apostolicam Actuositatem), e nas Declarações sobre a Liberdade Religiosa (Dignitatis Humanae) e as Religiões Não Cristãs (Nostra Aetate). O “Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja” apenas sintetizou essas dimensões que ganharam a sua força radical pela revisão da eclesiologia do Vaticano I<sup>2</sup>. Nos processos que levaram à redefinição da missão, observa-se um deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais, pelas quais faz coletas e pede orações, para uma Igreja na qual a missionariedade e a “natureza missionária” dos batizados representam a orientação fundamental de todas as suas atividades.

O anúncio do Vaticano II, na festa da conversão do Apóstolo Paulo, dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, tem um profundo significado simbólico. Data e lugar escolhidos pelo Papa João XXIII<sup>3</sup> apontam para uma igreja em estado de conversão “fora dos muros” da cristandade.

Foi pela primeira vez, na história da Igreja, que um concílio sentiu a necessidade de elaborar um documento

sobre a missão. Contudo, parecia tudo muito fácil e, praticamente, já resolvido antes do Concílio. O Cardeal Agagianian, prefeito da então chamada “Congregação pela Propagação da Fé”, não se cansou de afirmar que no campo missiológico todas as questões estavam resolvidas através das encíclicas missionárias dos últimos papas. Missão e missiologia, que entraram no concílio como anexos ao campo da pastoral, saíram do processo conciliar como teologia fundamental e núcleo teológico-pastoral central do Vaticano II.

Ao texto definitivo de *Ad Gentes* precederam sete versões que permitem acompanhar as lutas pelo novo significado do paradigma “missão”<sup>4</sup>. O lugar do “mundo”, da “missão” e da “liberdade religiosa” na Igreja foi disputado até o último momento do Concílio. Finalmente, poucos dias depois da promulgação da “Declaração sobre as religiões não cristãs” (Nostra Aetate, 28.10.65), na quarta e última sessão e no último dia (7-12-1965), o “Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária” foi promulgado por Paulo VI, junto com a “Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo” (Gaudium et Spes) e a “Declaração sobre a liberdade religiosa” (Dignitatis Humanae). *Ad Gentes* recebeu 2.314 votos “sim” e apenas 5 votos “não”.

#### **IHU On-Line – Quais são os elementos ou conteúdos fundamentais do decreto *Ad Gentes*?**

**Paulo Suess** – Os conteúdos fundamentais do decreto *Ad Gentes* não devem ser vistos isoladamente dos outros documentos do Concílio. O “pacote” missiológico do Vaticano II pode ser resumido em alguns passos, revisões e conversões de uma caminhada pós-colonial, sempre ameaçada por regressões:

- do eclesiocentrismo à centralidade do Reino de Deus;
- de uma identificação da Igreja com a hierarquia para uma Igreja “Mistério”, “Povo de Deus” e “Instrumento de salvação”;
- de um laicato auxiliar e subordinado do clero para um laicato que participa do sacerdócio co-

mun dos fiéis (LG 34), do múnus profético de Cristo (LG 12; 35,1) e do apostolado. O Povo de Deus é marcado por uma igualdade constitucional (cf. LG 37);

- da opção abstrata pelo “homem” para sujeitos com rostos concretos. O povo de Deus integra os pobres e tem uma missão pública, histórica, profética e fraterna;
- De uma Igreja
  - que olhou na celebração eucarística para a parede e falava em latim
  - que entendeu a sua teologia como explicação de dogmas e
  - que em sua pastoral estava amarrada a padrões culturais da Europa, para uma Igreja *versus populum*, que podemos chamar de “virada popular”;
- do território da missão à natureza missionária da Igreja povo de Deus (desterritorialização da missão);
- do ter missões ao “viver em estado de missão” (*Ad Gentes* 2; Documento de Aparecida 213);
- da missão *ad gentes* à missão intergentes (diálogo inter-religioso, ecumênico e intercultural), que significa um passo da unilateralidade entre doador e receptor dos benefícios da missão para a reciprocidade nas relações missionárias;
- do monopólio salvífico à partilha da graça da salvação: se Francisco Xavier<sup>5</sup> e praticamente todos os missionários e missionárias até a primeira metade do século XX eram obrigados, em nome da Igreja, a negar a possibilidade de salvação para os não cristãos, o Vaticano II trouxe, no dizer de Bento XVI, “alguma forma de descontinuidade”;
- da supervisão à inculturação. A “supervisão” nos afasta do

2 O Concílio Vaticano I (CV I) deu-se de 8 de Dezembro de 1869 a 18 de Dezembro de 1870. E foi proclamado por Pio IX (1846 a 1878). As principais decisões do Concílio foram conceber uma Constituição dogmática intitulada “Dei Filius”, sobre a Fé católica e a Constituição Dogmática “Pastor Aeternus”, sobre o primado e infalibilidade do Papa quando se pronuncia “ex-cathedra”, em assuntos de fé e de moral. E tratou-se de questões doutrinárias que eram necessárias para dar novo alento e informar melhor sobre assuntos essenciais de Fé. Para além de proclamar como dogma a Infalibilidade Papal, o Concílio, ao defender os fundamentos da fé católica, condenou os erros do Racionalismo, do Materialismo e do Ateísmo. (Nota da IHU On-Line)

3 Papa João XXIII (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

4 Conferir P. Suess, *Introdução à teologia da missão*, 3ª ed., Petrópolis, 2011, p. 122 et seq. (Nota do entrevistado)

5 Francisco Xavier (1506-1552): missionário jesuíta espanhol, um dos pioneiros e cofundador da Companhia de Jesus. Morreu na China. Foi canonizado pelo Papa Urbano VIII. Confira a entrevista realizada pela IHU On-Line com o jornalista espanhol Pedro Miguel Lamet, intitulada *Francisco Xavier: o aventureiro de Deus*, disponível em <http://migre.me/11VrV>. (Nota da IHU On-Line)

ção e dos rostos concretos dos pobres. A eficácia missionária não está nos instrumentos utilizados nem na liderança em “nossas obras”, mas na coerência entre a mensagem do Reino e sua contextualização, também através do nosso estilo de vida.

A passagem da supervisão para a inculturação atinge, obviamente, o campo onde o povo celebra sua vida, ou seja, o campo litúrgico. Muitas reformas litúrgicas pós-conciliares, feitas por “supervisores” sem conhecimento e participação do povo, estão caminhando para o distanciamento pré-conciliar. A Missa Tridentina não é um sinal que aponta para uma Igreja autóctone encarnada na vida do povo. A “virada popular” do Vaticano II clama por essa Igreja autóctone que rompe com qualquer tipo de tutela colonial.

### **IHU On-Line – A partir do Concílio, entre avanços e recuos, como o senhor avalia os passos dados pela Igreja na sua relação com o mundo?**

**Paulo Suess** – Hoje, a Igreja Católica reúne vários setores de mentalidades, práticas pastorais e teologias diferentes, o que torna difícil falar de “passos dados pela Igreja”. Esses passos de setores espiritualistas e realistas, fundamentalistas e movimentos militantes, de ordens religiosas e novas comunidades se movem em direções diferentes. Segundo o respectivo setor, podemos falar de recuos ou avanços ao mesmo tempo. Ultimamente observa-se certa aversão do setor hegemônico contra a realidade concreta. Nossa metodologia do ver-julgar-agir, que acompanhou a teologia indutiva latino-americana e que ainda foi positivamente mencionada na *Mater et Magistra* (1961) de João XXIII (MM 235), sofreu, desde Santo Domingo<sup>6</sup> (1992), na maioria dos documentos, restrições pela nova abordagem do “crer-ver-agir”. Em seguida,

<sup>6</sup> Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: realizada em Santo Domingo no período de 12 a 28 de outubro de 1992. A Conferência foi convocada e inaugurada pelo Papa João Paulo II. A convocação colocou em evidência o quinto centenário da evangelização da América. O Papa propôs à Conferência os temas “Nova evangelização, a promoção humana e a cultura cristã”. (Nota da IHU On-Line)

muitas vezes se confundiu os níveis diferentes do crer, que é teológico, e do ver, que é sócio-histórico.

Mas a história nunca é linear. Muitas conquistas do Vaticano II estão presentes em nossa realidade pastoral e nos documentos produzidos nesse tempo pós-conciliar, apesar de certo descompasso entre documentos e a própria prática missionária. Somos uma Igreja de apóstolos e mártires, hoje com poucos profetas. Precisamos desinibir a “virada popular”. Precisamos reescrever os tratados sacramentais – matrimônio, penitência, sacerdócio –, que clamam por um aprofundamento que tome o Vaticano II como ponto de partida. 70% das comunidades na Amazônia estão sem eucaristia dominical. Aparecida cobrou à Igreja de “repensar profundamente e relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais” (Documento de Aparecida 11). “Fidelidade”, nessa reconstrução da “virada popular”, só faz sentido se houver “audácia” na recepção e na projeção do Vaticano II. Sem audácia, a tradição se torna tradicionalismo e prisão e não haverá tradução, encarnação e comunicabilidade do cristianismo em novos contextos micro e macroculturais. Exige-se, hoje, um discernimento audaz tanto na assunção dos múltiplos projetos de vida, que culturas regionais representam, como na avaliação de conquistas da modernidade que, com sua dupla face de progresso e violência, beneficiam e ameaçam a sobrevivência da humanidade. A audácia pode ser confundida com adaptações apressadas, com modernizações meramente técnicas, com a corrida atrás do sempre novo, sem consciência histórica. Missas e ministros midiáticos, alinhados a padrões de marketing, podem destruir o sagrado.

### **IHU On-Line – Como a Igreja latino-americana traduziu para a sua realidade as decisões conciliares, sobretudo ao que diz respeito à Igreja missionária?**

**Paulo Suess** – A “virada popular” como *aggiornamento* significa para a igreja deixar a realidade do mundo e entrar na realidade do mundo. E essa realidade tem várias dimensões: a dimensão macrocultural da moder-

nidade secularizada e a dimensão da convivência concreta no mundo pluricultural. *Aggiornamento* expressa a vontade de construir duas pontes de mão dupla: uma entre Igreja e a dimensão universal das conquistas do mundo moderno, e outra, entre Igreja e o mundo local e cultural, onde o povo vive, se encontra e comunica.

O Concílio nomeou essas tentativas de aproximação respeitosa aos povos e ao mundo com algumas palavras balbuciantes, como “adaptação” (SC 37s; GS 514), “autonomia da realidade terrestre” (GS 36; 56) e da cultura, “sinais do tempo” (GS 4; 11), e “diálogo” (CD 13; UR 4), “encarnação” e “solidariedade” (GS 32). Em nossa caminhada teológico-pastoral latino-americana traduzimos essas palavras como “opção pelos pobres” e “libertação”, em Medellín<sup>7</sup> (1968), “participação”, “assunção” e “comunidades de base”, em Puebla<sup>8</sup> (1979), como “inserção” e “inculturação”, em Santo Domingo (1992) e como “missão”, “testemunho” e “serviço” de uma Igreja samaritana e advogada da justiça e dos pobres, em Aparecida<sup>9</sup> (2007). Nenhuma dessas palavras descreve a totalidade do projeto pastoral do Vaticano II, mas seu conjunto representa uma síntese daquilo que esse concílio queria ser:

<sup>7</sup> Documento de Medellín: Em 1968, na esteira do Concílio Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, realiza-se, na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano que dá origem ao importante documento que passou a ser chamado o Documento de Medellín. Nele se expressa a clara opção pelos pobres da Igreja Latino-Americana. A conferência foi aberta pessoalmente pelo papa Paulo VI. Era a primeira vez que um papa visitava a América Latina. (Nota da IHU On-Line).

<sup>8</sup> A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Foi convocada pelo Papa Paulo VI, confirmada por João Paulo I e inaugurada pelo Papa João Paulo II. O tema desta conferência foi “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. (Nota da IHU On-Line)

<sup>9</sup> Documento de Aparecida: A V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe aconteceu de 13 a 31-05-2007, em Aparecida, São Paulo. As conclusões da reunião compõem o Documento Conclusivo da V Conferência. Sobre o tema, a IHU On-Line produziu uma revista especial em 20-6-2007, edição 224, intitulada *Os rumos da Igreja a partir de Aparecida*. Uma análise do documento final da V Conferência, disponível em <http://bit.ly/dfbllk>. (Nota da IHU On-Line)

um farol da luz de Cristo no meio dos povos e do mundo.

Algo significativo aconteceu na IV Conferência do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo. O tema da “cultura cristã”, quer dizer, a reflexão sobre uma cultura que não existe, foi substituída nas Conclusões por “evangelização inculturada” (SD 292,3). E no decorrer dessas Conclusões encontra-se o imperativo categórico da evangelização: “Toda evangelização há de ser, portanto, inculturação do Evangelho. (...) A inculturação do Evangelho é um imperativo do seguimento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo” (cf. LG 8; SD 13).

**IHU On-Line – Após 50 anos, como o senhor analisa a atualidade do Concílio, sobretudo na perspectiva da Igreja em Missão?**

**Paulo Suess** – Como evento histórico, o Concílio é ponto de partida. Reinterpretações fazem parte da fidelidade aos seus documentos e da audácia da caminhada pastoral que a história exige (cf. DAp 11). Podemos distinguir diferentes “convivências” com o Vaticano II:

1º: a não recepção pelo grupo em torno da chamada Fraternidade Pio X. Esse setor percebeu corretamente que o Vaticano II representa uma verdadeira reforma que inclui continuidade e ruptura;

2º: a recepção modernizante, porém essencialmente conservadora, sem assunção dos questionamentos do mundo moderno, que o Concílio fez;

3º: a recepção conclusiva, como se o Vaticano II fosse um ponto final ou uma trincheira que nos permite, em pleno inverno eclesial, esperar tempos mais favoráveis. Esse setor procura salvar afirmações fundamentais do Concílio – o “máximo” alcançável, o “sustentável” – sem a dinâmica histórica que o considera como ponto de partida;

4º: a recepção seletiva e estratégica pelo setor de movimentos pentecostais e fundamentalistas, que *grosso modo* dispensaram a “iluminação” conciliar, por confundirem com ilustração; sinais importantes deste setor são a emocionalidade, a visibilidade através de eventos de massa e o per-

sonalismo de um líder sedutor, popular e populista ao mesmo tempo. Sua presença maciça na mídia se explica pelo alinhamento sistêmico e político, por promessas milagrosas e pelo esquecimento da cruz. Esse setor reforça a alienação das massas populares e as afasta do mistério pascal;

5º: a recepção dinâmica na linha de uma pastoral de libertação e participação dos pobres, assumida por Medellín e as conferências seguintes. Bandeiras como Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, inculturação, Igreja autóctone com teologias e liturgias diferenciadas, diálogo, liberdade religiosa, macroecumenismo só terão futuro e serão hasteadas nessa perspectiva da historicidade do evento Vaticano II. Quem quer “segurar” o Concílio como ponto de chegada destrói suas intenções profundas.

**IHU On-Line – À luz do Concílio Vaticano II, o que significa ser Igreja missionária hoje?**

**Paulo Suess** – Ser Igreja missionária, hoje, significa ser Igreja. Não existe uma Igreja não missionária. E ser Igreja significa ser Povo de Deus, povo messiânico, profético, sacerdotal e testemunhal em estado permanente de conversão institucional, pessoal e estrutural; significa assumir de perto a opção pelos e com os pobres e os “outros”, com os quais trabalhamos e convivemos com o cultural e o materialmente disponíveis para colaborar na construção de um mundo para todos. Ainda estamos longe de fazer do lembrete “natureza missionária”, que o Concílio nos deixou, uma realidade pastoral. Ainda estamos longe de ver na missão não apenas uma “tarefa opcional”, mas de assumi-la como “parte integrante da identidade cristã” (DAp 144).

Missão é visão do horizonte utópico da libertação. A libertação é possível. A justiça de Deus não é a justiça da estátua com olhos vendados. Deus ouve o clamor dos pobres, vê o sofrimento dos migrantes e convoca com a sua palavra os que a confusão babilônica dos macrodiscursos excluiu do convívio social.

Missão é visão acoplada à ação. Com nossa indignação profética percebemos que tudo pode ser diferente. A partilha e a opção pelos pobres

apontam para tarefas básicas neste mundo: a redistribuição dos bens feita pelos pobres e o reconhecimento dos outros e das outras em sua alteridade. Essa visão se transforma em ação através da presença no meio dos outros pobres e através de palavra, profética e misericordiosa, ao mesmo tempo.

A Missão produz sinais de justiça e cria imagens de esperança. No mundo, onde os privilegiados perdem o sentido de vida e os excluídos perdem a visão de um horizonte e a força de resistência, o querigma missionário elementar é a esperança que emerge da presença e da solidariedade.

**Leia mais...**

>>Paulo Suess já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *Desafio do “Bem Viver”. Horizonte político e imperativo profético.* Notícias do Dia 04-11-2011, disponível em <http://bit.ly/OaFv07>
- *Medellín, Puebla, Aparecida e Santo Domingo: a luta pelos pobres e pela libertação.* Edição 267 da revista **IHU On-Line**, de 04-08-2008, disponível em <http://bit.ly/P9onYC>
- *“Deus ocupa o espaço que nós lhe damos, Ele entra onde nós abrimos as portas”.* Entrevista especial com Paulo Suess. Notícias do Dia 22-08-2008, disponível em <http://bit.ly/MGxCzA>
- *“Os pobres são contemporâneos de Aparecida”.* Edição 217 da revista **IHU On-Line**, de 17-04-2007, disponível em <http://bit.ly/NjLvCb>

Ele também é autor dos **Cadernos Teologia Pública** número 18, de 2005, intitulado “Do ter missões ao ser missionário. Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II”, disponível para download em <http://bit.ly/Nbw2Bj>

## Memória

# Antonio Brand (1950-2012)

Antropólogo e historiador faleceu em 03-07-2012 e deixa um legado de lutas pelos povos indígenas no Brasil, além de boas recordações e vivências ricas em humanidade junto aos seus companheiros e companheiras de caminhada

POR MÁRCIA JUNGES

Faleceu na manhã de 03-07-12, no Rio Grande do Sul, o indigenista e historiador Antonio Jacó Brand, 62 anos. O motivo atestado da morte foi falência múltipla de órgãos. Brand se recuperava de um ataque cardíaco na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Instituto de Cardiologia de Porto Alegre.

Antonio Brand dedicou sua vida à luta pela causa indígena. Junto dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, estado em que residia, Brand esteve durante cerca de 30 anos, até sua morte. Pela Nação Guarani desprendeu todo o seu esforço intelectual e de militância.

Em Brasília, o indigenista desempenhou imprescindível papel na batalha pelos artigos indígenas na Constituinte de 1987-88, sendo vítima de criminalizações, mas sem jamais abandonar a luta.

Brand foi o fundador do Conselho Indigenista Missionário – CIMI no Mato Grosso do Sul e secretário executivo da organização, entre as décadas de 1980 e 1990. Atualmente lecionava no Departamento de História da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS, orientando alunos no mestrado e doutorado.

## Parceiro do IHU

A atuação indigenista de Brand ocorria atualmente por intermédio do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas – Gapi e à frente do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas Neppi da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB desde março de 1996.

Antonio Brand, graduado em História pela Unisinos, ele defendeu a tese de doutorado, na PUCRS, intitulada *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. A tese descreve os processos históricos que levaram os indígenas ao confinamento em Mato Grosso do Sul e sobre os impactos culturais e sociais vividos por esses povos no estado. Na entrevista concedida à **IHU On-Line** em 31-05-2010, ele sintetizou amplamente a sua tese.

Antonio Brand era um grande parceiro do Instituto Humanitas Unisi-

nos – IHU tendo concedido uma série de entrevistas publicadas no sítio.

A seguir publicamos depoimentos de pessoas que conviveram com Antonio Brand e registram suas memórias, saudades e homenagens ao companheiro que partiu. Confira.

## Carta de despedida lida por Dom Erwin Kräutler<sup>1</sup>, bispo do Xingu, PA, e presidente do Con-

1 D. Erwin Kräutler: bispo de Altamira-PA e presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi. Confira as duas entrevistas mais recentes concedidas pelo religioso à **IHU On-Line**: *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, Notícias do Dia 03-08-2011, disponível em <http://bit.ly/NikeVs>; *Belo Monte. "Lula será lembrado como o presidente que acabou com os povos indígenas do Xingu"*, Notícias do Dia 01-2-2011, disponível em <http://bit.ly/RVAYNF>. (Nota da IHU On-Line)

## selho Indigenista Missionário – Cimi, na tarde de 04-07-2012, na Missa da Ressurreição, celebrada em Santarém, onde se realizava um encontro reunindo dezenas de bispos e agentes de pastoral da Amazônia<sup>2</sup>.

“Meu caro e inesquecível Antonio Brand, fiquei profundamente abalado quando hoje de manhã o nosso comum amigo Egon Heck<sup>3</sup> me deu a notícia de tua partida e depois tua filha querida me telefonou e chorando me disse: “Meu amado pai se foi”. Não

2 Confira mais detalhes sobre o encontro conforme Dom Moacyr Grecchi: “Santarém definiu o rosto da Igreja na Amazônia” em <http://bit.ly/M6rix8>. (Nota da IHU On-Line)

3 Confira a Carta de Egon Heck para Antonio Brand em <http://bit.ly/PeEHXu>, nas Notícias do Dia 05-07-2012. (Nota da IHU On-Line)

consegui traduzir minha dor em palavras. Falei apenas que iria rezar por ti e te recomendar ao Pai e lembrar-te na Eucaristia.

Os anos que lutamos juntos no Cimi passaram de repente como um filme diante de mim. Lembrei a assembleia em Itaici 1983 em que fomos eleitos para presidir a entidade. Lembrei muito mais ainda a sintonia que entre nós reinava todos esses anos de luta em favor dos povos indígenas de nosso país. Foram anos decisivos para a causa indígena, pois era a época da assembleia nacional constituinte. Não podíamos perder a chance de ancorar os direitos indígenas na Constituição Federal. E creio não exagerar quando afirmo que o teu empenho foi decisivo. Quantas vezes foste ao Congresso para encontrar-te com deputados e senadores a fim de convencê-los a respeito da dignidade e dos direitos dos povos indígenas. Como não recordar também a virulenta campanha contra o Cimi, deslançada pelo jornal de maior circulação neste país! Como sofremos com as calúnias e difamações veiculadas durante cinco dias por aquele matutino! E quando sofri aquele misterioso acidente que quase ceifou minha vida, tu foste visitar-me no hospital em Belém para me confortar, expressar tua solidariedade, mais ainda, para assegurar-me que estavas pronto para continuar a luta apesar dos ataques da parte dos inimigos da causa indígena. Sou-te eternamente grato, Antonio, por tua dedicação. E os povos indígenas também o são!

Quem pensava que a festa de casamento de tua filha querida fosse o nosso derradeiro encontro. Ficaste tão feliz naquele dia! Nunca te vi tão alegre e contente. Tive ainda a oportunidade de visitar a terrinha que te viu nascer. Sem o sabermos, foi nossa despedida neste mundo.

Agora tu vês face a face o nosso Deus cheio de bondade e misericórdia. A morte é apenas a ponte para a vida em plenitude. Passaste hoje por esta ponte. Nós, do lado de cá, continuaremos em peregrinação.

Abraços, com gratidão.”

**Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu e presidente do Cimi**

## Antonio Brand, alguém que soube ouvir os índios

“A memória tem preferências e escolhe não necessariamente o mais importante, mas sim o que foi sentido nas entranhas. Esses são os momentos que ficam gravados. Conheci o amigo Antonio na Vila São Pedro (Dourados), em reuniões e cursos do Cimi; era quando ele estava fazendo seu noviciado nos *tekohá* – aldeias dos Kaiowá e Guaraní; Antonio escutava e aprendia.

Como coordenador nacional do Cimi, ele seguiu depois escutando nesse imenso Brasil a verdade das comunidades ameaçadas pela mentira colonial e pelas tentativas de despejo, e se fazia intermediário dos índios com a sociedade nacional, uma sociedade envolvente, nada simpática com essas outras sociedades indígenas, precisamente porque sabe que são autênticas e necessárias para entender nosso passado e nosso futuro.

Depois, já o encontrei em outra forma de escutar os índios; estava na universidade e queria saber o que se dizia dos índios nos papéis que muitas vezes teve que desmentir a partir da sua própria experiência; o índio de papel, o documentado, era afinal o menos científico e real. Eu o acompanhei em seu modo de fazer etno-história, que não era história de índios, mas sim ler a história como se a escutasse dos próprios índios. Por fim, ele encontrou a palavra-chave que explica essa triste história: confinamento. Os Guaraní e Kaiowá do Mato Grosso estavam confinados em suas reservas; esta era sua colônia do século XX. Os Guaraní sabiam disso, embora não tivessem os meios para dizer isso a essa outra sociedade que havia invadido e usurpado os seus territórios. Já profissional, com seus títulos de mestrado e doutorado, eu o conheci criativo em projetos bem planejados e ao mesmo tempo atrevidos e valentes (corajosos).

Aos índios que entraram na universidade, ele não os fez simples repetidores de conhecimentos assemelhados, mas sim investigadores e mestres de sua própria sabedoria, disposta a entrar em diálogo generoso, inclusive com aqueles que foram tão mesquinhos para com eles e lhes negam até a saudação; nascia assim o grande projeto, um dos mais criativos e sus-

tentáveis que eu conheço: a *rede de saberes*. Os índios recompilam a sua sabedoria, sistematizam-na, comunicam-na entre si e no-la oferecem. Esse é um precioso legado de Antonio Brand, grande não porque perseguia méritos acadêmicos para si, mas sim porque estava destinado a ser a voz e o canto que os índios fazem a nossa sociedade escutar, ela que, de puro gritar e dar ordens, perdeu a palavra”.

**Bartomeu Meliá<sup>4</sup>, SJ, pesquisador do Centro de Estudos Paraguaio Antonio Guasch e do Instituto de Estudos Humanísticos e Filosóficos**

## Diplomacia ímpar

“Nós que tivemos o privilégio de conviver com o Brand sabemos da consistência e coerência de seus ideais, que ele soube defender com paciência e diplomacia ímpar. Sua presença nos principais eventos e fóruns de discussão ou de definição dos interesses dos povos indígenas era sempre tranquilizadora, garantia de sugestões de encaminhamentos de soluções sensatas e éticas. Sentimo-nos coparticipantes de seus ideais, ele sempre seguirá inspirando nossas práticas. Continuará sendo *ñande Ramõi Guasu, Ñande Jekoha* (Nosso Grande Avô, Nossa Es-

<sup>4</sup> **Bartomeu Meliá:** jesuíta espanhol Bartolomeu Meliá, pesquisador do Centro de Estudos Paraguaio Antonio Guasch e do Instituto de Estudos Humanísticos e Filosóficos. Sempre se dedicou ao estudo da língua guaraní e à cultura paraguaia. Doutor em ciências religiosas pela Universidade de Estrasburgo, acompanhou e conviveu com os indígenas Guaraní, Kaingangue e Enawené-nawé, no Paraguai e no Brasil. É membro da Comissão Nacional de Bilinguismo, da Academia Paraguaia da Língua Espanhola e da Academia Paraguaia de História. Entre suas publicações, citamos *El don, la venganza y otras formas de economia* (Assunção: Cepag, 2004). Confira a entrevista As missões jesuíticas nos sete povos das missões, concedida por Meliá à edição 196 da *Revista IHU On-Line*, de 18-09-2006, disponível em <http://migre.me/vMqU>. Na noite de 26-10-2010 Meliá proferiu a conferência *A cosmologia indígena e a religião cristã: encontros e desencontros de universos simbólicos, dentro da programação do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missionária: território, cultura e identidade*. Confira a programação completa do evento em <http://migre.me/vMs5>. Confira, na edição 331 uma entrevista com Meliá, intitulada “A história de um guaraní é a história de suas palavras”, disponível em <http://migre.me/MqPH>. Confira, ainda, o Perfil de Meliá, publicado em <http://migre.me/2pf5p>. (Nota da IHU On-Line)

cora). Assim, esperamos superar a dor e o vazio”.

**Levi Marques Pereira, antropólogo, professor da Universidade Federal da Grande Dourados e Francelina Barbosa, professora da etnia Terena, na rede municipal de ensino de Dourados**

### Antonio Brand, uma vida de dedicação exemplar aos povos indígenas no Brasil

“É impossível dar um testemunho sobre a pessoa de Antonio Brand sem sentir o risco de ficar muito aquém na descrição fiel de quem ele realmente foi, como pessoa e como estudioso militante da causa indígena, e da importância que tem para a história nacional, particularmente para a história do resgate da nossa dívida como nação para com os povos indígenas no Brasil.

Conheci o Antonio numa assembleia do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, no início dos anos 1980, quando ele foi eleito para assumir o cargo de secretário executivo da entidade, e Dom Erwin Kräutler, eleito para o cargo de presidente.

Ainda na ditadura militar, Antonio Brand teve um papel fundamental em articular o apoio à causa indígena no interior da Igreja Católica; na área ecumênica; na área indigenista; no campo das entidades da sociedade civil nacional e internacional; entre setores da academia e na conquista de aliados no Legislativo e nos meios de comunicação, do Brasil e do exterior.

O primeiro trabalho para o qual o Antonio me convidou para realizarmos juntos foi um encontro de “formação e informação para lideranças indígenas da Amazônia Brasileira”, em 1986, realizado na Prelazia de Itacoatiara, AM, com o bispo Dom Jorge Marskell<sup>5</sup>, que visava a preparação das lideranças e organizações indígenas daquela região para a nova fase de lutas que se abria, com os Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Importante lembrar que foi ele mesmo, enquanto secretário executivo do Cimi, um ator fundamental para a conquista destes artigos constitucionais pelos povos indígenas no Brasil,

tendo viabilizado o apoio logístico e a assessoria jurídica necessária para a mobilização indígena na Constituinte, o que acabou por chamar para si toda a agressividade e, inclusive, uma campanha caluniosa por parte de setores da mídia conservadora, capitaneada pelo jornal “O Estado de São Paulo”.

Depois do encontro de Itacoatiara, Antonio me fez o convite para assessorar de maneira permanente a diretoria do Cimi e, finalmente, para integrar sua equipe de assessores em Brasília, como assessor político, a partir de 1992. Após a saída de Antonio Brand do Secretariado Nacional do Cimi mantivemos contato frequente, principalmente devido à questão dramática do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul.

Todo este tempo de convivência me propiciou conhecer e admirar cada vez mais a pessoa do Antonio, sua capacidade intelectual, política, militante, e sua maneira generosa e respeitosa de receber, escutar e encaminhar propostas e demandas das lideranças e comunidades indígenas.

Também pude presenciar a sua maneira didática, eficiente, paciente e convincente de traduzir a realidade e as necessidades de solidariedade dos povos indígenas no Brasil para representantes da sociedade civil brasileira e para representantes da comunidade internacional. Antonio foi um excelente “tradutor” das situações concretas e das demandas por solidariedade das comunidades e povos indígenas e sua eficiência era incomparável em conquistar sempre mais pessoas e entidades para serem solidárias com a causa indígena.

Essa generosidade, essa abertura para o outro, essa capacidade de escuta e diálogo, essa lucidez na compreensão detalhada e na síntese de situações complexas tornaram o Antonio um aliado fundamental e muito querido do povo Guarani Kaiowá. Através do estudo minucioso e disciplinado, da investigação parcimoniosa da história oral, ele reconstituiu à perfeição o percurso do esbulho violento dos territórios indígenas tradicionais por parte dos invasores, fazendeiros, grileiros, empresas, assim como por parte do próprio Estado e denunciou a perseguição e discriminação sistemáticas

daquele povo, ao longo da história até os dias de hoje.

Ao avaliar a correlação de forças atual para o povo Guarani Kaiowá, ao perceber suas mobilizações, articulações e sua construção de alianças no interior da nossa sociedade, Antonio Brand afirmou recentemente que “este povo já venceu, a questão é se vai concretizar sua vitória com mais ou com menos sofrimento”. Ele próprio fez, de sua vida, uma luta incessante e exemplar pelo fim do sofrimento dos povos indígenas no Brasil e, em particular, do povo Guarani Kaiowá.

Diante desta perda irreparável, fica para nós o desafio, ético e político, de continuar sua luta solidária aos povos indígenas no nosso país e, em especial, ao povo Guarani Kaiowá, buscando sempre reduzir o sofrimento desse povo e abreviar ao máximo a sua vitória. Essa é a melhor maneira de reverenciarmos a memória de Antonio Brand e de estarmos à altura de seu imprescindível legado”.

**Paulo Maldos, ex-assessor do Cimi e responsável pela articulação com os movimentos sociais na Secretaria Geral da Presidência da República**

### Uma morte precoce

“Antonio Brand certificou pela última vez seu Currículo Lattes em 19-06-2012, poucos dias antes de falecer. A observação me deixou impactada, pois me fez lembrar agudamente como é frágil e instável a condição humana. De outra parte, também confirmou o quanto era importante para o nosso colega o seu compromisso com a academia da qual ele fazia parte, compromisso que não deixava de estar intimamente ligado a uma identificação com a causa dos povos indígenas brasileiros. Brand estudou História no “nosso” curso de graduação da Unisinos. Depois disso, mesmo não sendo mais aluno da casa, nos visitava com certa frequência lá na Antiga Sede, naquele tempo em que éramos os pioneiros da pós-graduação da Unisinos e em que, com a presença indispensável de Bartomeu Meliá, SJ, começávamos a propor novos caminhos para pensar a história dos índios e das missões jesuíticas. Este trabalho frutificou e Antonio Brand acabou tendo como

<sup>5</sup> Dom Jorge Marskel: bispo de Itacoatiara de 1978 a 1998. (Nota da IHU On-Line)

colegas docentes do mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, alguns pesquisadores que fizeram sua formação acadêmica no PPG de História Unisinos: Protásio Langer, Graciela Chamorro, Antonio Dari Ramos e Losandro Tedeschi.

A pós-graduação de Brand foi cursada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS onde, aliás, o encontrei o ano passado, quando estivemos juntos em uma banca de doutorado. O aluno cujo trabalho examinamos pedira à sua orientadora, a professora Maria Cristina dos Santos, a presença de Antonio naquela sessão acadêmica, pois ele fora seu orientador de mestrado. Este aluno era Wanderley Dias Cardoso<sup>6</sup>, ao que parece o primeiro índio a obter o título de “doutor em História” no Brasil. E as sociedades indígenas, em especial os kaiowá e os guaranis, eram um dos maiores interesses do pesquisador Antonio Brand, campo em torno do qual nosso colega organizou sua vida profissional, estudando temas como educação indígena, território, desenvolvimento local e sustentabilidade.

Mesmo radicado há bastante tempo fora do estado, ele comparecia com certa frequência à Unisinos, onde tinha bons amigos e sólidos parceiros intelectuais. Todos eles perdem muito com a sua morte tão precoce<sup>7</sup>.

**Profa. Maria Cristina Bohn Martins, PPG História-Graduação em História, bolsista Produtividade do CNPq**

### As obras seminais de Brand

“Conheci Antonio Brand nos anos 1980, em Dourados, Mato Grosso do Sul. Então ele era secretário do Cimi e eu cooperava na equipe local da entidade, num projeto de alfabetização de indígenas Kaiowá expulsos da terra indígena Jarará.

Nossos caminhos voltaram a se encontrar, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, nos anos 1990, durante nossos estudos de pós-graduação, e novamente no Mato Grosso do Sul a partir de 2006. Desde então, partilhamos da docência na Licenciatura Intercultural

Teko Arandu, na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, de eventos acadêmicos e de atividades de militância pelos direitos indígenas.

Sua vida foi marcada pelo compromisso com os povos indígenas vivos. Sua dissertação e sua tese são obras seminais para a história Kaiowá e guarani contemporânea. Certa vez lhe perguntei por que elas não tinham sido ainda publicadas e ele me respondeu “por questão de segurança”. De fato, suas pesquisas trouxeram à tona dados que colocavam em questão a legitimidade de muitas propriedades no Mato Grosso do Sul. Em 2008, quando começaram a se agravar os conflitos entre indígenas e fazendeiros, no Mato Grosso do Sul, um pastor evangélico e uma religiosa católica de Dourados manifestaram sua posição dizendo que não eram propriamente os índios o problema, mas um pesquisador que tinha feito uns mapas de supostas terras indígenas. Referiam-se ao Brand. E ele foi grande precisamente por isso, por dar visibilidade ao problema, por ousar levantar o tapete da complexa situação fundiária dos povos guarani e Kaiowá<sup>7</sup>.

**Graciela Chamorro, teóloga, professora da Universidade Federal da Grande Dourados**

### Indigenista desde os 18 anos

“Em 1996, após uma ouvir uma palestra e manifestar meu interesse pelo trabalho do professor Antonio Brand, fui convidado a conhecer de perto a realidade dramática das comunidades Kaiowá e Guarani da região de Dourados. Dez anos após, não obstante os problemas relacionados a não demarcação das terras indígenas, pude observar resultados alentadores da abnegada e incansável atuação política e extensionista do dele junto às mesmas aldeias que eu havia visitado há uma década. Quando procurei conhecer melhor sua trajetória de vida e suas diretrizes epistemológicas, soube que ele havia se tornado indigenista em 1968 (aos 18 anos) a convite do então padre jesuíta Egidio Schwade<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Confira nas **Notícias do Dia** 20-04-2012 a entrevista especial com Egidio Schwade intitulada *Waimiri-atroari: vítimas da Ditadura Militar. Mais um caso para a Comissão da Verdade*, disponível em <http://bit.ly/HN2N5f>. (Nota da IHU On-Line)

Juntos atuaram na Operação Amazônia Nativa – Opan, voltada à formação de indigenistas – e na fundação do Cimi. Nos seis últimos anos Brand foi um valioso interlocutor da linha de história indígena, do PPGH-UFGD. Além do mais foi o amigo, colega e conselheiro mais experiente no curso de Licenciatura Intercultural Teko Arandu<sup>7</sup>.

**Protasio Langer, historiador, professor da Universidade Federal da Grande Dourados**

## Leia mais...

>>**Antonio Brand** concedeu diversas entrevistas à **IHU On-Line**. Confira.

- *Cimi: 40 anos em defesa dos povos indígenas*. Entrevista especial com Antonio Brand. **Notícias do Dia** 26-05-2012, disponível em <http://bit.ly/JBMokV>;
- *Povos Guaranis Kaiowá: Sempre em luta*. Entrevista especial com Antonio Brand. **Notícias do Dia** 08-02-2010, disponível em <http://bit.ly/MBwg8q>;
- *Povos indígenas do Mato Grosso do Sul: a luta está cada vez mais difícil*. Entrevista especial com Antonio Brand. **Notícias do Dia** 31-03-2009, disponível em <http://bit.ly/PevPkG>;
- *A garantia do direito à diferença*. Edição 257 da revista **IHU On-Line**, de 05-05-2008, disponível em <http://bit.ly/O9DdOT>;
- *A violência contra a população indígena*. Entrevista especial com Antonio Brand. **Notícias do Dia** 13-06-2006, disponível em <http://bit.ly/MYGmvX>.

<sup>6</sup> Wanderley Dias Cardoso foi o autor de *A história da educação escolar para o terena: origem e desenvolvimento do ensino médio na aldeia Limão Verde*, defendida em 2011. (Nota da entrevistada)



## Bandas centenárias e convergência digital

POR RICARDO VERNIERI \*

O presente artigo tem por finalidade analisar, sob a perspectiva da economia política da comunicação, o projeto Ponto de Cultura Bandas Centenárias Convergência Digital. O percurso metodológico para a elaboração deste trabalho partiu da observação do referido projeto e a análise da sua relação com conceitos de indústria cultural, espaço-tempo e sociedade em rede.

Com todo o poder da indústria cultural, ainda existe resistência às forças hegemônicas dessa indústria que nos permite ter acesso a uma cultura centenária e ainda viva em inúmeras cidades do interior brasileiro. Um caso a se destacar é o projeto Ponto de Cultura Bandas de Centenárias Convergência Digital<sup>1</sup>, desenvolvido em Pernambuco, por meio de convênio firmado entre ONGs e instituições governamentais (Ministério da Cultura – Programa Mais Cultura; governo do estado de Pernambuco – Fundarpe; e governo federal). O projeto se propõe a fazer o levantamento e catalogação das bandas de músicas do estado de Pernambuco em um

ambiente virtual (portal na internet), onde são armazenadas informações sobre as bandas de música, sua história, sua estrutura, repertório, fotos e vídeos, possibilitando o acesso tanto pelo público em geral como também pelos membros das bandas que fazem parte do catálogo, permitindo assim várias conexões/interações entre as bandas, fortalecendo as parceiras e enriquecendo toda a rede de bandas de Pernambuco. Outro aspecto relevante do projeto é a dimensão tempo-espaço, pois por meio do catálogo online torna-se possível, a qualquer momento e em qualquer lugar, conhecer um tipo de cultura musical centenária que aos poucos vem sendo abafada pelas indústrias culturais.

O Catálogo de Bandas de Música de Pernambuco é um produto desenvolvido pelo Ponto de Cultura Bandas Convergência Digital<sup>2</sup> que surgiu como uma ferramenta para difundir as bandas de música do estado. Fruto de uma iniciativa de diversas entidades não governamentais (Caldeira Cultural Brasileira e a Plural Projetos e Produções Artísticas) e governamentais (governo do estado de Pernambuco e governo federal).

\* Ricardo Vernieri é mestre em administração, professor da Universidade Estadual do Piauí, doutorando em comunicação no PPGCC da Unisinos e membro do Grupo Cepos. E-mail: <vernieri09@gmail.com>.

<sup>1</sup> Portal do Ponto de Cultura Bandas Centenárias Convergência Digital, Recife disponível em: <<http://pcdigitalbandasdemusica.wordpress.com/catalogo/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

<sup>2</sup> Catálogo Bandas de Música Pernambuco online, Recife disponível em: <<http://catalogobandasdemusica.pe.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

O trabalho de elaboração do catálogo consistiu no levantamento de informações sobre as bandas de música e sua realidade no contexto sociocultural, por meio de visitas da equipe do projeto às sedes das bandas para captação do material audiovisual necessário a criação do catálogo virtual (fotos, vídeos, depoimentos, textos, etc.). O catálogo permite o estabelecimento de rede intranet entre as bandas, permitindo troca de informações sobre a história, ações, instrumentistas e regentes através de *webcast* e *podcast*. Atualmente estão catalogadas no portal 185 bandas de música, sendo quatro bandas sesquicentenárias, 22 bandas centenárias, nove nonagenárias, sete octogenárias, duas setuagenárias, seis quinquagenárias, três quadragenárias, 119 bandas trigenárias, nove bandas militares, uma fanfarra e uma banda marcial. Desse total, 37 bandas musicais catalogadas possuem link na página do catálogo online com seus dados.<sup>33</sup>

### Resistindo à indústria cultural

O projeto em questão configura-se em uma oportunidade de visibili-

dade e de certa forma uma alternativa a sobrevivência dos grupos musicais centenários que lutam para manter viva a sua tradição cultural por meio do trabalho, educando jovens e formando músicos de muitas cidades do interior que não possuem espaço para mostrar seus talentos musicais por viverem à mercê da chamada indústria cultural, uniformizadora e massificadora de produtos culturais, contribuindo com o projeto de dominação patrocinado por um mercado de massa oligopolista, objetivando produzir mercadoria-audiência.

### Construindo redes

O portal virtual onde se situam os dados das bandas de música catalogadas pelo projeto permite a integração e interação entre as bandas, proporcionando trocas de informações, compartilhamento de experiências e dados, ações que servem para fortalecer a rede. O catálogo online torna-se, então, o grande nó de toda rede, um elemento central e de aglutinação de dessas organizações. Portanto, as bandas situadas em áreas geográficas próximas agora possuem um instrumento para desenvolver projetos em conjunto, trabalho que sem o papel facilitador do catálogo online de bandas

de música centenárias de Pernambuco seria pouco plausível.

### Aproximando a relação espaço e tempo

Até então as bandas de música de Pernambuco cumpriam sua missão por meio de apresentações ao vivo em inaugurações públicas, festivais, feiras, congressos e demais eventos populares. Para o consumo (audiência) do seu produto era necessário a presença física de sua plateia. Neste novo contexto, existe a possibilidade de se registrar ensaios, gravar audições e postá-las no catálogo online, permitindo que um público bem mais numeroso tenha acesso na hora que desejar e onde estiver, bastando ter apenas uma boa conexão de internet. Ou seja, neste caso a dimensão temporal e espacial praticamente deixa de existir, favorecendo inclusive a criação de um relacionamento entre público e bandas.

Tem-se uma visão otimista e acredita-se que iniciativas como essas, que são fomentadas pelo poder do Estado por meio de políticas públicas, podem contribuir para o fortalecimento e uma maior socialização das culturas não privilegiadas e não patrocinadas pelas indústrias culturais.

<sup>33</sup> Catálogo Bandas de Música Pernambuco online, Recife disponível em: < <http://catalogobandasdemusicape.wordpress.com/lista185pe/> >. Acesso em 16 jul 2012.



Tema  
de  
Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# Agenda da Semana

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
programados para a semana de 13-08-2012 a 20-08-2012

## Evento: Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos

**Data: 13-08-2012 a 26-08-2012**

Primeira etapa *O início do Evangelho de Marcos* – Mc 1,1-15

De 13 a 19 de agosto – Contexto histórico e literário do Evangelho de Marcos

De 20 de agosto a 26 de agosto – Jesus o Messias e as expectativas messiânicas (Mc 1, 1-15)

Maiores informações: <http://zip.net/bghpr0>

## Evento: IHU ideias

**Data: 16-08-2012**

**Palestra:** “Direito de resistência”: a luta social pelo direito à moradia urbana

**Palestrante:** Bel. Natália Martinuzzi Castilho – Unisinos

**Local:** Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

**Horário:** 17h30min às 19h

**Mais informações:** <http://zip.net/bwhpnF>

## Evento: Ciclo de Estudos – Sociedade Sustentável

**Data: 20-08-2012 a 08-09-2012**

Módulo 1 – O estado atual da crise civilizacional: onde estamos? (3 semanas – 15h)

Maiores informações: <http://zip.net/bxhp5S>

## Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos é tema de curso promovido pelo IHU

A primeira etapa do curso em EAD “Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos”, que terá como foco o início do Evangelho de Marcos - Mc 1,1-15, será realizada de 13 a 19 de agosto, abordando o Contexto histórico e literário do evangelista. O curso, que é uma realização do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, tem como objetivo oportunizar aos participantes um estudo, reflexão e conhecimento do evangelho de Marcos e suas repercussões hoje. Para mais informações, envie e-mail para o IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).



## John Sobrino abre Congresso Continental de Teologia



A conferência inaugural do Congresso Continental de Teologia, que acontecerá de 07 a 11 de outubro deste ano, terá como título “Um novo Congresso e um Congresso novo”, e será proferida pelo padre e teólogo jesuíta Jon Sobrino. Inscreva-se e participe!



Maiores informações em <http://zip.net/blhpds>.



Fonte: <http://geouri.blogspot.com.br/>

## IHU Ideias

Palestina e Israel: caminhos para uma paz justa é o tema do IHU Ideias do dia 30 de agosto, com a Profa. Dra. Nancy Cardoso Pereira, do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – CEBl; Eduardo Minossi de Oliveira, graduado em Geografia pela UFRGS e Érico Teixeira de Loyola, graduado em Direito pela UFRGS.

O evento será realizado na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, das 17h30 às 19h.

Maiores informações: <http://zip.net/bfhpzz>.



## Michel Foucault e a influência do poder pastoral

“Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral”, de João Roberto Barros II, é o tema do Cadernos IHU ideias, 173ª edição, de 9 de agosto de 2012. Neste texto, o autor, que é doutor em Filosofia pela Unisinos e atualmente doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, apresenta uma reflexão

sobre o grupo de técnicas para o cultivo moral e político presentes desde a Grécia antiga e investigadas na contemporaneidade pelo filósofo francês Michel Foucault.

A versão completa desta edição estará disponível no sítio do IHU a partir de 10 de setembro de 2012 para download em formato PDF.

Os Cadernos IHU ideias podem ser adquiridos na Livraria Cultural, no campus da Unisinos ou pelo endereço [livrariaculturalsle@terra.com.br](mailto:livrariaculturalsle@terra.com.br). Informações pelo fone (51) 3590 4888.